

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Carlos Eduardo Futra Matuiski

O programa nacional de alimentação escolar – PNAE no município de Matão SP

ARARAQUARA – SP

2017

Carlos Eduardo Futra Matuiski

O programa nacional de alimentação no escolar – PNAE no município de Matão SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, na Universidade de Araraquara – UNIARA - como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientado: Carlos Eduardo Futra Matuiski.

Orientadora: Prof^a Dra. Vanessa Colombo-Corbi.

ARARAQUARA – SP

2017

FICHA CATALÓGRAFICA

M38p Matuiski, Eduardo

O programa nacional de alimentação escolar-PNAE no município de Matão-SP/ Eduardo Matuiski. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

158f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Vanessa Colombo-Corbi

1. PNAE. 2. Agricultura familiar local. 3. Fortalecimento.
I. Título.

CDU 504.03



FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: *Carlos Eduardo Futra Matuiski*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Katia Aparecida Baptista
UNESP - Araraquara

Profa. Dra. Vanessa Colombo Corbi
UNIARA - Araraquara

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA - Araraquara

Araraquara - SP, 19 de abril de 2017.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

AGRADECIMENTOS

A Deus que em sua infinita bondade me presenteou com algumas dádivas: a de ser marido, pai de dois filhos maravilhosos e avô de um saudável neto que perpetuará a história de nossa família.

À Providência Divina que vem me abençoando e propiciando que eu continue crescendo como pessoa, como chefe de família, como profissional, como Professor e como Estudante que jamais deixei de ser.

À minha orientadora, Dra. Vanessa por ter assumido a incumbência de cuidar do meu desafio, minha imensa gratidão.

A todos os Professores do Curso de Mestrado da UNIARA, uma família de pessoas tarimbadas cuja incumbência foi a de nos municiar com a mais cara ferramenta que é o ensino, alargando nossos horizontes, preparando-nos e encorajando-nos em nossos trabalhos de pesquisa, sempre com a preocupação de moldar-nos não só como futuros profissionais, mas também como pessoas e cidadãos conscientes da importância do nosso papel como multiplicadores de que é sim possível continuarmos sendo um povo desenvolvido, desde que não nos esqueçamos de que precisamos defender a sustentabilidade e a convivência harmoniosa com o meio ambiente, já que somos parte indissociável dele.

Aos colaboradores e funcionários da UNIARA, indistintamente, a quem agradecemos por todos os momentos que nos ajudaram nesta caminhada.

Aos meus colegas de Curso, profissionais das mais diversas áreas do conhecimento, alunos provenientes de outras cidades e Estados, que enriqueceram nosso Curso de forma marcante e que com sua presença de espírito, conhecimento e determinação, fizeram com que o tempo passado em sala de aula fosse tão ameno, tão gratificante, tão profícuo.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

RESUMO

O trabalho apresentado é uma incursão pelos caminhos do PNAE tendo como objetivo conhecer as inúmeras avaliações que foram realizadas pelo Governo como ente financiador e um dos principais interessados nesta importante Política Pública, bem como de avaliações efetuadas por pesquisadores de Instituições Públicas e Privadas, financiados ou não pelo Poder Público, como forma de traçar um diagnóstico sobre a eficiência e a eficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar e quais ações vem sendo efetivadas em favor da Agricultura Familiar Local, devido a sua grandeza em repasses financeiros, abrangência territorial absoluta, universalidade do Programa e atendimento com alimentação aos milhões de estudantes do Brasil, procurando destacar o principal marco regulatório ocorrido em 2009 com a obrigatoriedade da compra de 30% dos repasses efetuados em favor da Agricultura Familiar, tentando descortinar de qual (is) forma(s) essa obrigatoriedade tem sido efetivamente cumprida pelos municípios brasileiros. O diagnóstico traçado após a análise das avaliações ilustram as iniciativas implantadas pelos gestores municipais que realmente adotaram a filosofia, os princípios norteadores e os objetivos do Programa, identificando entraves e desafios que ainda não foram superados, bem como registrando quais estratégias e boas práticas foram implantadas nos municípios nos quais a meta do PNAE foi plenamente atingida. Foram realizadas pesquisas de avaliação nacional, estadual e municipal (22 gestores), construindo um quadro comparativo que ilustra quais estratégias foram mais significativas, buscando ainda o registro de caso no município de Matão, avaliando o perfil de participação da Agricultura Familiar Local no processo de Chamada Pública e acompanhando quais estratégias foram e vem sendo implantadas na busca do cumprimento da meta estabelecida pelo PNAE fortalecendo a AF Local, criando a Segurança Alimentar norteada pela Política Pública Educacional e ainda criando situação concreta para o desenvolvimento socioeconômico, gerando emprego e renda e possibilitando que a AF Local ou da microrregião se estabeleça e se consolide. Os entraves, os desafios, as estratégias e as boas práticas apresentadas são ferramentas que nos levam a concluir que a Política Pública do PNAE, dada a sua grandeza e abrangência deve ser diariamente construída pelos gestores e pelos inúmeros atores que dela participam, estabelecendo fortes vínculos para a sustentabilidade do Programa que seja capaz de permitir a manutenção da oferta da alimentação de boa qualidade aos estudantes, o pleno desenvolvimento da agricultura familiar local e da manutenção do homem no campo, cultivando gêneros alimentícios através de técnicas que permitam, cada vez menos, a utilização nociva dos agrotóxicos, descortinando o cenário saudável da Agroecologia através da área da Educação. O caso de Matão é exemplo dessa afirmativa. Dados consolidados (2010/2015) demonstraram a dificuldade do gestor em atingir a meta determinada pelo Programa, sendo necessária uma readequação dos cardápios que substituíam produtos que não são da AF local ou regional. Verificou-se ainda que nos primeiros anos das Chamadas Públicas não houve a criação de uma agenda institucional que procurasse aproximar o ente público e os agricultores, ações que foram implantadas ao longo de 2015, com a realização do I Encontro da Agricultura Familiar, promulgação da Lei da Feira do Produtor Rural, além do forte incentivo de criar entre os produtores o espírito de organização, culminando com a criação de uma Associação que abriga produtores da cidade e do assentamento do Complexo Monte Alegre, ações políticas que já surtiram efeito quando da realização das Chamadas Públicas de 2016, que, pela primeira vez atingiu o índice de 27,79% de compra com AF, dos quais 24,98% foram contratados efetivamente com a AF Local.

Palavras-Chave: PNAE; Agricultura Familiar Local; fortalecimento.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

ABSTRACT

The work presented is an incursion into the PNAE's paths in order to know the innumerable evaluations carried out by the Government as a funding entity and one of the main stakeholders in this important Public Policy, as well as evaluations carried out by researchers from Public and Private Institutions financed or Not by the Government, as a way of drawing a diagnosis on the efficiency and effectiveness of the National School Feeding Program and what actions have been carried out in favor of Local Family Agriculture, due to its greatness in financial transfers, absolute territorial coverage, Program and food assistance to the millions of students in Brazil, seeking to highlight the main regulatory framework that occurred in 2009 with the obligation to purchase 30% of the transfers made in favor of Family Agriculture, trying to find out which form (s) Has been effectively enforced. And followed by Brazilian municipalities. The diagnosis traced after the analysis of the evaluations illustrates the initiatives implemented by the municipal managers who actually adopted the program's guiding principles and objectives, identifying obstacles and challenges that have not yet been overcome, as well as recording which Strategies and good practices were implemented in the municipalities in which the PNAE goal was fully achieved. National, state and municipal evaluation surveys (22 managers) were carried out, constructing a comparative table illustrating which strategies were most significant, also searching the case register in the municipality of Matão, evaluating the profile of Local Family Agriculture participation in the process of Public Call and monitoring what strategies have been and are being implemented in the pursuit of the goal established by the PNAE, strengthening Local FA, creating Food Security guided by Public Education Policy and creating a concrete situation for socioeconomic development, generating employment and income and enabling That AF Local or the micro-region is established and consolidated. The obstacles, challenges, strategies and good practices presented are tools that lead us to conclude that the PNAE Public Policy, given its greatness and scope, must be built on a daily basis by the managers and by the numerous actors that participate in it, establishing strong links For the sustainability of the Program that is capable of maintaining the supply of good quality food for students, the full development of local family farming and the maintenance of man in the field, cultivating food through techniques that allow, The harmful use of agrochemicals, revealing the healthy scenario of Agroecology through the area of Education. The case of Matão is an example of this statement. Consolidated data (2010/2015) demonstrated the difficulty of the manager in achieving the goal determined by the Program, requiring a re-adaptation of the menus that replaced products that are not local or regional AF. It was also verified that in the first years of the Public Calls there was no creation of an institutional agenda that sought to bring together the public entity and the farmers, actions that were implemented throughout 2015, with the accomplishment of the First Family Agriculture Meeting, promulgation of Law of the Fair of the Rural Producer, besides the strong incentive to create among the producers the spirit of organization, culminating with the creation of an Association that shelters producers of the city and the settlement of the Complex Monte Alegre, political actions that already took effect when realizing Of the Public Calls of 2016, which for the first time reached the rate of 27.79% of purchase with AF, of which 24.98% were effectively contracted with AF Local.

Key-words: PNAE; Local Family Farming; fortification.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Reunião sobre a Feira do Produtor Rural de Matão.....	115/116
Figura 2: Inauguração da Feira do Produtor Rural de Matão	117
Figura 3: I Encontro da Agricultura Familiar de Matão.....	120
Figura 4: Reunião para a formação da APRUMMA.....	122/123
Figura 5: Chamada Pública 001/2016.....	131

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Dados do município de Matão – SP, segundo dados do último censo do IBGE realizado no ano de 2010.....34
- Quadro 2:** Avaliações do PNAE após a descentralização das compras (1994) realizadas pelo MEC/FNDE/PNAE, ONG Ação Fome Zero e pesquisadores independentes.....47
- Quadro 3:** Avaliações do PNAE após a obrigatoriedade de compra de 30% dos repasses em benefício da AF (2009) realizadas por pesquisadores independentes.....48/49
- Quadro 4:** Resultado da implantação e avaliação do PNAE em outros municípios realizadas por pesquisadores independentes.....65 a 68
- Quadro 5:** Resultado da entrevista com os Produtores de Matão.....73/74
- Quadro 6:** Lista de Produtos adquiridos da AF. Estimativa para 12 (doze) meses.....78/79
- Quadro 7:** Cardápio semanal –Alimentos preparados na Cozinha-Piloto e nas Creches.....83

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Avaliação histórica do MEC/FNDE/PNAE com destaque para o volume de repasse e número de alunos atendidos.....	43
Tabela 2: Cronograma de entrega de hortifrútiis – Chamada Pública 005/2015.....	80/81
Tabela 3: Resumo dos produtos adquiridos da AF entre 2010/2015.....	103/104
Tabela 4: Análise do resultado das Chamadas Públicas – Período 2010/2015.....	107
Tabela 5: PNAE Matão – Prestação de contas – Resumo.....	108
Tabela 6: Diagnóstico comparativo PNAE – 2010/2015 – Valores, Alunos, Refeições, Percentual de aquisição com a AF Local, Percentual de aquisição com a AF total.....	109
Tabela 7: Resultado final dos repasses do PNAE para Matão – Ano de 2016.....	133
Tabela 8: PNAE Matão – Prestação de contas consolidada 2010/2016.....	135
Tabela 9: Resultado consolidado – Chamadas Públicas e percentuais atingidos – 2010/2016.....	136

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

LISTA DE SIGLAS

- AF-** Agricultura Familiar
- ANVISA-** Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- APRAFT-** Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Taquaritinga-SP
- APROTABA-** Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga- SP
- APRUMMA-** Associação dos Produtores Rurais de Matão e do Assentamento do Complexo Monte Alegre
- APTA-** Associação dos Produtores de Tambaú-SP
- ASSPRAR-** Associação dos Produtores Rurais de Araraquara, Rincão e Região
- CAE-** Conselho de Alimentação Escolar
- CATI-Matão-** Casa da Agricultura de Matão-SP
- CEAGESP-** Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
- CEAVO-** Centro de Abastecimento de Votorantim-SP
- CMDRS-** Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Município de Capitão Enéas-MG
- COAF-** Cooperativa Produtos Orgânicos da Agricultura Familiar de Bebedouro - SP
- CODASP-** Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
- CONAB-** Companhia Nacional de Abastecimento
- CONSEA-** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- CF/88-** Constituição da República Federativa do Brasil
- COOPANSP-** Cooperativa dos Agropecuários de São Pedro-SP
- CPRA-** Cooperativa Central de Produção e Abastecimento de Sorocaba
- DAP-** Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

DCL-	Departamento de Compras e Licitações – Prefeitura Municipal de Matão-SP
EJA-	Educação de Jovens e Adultos
FAO-	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNDE-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GAECO-	Grupo de Atuação Especial e de Repressão ao Crime Organizado
IDHM-	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFBA-	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Valença- BA
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITESP-	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LOSAN-	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutrição (Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006)
MDS-	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC -	Ministério de Educação
PAA-	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB-	Produto Interno Bruto
PDRT-	Programa de Desenvolvimento Rural Territorial de São Luiz do Paraitinga- SP
PNAE-	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE-	Serviço de Apoio as Micro Empresas de São Paulo

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	18
O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.....	19
Objetivos da Pesquisa.....	26
Objetivo Geral.....	26
Objetivos Específicos.....	27
Metodologia/Relevância do Tema.....	28
Estrutura do trabalho.....	30
1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATÃO.....	33
1.1 Coleta das informações.....	36
1.2 Papel do Agricultor Familiar na Merenda Escolar.....	39
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	42
2.1 Marco Regulatório e avaliação nacional e estadual do PNAE	43
2.2 Panorama nacional após a obrigatoriedade de compra de 30% da AF.....	43
2.3 Panorama estadual após a obrigatoriedade de compra de 30% da AF.....	45
2.4 O estado de Minas Gerais e o cooperativismo	46
2.5 Resultado das avaliações Nacional e Estaduais.....	47
2.6 Reflexões sobre o PNAE verificadas nos municípios de Americana-SP; Apucarana-PR; Araraquara-SP; Brotas-SP; Capitão Enéas-MG; Circuito das Frutas-SP; Conchal-SP; Maravilha-MG; Orizânia-MG; Ourinhos-SP; Pirapozinho- SP; Rio Claro-SP; São Bernardo do Campo-SP; São Gonçalo Rio Abaixo-MG; São Luiz do Paraitinga-SP; São Miguel da Boa Vista-SC; Sorocaba-SP; Tambaú-SP; Torrinha-SP; Tupã-SP; Uberlândia-MG.....	49

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

3. ATORES DO PNAE/MATÃO.....	71
3.1 Produtores Rurais.....	72
3.2 Departamento de Alimentação.....	74
3.3 O Conselho de Alimentação Escolar – CAE.....	84
3.4 O Departamento de Educação – obstrução no levantamento de dados complementares.....	87
3.5 Estudantes.....	89
4. ESTUDO DA LEGISLAÇÃO - RETROSPECTO DAS CHAMADAS- PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	90
4.1 Chamada Pública: nova modalidade de aquisição de produtos.....	90
4.2 Retrospecto histórico das Chamadas Públicas 2010/2015.....	93
4.3 Entraves e desafios na busca da efetividade.....	104
4.4 Prestação de Contas do PNAE Matão.....	107
5. FORTALECIMENTO DA AF.....	112
5.1 Estratégias para o fortalecimento da Agricultura Familiar Local.....	113
5.2 Reunião do CAE	113
5.3 Intervenção do gestor para alteração da realidade: criação da agenda institucional.....	114
5.4 Criação da Lei da Feira do Produtor Rural.....	114
5.5 I Encontro da Agricultura Familiar de Matão.....	118
5.6 Sensibilização dos Agricultores para a criação de Associação.....	121
5.7 Entraves na formação da APRUMMA – Máfia Caipira da Merenda Escolar: Caso COAF “Operação Alba Branca” – Caso ASSPRAR “Operação Schistosoma”.....	125
5.8 APRUMMA – Posse e encaminhamentos iniciais.....	127

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

5.9 Chamadas Públicas de 2016.....	129
6. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS – ENTRAVES.....	132
6.1 Resultados finais de 2016 – Repasse FNDE x Compra Social em Matão.....	132
6.2 Finalização dos dados da Prestação de Contas – 2016.....	134
6.3 Atraso no pagamento dos produtos da AF.....	136
7. CONCLUSÃO.....	137
REFERÊNCIAS.....	143
ANEXOS.....	150

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

INTRODUÇÃO

O processo de reconhecimento da importância estratégica, econômica, social e política dos pequenos produtores rurais que teve início na Carta Magna de 1988 beneficiando a pequena propriedade, desde que trabalhada pela própria família, ganhou forças no final dos anos 90, a partir da criação de organismos e instituições de apoio, como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995) e a Secretaria da Agricultura Familiar (2003); tendo sido, nas palavras de PICOLOTTO (2012:159) coroado com o advento da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Referida Lei estabeleceu diretrizes da Política Nacional da AF - Agricultura Familiar, conceituando o agricultor familiar como àquele que pratica atividades rurais em áreas menores do que 4 (quatro) módulos rurais, desde que utilize mão-de-obra da própria família com renda familiar predominantemente originada da sua atividade rural, bem como recepcionando os princípios de descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica, determinando expressamente a participação desses importantes atores na formulação e implementação desta importante Política Pública.

O termo Política Pública abrange um conjunto de ferramentas importantíssimo no desenvolvimento de um país marcado por diferenças econômicas e sociais extremas, como forma de minimizar as desigualdades e garantir o acesso universal dos administrados nas mais diversas áreas de atuação do Poder Público.

Inicialmente, o termo pode assumir duas conotações principais, que a língua inglesa consegue diferenciar, usando os vocábulos “*politics*” e “*policy*” (RUA: 2009, SECCHI: 2010). Na concepção de Bobbio (2002), apud Secchi (2010, p.1), significa o sentido de “atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem”.

Segundo SECCHI (2010;23) a Política Pública surgiu como um subcampo da disciplina de Ciência Política, entre os anos 1960 e 1970, tendo como seus primeiros estudiosos Daniel Lerner e Harold Lasswell, contando ainda com Simon, Lindblom e Easton, para quem ela significa “um conjunto de decisões e não uma decisão isolada”.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Políticas Públicas significam um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, visando assegurar um direito de cidadania, de forma difusa, quer seja, para um grupo indeterminado de pessoas, ou para determinado grupo ou seguimento social, cultural, étnico ou econômico, cumprindo os princípios e direitos garantidos constitucionalmente, sendo formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo ou legislativo, separada ou conjuntamente, diante das demandas e propostas dos atores envolvidos nos mais diversos segmentos (sociedade civil organizada, entidades sindicais, empresas privadas, poder público, associações de classe, dentre outros).

Segundo cartilha orientadora da Secretaria do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Estado do Paraná, Políticas Públicas são constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica através de: a) Planos; b) Programas; c) Ações; e d) Atividades (BRASIL - PARANÁ: 2015).

Os Planos estabelecem *diretrizes, prioridades e objetivos gerais* a serem alcançados em períodos relativamente longos, como, por exemplo, os planos decenais de educação que tem o sentido de estabelecer objetivos e metas estratégicas que devem ser cumpridos pelos governos e pela sociedade ao longo de dez anos.

Os Programas estabelecem objetivos *gerais e específicos* focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica.

As Ações visam o *alcance* de determinado objetivo estabelecido pelo Programa, e as Atividades, por sua vez, visam dar *concretude* à ação, ou seja, àquela Política Pública desejada.

O MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL - MDS: 2015) possui um leque de Políticas Públicas especificamente voltadas para a segurança alimentar e nutricional que compreende desde a transferência de renda (Bolsa Família), passando pelo PNAE - Programa Nacional de Educação Alimentar, PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Programa de Acesso à Água no Semiárido Rural, bem como da Rede Local de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar até os Programas Setoriais que envolvem o Mais Alimento, Mais Pesca e a Aquicultura.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Segurança Alimentar é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis que demanda ações de garantia de acesso à terra urbana e rural e território, garantia aos bens naturais, incluindo as sementes, acesso à água potável para consumo e para produção de alimentos, garantia de serviços públicos de qualidade, dentre outras ações, incluindo o fortalecimento da agricultura familiar, a produção orgânica e agroecológica, tratando-se, na realidade de uma verdadeira soberania alimentar ofertando o direito que tem os povos de definirem suas políticas, de forma autônoma sobre o que produzir para quem produzir e em que condições produzir, garantindo a soberania dos agricultores, extrativistas e pescadores, entre outros grupos, sobre sua cultura e sobre os bens da natureza.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Dentre as políticas públicas voltadas à segurança alimentar que congregam aspectos da universalidade, quer seja, implementadas em âmbito nacional, temos o PAA e o PNAE.

O PAA – Programa de Aquisição de alimentos é um instrumento de política pública instituído em 2003 com o objetivo de garantir o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da AF, destinando recursos para os Municípios visando à aquisição de gêneros alimentícios que posteriormente são destinados às entidades sociais de forma indireta ou ainda às famílias de baixa renda, de forma direta.

Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Seu mecanismo funciona com a aquisição de alimentos diretamente da AF, dos assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, formando estoques estratégicos para posterior distribuição à população em maior vulnerabilidade social, através das entidades da rede

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitários e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal.

A aquisição dos produtos pode ser feita sem licitação, através do instrumento da Chamada Pública e cada agricultor pode acessar a comercialização até um limite anual, praticando preços que não devem ultrapassar os preços verificados nos mercados locais.

Segundo o site Portal Brasil¹, entre 2003 a 2013, o PAA investiu R\$ 5,3 bilhões, adquirindo 4 milhões toneladas de alimentos da AF; alterando a realidade no campo e nas cidades, garantindo comida às comunidades carentes e oportunidades a milhares de agricultores no campo, uma das ações que integram o plano Brasil sem miséria.

Segundo a nota, foram atendidas mais de 23 mil entidades sociassistenciais, beneficiando 3.915 municípios nos últimos dez anos, através de uma lista de produtos que inclui mais de 3 mil itens, estimulando a produção local e permitindo a diversificação da AF, favorecendo a elaboração de cardápios mais saudáveis.

Essa experiência vem sendo adaptada em outros continentes: na África, o PAA está presente em cinco países: Etiópia, Níger, Moçambique, Malauí e Senegal. Desde 2012, o PAA África alimentou 125 mil estudantes com a produção de mais de 5 mil agricultores familiares. O Programa também foi adaptado em 10 países da América Latina e Caribe, contando com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, do Ministério das Relações Exteriores, além da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, dentre outras entidades internacionais.

Apesar da envergadura do Programa, dos números apresentados e ainda das experiências adaptadas em outros países, após 14 anos de existência, o PAA ainda não atingiu todo o território nacional; apenas 452 municípios de 23 estados estão cadastrados no Programa, liderados pelo estado da Bahia (116 cidades); Rio Grande do Sul (94 cidades) e do Maranhão (80 cidades); o estado de São Paulo possui 13 municípios cadastrados no PAA.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O PNAE, objeto do nosso trabalho é uma Política Pública do Ministério da Educação, via FNDE que tem cinco princípios fundamentais: 1- Universalidade do

¹¹ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/02/em-dez-anos-programa-de-aquisicao-de-alimentos-vestiu-r-5-3-bilhoes>.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

atendimento; 2- O respeito aos hábitos alimentares; 3- A equidade; 4- A descentralização das ações; e 5- A participação social.

Este conjunto principiológico significa oferta de alimentação a todos os alunos da educação infantil e do ensino fundamental da rede pública, garantindo os recursos necessários para a aquisição dos gêneros alimentícios, respeitando os hábitos, costumes e tradições alimentares locais, com a exigência de que o acesso aos alimentos deve ser realizado de forma igualitária, descentralizando e redistribuindo a gestão do Programa através de recursos que são repassados aos Estados, Distrito Federal e todos os municípios brasileiros que podem, inclusive, repassar para as escolas, criando uma rede de sustentabilidade e efetiva participação da sociedade na discussão, decisão, acompanhamento e fiscalização do Programa através da criação do Conselho de Alimentação Escolar –CAE.

O PNAE foi criado – *utilizando outras denominações* – em 1995 com a missão da implementação da Política Pública ligada à Merenda Escolar; tal ferramenta, ao tratar da segurança alimentar sob a ótica dos produtos orgânicos advindos da AF, tendo a Agroecologia como ciência e base ecológica, consolidou o seu firme propósito em criar um laço inquebrantável entre o fornecimento de Merenda Escolar de qualidade – e estudantes, seus consumidores – e o AF que se preocupa em produzir produtos naturais, simbiose somente capaz de se concretizar e render os frutos desejados se houver idêntica vontade política e efetiva participação e determinação dos Entes públicos municipais, quando da necessidade da aquisição de gêneros alimentícios destinados à clientela estudantil.

A conexão entre a AF e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes da Lei Federal nº 11.947/2009, que tem como objetivos: o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis e, em especial, que apoie o desenvolvimento sustentável, incentivando a aquisição de gêneros diversificados, sazonais e produzidos em âmbito local e pela AF.

Portanto, os dois mais importantes atores desta Política são os agricultores familiares que fornecem os alimentos e os estudantes que os consomem; numa ponta busca-se garantir o desenvolvimento local, a fomentação de emprego e renda e o fortalecimento da AF; na outra o objetivo é o de ofertar alimentos de melhor qualidade, com foco na Agroecologia, garantindo a segurança alimentar.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Nota publicada pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL-MDS: 2015), informa que o PNAE insere-se na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, destacando-se entre suas diretrizes a promoção da alimentação saudável e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino-aprendizagem.

A Política Pública do PNAE via MEC tem ainda como parceiro o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão responsável pela liberação dos recursos que são repassados para os municípios, estados e Distrito Federal e, ao mesmo tempo, é o órgão responsável pelo monitoramento e avaliação das prestações de contas.

Nota contida no site oficial do MDS (BRASIL - MDS: 2015) informava, no dia 03 de setembro de 2015, a liberação e a imediata disponibilização dos recursos do FNDE/PNAE, da ordem de R\$ 362,2 milhões para apoiar a alimentação escolar de alunos da Educação Básica em todo o país, informando ainda que o valor individual de cada um dos entes federativos que receberiam o aporte poderia ser conferido no portal eletrônico do FNDE, no link liberação de recursos.

O fechamento do ano de 2015 apontou investimento total de R\$ 3,759 bilhões de reais e de 41,5 milhões de alunos atendidos pela Política Pública Universal (FNDE/MEC: 2016).

Através do FNDE, os entes federativos recebem recursos anuais, divididos em 10(dez) parcelas, como forma de cobrir os 200 (duzentos) dias letivos da Educação Básica, cumprindo às Secretarias da Educação receber e gerir os recursos no campo da alimentação escolar.

Ainda, segundo o MDS, são atendidos pelo programa os alunos de toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e entidades comunitárias (conveniadas com o Poder Público) por meio de transferência de recursos financeiros, com a obrigatoriedade de que, no mínimo 30% (trinta) por cento dos recursos, sejam obrigatoriamente utilizados na compra de gêneros e produtos da AF.

Segundo dados oficiais, atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino, assim compreendida: a) Creches R\$ 1,07; b) Pré-Escola R\$ 0,53; c) Escolas indígenas

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

e quilombolas R\$ 0,64; d) Ensino fundamental e médio R\$ 0,36; e) Educação de jovens e adultos R\$ 0,32; f) Ensino integral R\$ 1,07 e g) Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno R\$ 0,53.

Os valores são repassados diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento e o Programa é acompanhado e fiscalizado pela sociedade através do CAE, pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União – TCU, pela Controladoria Geral da União – CGU, pelo Ministério Público – MP e ainda pelos Tribunais de Contas dos Estados e municípios (BRASIL – FNDE: 2017).

Com o advento da Lei nº 11.947, de 16/6/2009, ficou definido que 30% do valor repassado pelo PNAE devem ser investidos na compra direta de produtos da Agricultura Familiar – AF, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Para cumprir a obrigatoriedade da compra da AF de, no mínimo 30% (trinta) por cento dos recursos encaminhados aos entes federados, o FNDE, através do MEC - Ministério da Educação, baixou a Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009, dispondo sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica no PNAE (BRASIL - MEC: 2015), inovando no critério de escolha para a contratação da AF, destacando em seu artigo 25 que o critério de desempate das propostas seria a territorialidade (local, regional, estadual, nacional) seguida da ordem de preferência (primeiro os Grupos Formais: Grupos Quilombolas, Associações ou Cooperativas e depois os Grupos Informais: agricultores individuais).

A Resolução de 2009 ganhou força com a edição da Lei Federal 12.349, de 2010, que alterou artigos da Lei de Licitações (8.666/93) estipulando a preferência da compra de produtos manufaturados e de serviços nacionais nas licitações públicas, inaugurando, nas palavras de PÉRCIO; RAMOS; VIEIRA (2012: 233-248) o cenário da sustentabilidade das políticas públicas e ultrapassando a mera preservação e a conservação de bens ambientais, exigindo a promoção da qualidade de vida de forma ampliada, nela incluída a geração de emprego e renda, o desenvolvimento humano econômico e equitativo, não se esquecendo da importância do acesso universal à educação, à informação, à democratização dos processos decisórios, a promoção do multiculturalismo, a superação da desigualdade e a exclusão social e ambiental. Através deste Diploma, pode-se dizer também que o Direito da Sustentabilidade

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

foi alçado ao patamar do Direito Ambiental, trazendo como metas a integração entre as questões ambiental stricto sensu, social, econômica, política e cultural na análise e no tratamento dos dilemas de sustentabilidade enfrentados pela sociedade contemporânea, realçando as figuras do socioambientalismo e da Justiça Ambiental.

Além da edição da Lei Federal 12.349/2010, em 17 de junho de 2013, o FNDE baixava outra Resolução, de nº 26, complementando as regras da Resolução de 2009, mantendo as mesmas exigências da territorialidade e a ordem de preferência.

Por fim, através da Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015, o FNDE alterava a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução nº 26, de 2013, determinando que os projetos de venda habilitados devem ser divididos em grupos de projetos de fornecedores locais, seguidos dos projetos dos fornecedores do território rural e sucessivamente, do estado e do País, sendo que o grupo de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais, que o grupo de fornecedores do território tem prioridade sobre os do estado e que o grupo do estado tem prioridade sobre o do País, excluindo o critério de desempate até então existente, passando a definir como critérios a *territorialidade, preferência ou prioridade*, resolvendo definitivamente um dos desafios dos entes federados quando da interpretação dos referidos diplomas normativo-jurídicos, porque o critério de escolha contido nas Resoluções do FNDE inovou no mundo jurídico da Administração Pública que, até então, cumprindo as regras do Direito Administrativo, só comprava produtos e contratava serviços pelos critérios de menor preço ou do binômio melhor técnica – menor preço, exigidas nos corpos legislativos das Leis Federais nº 8.666/93 (Processo Licitatório – Modalidades: Carta Convite – Tomada de Preços – Concorrência Pública) e nº 10.520/02 (Processo Licitatório – Modalidades: Pregão Presencial e Pregão Eletrônico), criando uma nova modalidade de contratação pelo poder público denominada Chamada Pública, inexistente até a edição da Resolução FNDE de 2009.

O instituto denominado de Chamada Pública foi o instrumento encontrado pelo MEC, em conjunto com o MDS e o FNDE para a concretização da Política Pública do PNAE: oferecimento de alimentos saudáveis adquiridos da AF através de um processo de compra menos burocrático, muito mais informal e célere, propiciando a participação de Produtores locais, regionais ou estaduais de maneira simplificada, fugindo das inúmeras exigências, prazos e intercorrências verificadas nos Processos Licitatórios em geral, que entre a Sessão de Abertura das Propostas, de Habilitação Jurídica, de Homologação do processo, da

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Adjudicação do objeto à vencedora e, finalmente, da celebração do Termo de Contrato, demandam enorme lapso temporal, sem contar a abertura de prazos para recursos e manifestações ou decisões dos órgãos públicos compradores.

Seguindo os preceitos normativos jurídicos, o Edital da Chamada Pública é mais simplificado, devendo conter de forma clara o prazo, o local e a forma para a retirada do Edital dos produtos/gêneros que se pretende adquirir, o cronograma de entrega, o valor médio dos produtos/gêneros, os critérios de avaliação de amostras e de participação, a forma e critérios de pagamento, a recepção dos Projetos de Venda, o dia da realização da Sessão Pública de Abertura dos poucos documentos de Habilitação e das Propostas, culminando em procedimentos mais céleres e eficientes justamente para beneficiar, em primeiro plano, a AF Local ou Regional, destacando que a deflagração do certame deve ser precedida da mais ampla divulgação, coroando os princípios constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se Agricultor Familiar o empreendedor familiar rural que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente os seguintes requisitos: a) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; b) que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; c) que tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e d) que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL – MDA: 2015).

Além disso, para que o AF possa contratar com os entes federados, beneficiando-se da Política Pública do PNAE, o MEC/FNDE exige a exibição de um documento público denominado DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar identificando-o como tal.

A DAP poder ser Física, obtida pelo AF Pessoa Física ou DAP Jurídica, obtida por empreendimentos familiares rurais, tais como associações, sindicatos, cooperativas ou agroindústrias e são emitidas por entidades autorizadas pelo MDA, nos termos da Portaria nº 21, de 27 de março de 2014, sendo elas: o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –CONTAG, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Familiar –FETRAF, a Associação Nacional dos Pequenos Agricultores –ANPA, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CAPB, a Fundação Instituto Estadual do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, além de outros órgãos conveniados, como é o caso da Casa da Agricultura, enquanto Unidade de Assistência Técnica e Extensão Rural existente em inúmeros municípios paulistas.

Essa possibilidade de obtenção de DAP Física ou DAP Jurídica ganha contornos interessantes no momento da contratação com o Poder Público e enfatiza a importância do fomento ao associativismo e do cooperativismo, uma vez que pelo critério da preferência existente na Lei do MEC/FNDE/PNAE, as Associações, Sindicatos e as Cooperativas, com DAP-Jurídica, representando seus associados, sindicalizados ou cooperados figuram entre os três primeiros Grupos Formais com preferência na hora da contratação, relegando aos Agricultores Familiares individuais, detentores da DAP-Física o último lugar na ordem de preferência.

A Lei determina ainda que cada município é autorizado a contratar, por ano, o teto de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP, o que significa dizer que o AF pode vender para diversos órgãos municipais, desde que tenha capacidade de produção para assumir essa obrigação, sempre limitado ao teto de R\$ 20.000,00 (vinte mil) por município.

O trabalho aqui apresentado levantou dados de avaliação nacional e estadual sobre a questão da efetividade no cumprimento (ou não) do repasse de 30% dos valores recebidos em favor da AF bem como sobre a questão da territorialidade, ou seja, beneficiando (ou não) a AF Local, avaliando o PNAE num determinado território, levantando todos os dados existentes, elaborando um quadro comparativo dos últimos anos, apontando percentuais consolidados e também enumerando quais práticas e quais estratégias foram adotadas visando o fortalecimento da AF; essa incursão foi possível devido à inserção do pesquisador no meio pesquisado, primeiro por conta de nossa condição de servidor público – *o que resultou na celeridade da obtenção de alguns dados do gestor* – e também por conta da efetiva participação em todas as reuniões e agendas institucionais que foram sendo criadas pelo gestor, tendo participado como pesquisador convidado, fator que contribuiu decisivamente durante a construção e finalização do trabalho.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Os caminhos da pesquisa foram baseados em revisão bibliográfica de trabalhos que tratam da avaliação do PNAE, abrangendo os aspectos nacionais e territoriais da implementação e do acompanhamento da Política Pública ligada à Merenda Escolar, dos dados secundários obtidos junto aos órgãos oficiais que tratam do tema, bem como das informações e dados que foram coletados *in loco* junto à Prefeitura Municipal de Matão, conhecendo toda a dinâmica do processo, enumerando os desafios e os entraves que estariam impedindo a participação mais efetiva dos produtores locais na comercialização dos seus produtos, acompanhando quais ferramentas foram e vem sendo implantadas para fortalecer a AF como um todo, com enfoque especial sobre a AF Local ou microrregional como forma de consolidação do homem no campo, geração de emprego e renda na própria cidade ou no seu entorno, propiciando o escoamento e o consumo imediato de produtos locais, dotando a rede escolar municipal e a clientela estudantil de um mecanismo mais célere e mais barato que envolva a oferta e o consumo de produtos de qualidade que são culturalmente consumidos no município de Matão.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo geral

) Traçar um diagnóstico sobre as avaliações nacional e estadual sobre a efetividade do cumprimento (ou não) da exigência de que 30% dos repasses do MEC/FNDE/PNAE sejam canalizados à AF, destacando-se ainda quais ferramentas e demais estratégias vem sendo adotadas para que isso se concretize no sentido de verificar a ocorrência ou não do fortalecimento desse importante segmento dentro da Política Pública do PNAE;

) Avaliando também, com especial foco no fortalecimento da AF Local, quais entraves, desafios e boas práticas, vem sendo utilizadas em 21 (vinte e um) municípios brasileiros, abrangendo assim um conjunto de informações ligadas à questão territorial, traduzindo-se em instrumento comparativo para as reflexões e levantamentos futuros efetuados num determinado território escolhido pela sua importância econômico-financeira e pela privilegiada localização na região central do Estado de São Paulo, reconhecida pela sua forte ligação com a Agricultura de uma forma geral.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Objetivos Específicos

) Efetuar levantamento e diagnóstico para saber como o PNAE vem sendo realizado no município de Matão, acompanhando os caminhos, programas, projetos, ações e estratégias que foram ou vem sendo adotados pelo gestor municipal visando fortalecer a AF Local, no cumprimento do seu papel de gestor e de fomentador na geração de emprego e renda, da Segurança Alimentar e da emancipação dos agricultores locais;

) Identificar, após a consolidação dos resultados, se houve ao longo da execução da Política Pública do MEC/FNDE/PNAE alteração da realidade, estreitamento e fortificação dos laços entre os diversos atores que participam dessa Ação Social ligada à educação e ainda enumerar quais são os principais entraves e desafios que impedem a concretização da consolidação do Programa.

Portanto, a avaliação da situação do PNAE em Matão tem como propósito principal:

) Conhecer a AF Local e suas especificidades, os embates e contradições territoriais existentes no município inserido numa região historicamente ligada à agricultura, bem como o cenário de embate entre os pequenos produtores que defendem a Agroecologia em detrimento da força do Agronegócio e da monocultura da cana-de-açúcar e ainda das inúmeras dificuldades enfrentadas pela AF, que não recebe o apoio técnico e financeiro necessários para o seu fortalecimento e manutenção na terra, garantindo a sobrevivência digna dos agricultores e de suas famílias, bem como a possibilidade da comercialização de produtos orgânicos excedentes.

) Diagnosticar o cumprimento (ou não) da **efetividade** (30% dos repasses em favor da AF); e da **territorialidade** (se houve ou não aquisição em favor da AF Local);

) Oferecer subsídios à reflexão crítica da ação, possibilitando o acesso às informações que permitam diagnósticos na reformulação e no planejamento do próprio programa e numa didática relativa ao conhecimento, tanto sobre os AF Locais quanto sobre esta importante porta de acesso que trata da Segurança Alimentar, conceituada pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutrição (LOSAN) como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

comprometer o acesso às outras necessidades especiais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Metodologia/Relevância do Tema

A presente pesquisa teve início com a manipulação, leitura e fichamento de diversos trabalhos sobre a implantação e avaliação da efetividade do MEC/FNDE/ PNAE e ainda aqueles que especificamente trataram de apontar ações e estratégias criadas pelos entes federados no fortalecimento da AF, dentre os quais se destacam experiências promissoras nos estados do Paraná e no Rio Grande do Sul, além de casos interessantes que vem ocorrendo em alguns municípios do estado de São Paulo.

Alguns trabalhos sobre o nascimento, o fortalecimento e os desafios vivenciados pela AF Regional, atrelados à criação do Assentamento existente nos municípios de Matão, Araraquara e Motuca foram relevantes enquanto fonte histórica, ganhando contornos fundamentais no estudo comparativo das ações de fortalecimento da AF já realizadas nas cidades vizinhas, servindo como paradigmas a serem superados pelos gestores de municípios limítrofes, passando a compreender e aceitar que os desafios e entraves possuem contornos idênticos na região, buscando incorporar as ações e estratégias positivas de padronização qualitativa de identidade, fortalecendo a AF Local e Regional através da criação de novas perspectivas que definitivamente selem a concretização da Segurança Alimentar, princípio buscado desde a criação do PNAE.

O levantamento bibliográfico confirmou ser o PNAE uma rica fonte de pesquisas e de informações atualizadas sobre a Política Pública ligada à Segurança Alimentar em âmbito nacional; ao mesmo tempo sinalizou que o assunto ainda pode ser explorado no âmbito do desenvolvimento territorial, primeiro pela enorme extensão geográfica do Brasil e segundo por conta das peculiaridades e especificidades regionais, territoriais e locais, não só pelas diversidades da AF como também pelas particularidades culturais, sócio espaciais e políticas de cada município.

A pesquisa foi enriquecida também com as informações e dados pertinentes ao Programa da Merenda Escolar obtidos nos sites oficiais do MEC, do FNDE, do MDA e MDS,

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

consubstanciados em estatísticas, percentuais e valores repassados, prestação de contas e demais dados relativos ao Programa que abrange todos os municípios do país, dando ênfase aos dados e informações sobre a AF Local no município de Matão.

Os dados dos produtores locais foram construídos através do contato inicial com diversos produtores detentores de DAP física (individual) que participaram de reuniões realizadas pela Casa da Agricultura de Matão – CATI e também pelo Sindicato Rural; foram utilizados também os dados de todos os produtores cadastrados na Casa da Agricultura, além de informações complementares sobre a AF Local coletadas na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Matão, órgãos do Estado e do Município que realizam a interface entre o Poder Público e a AF Local.

O conjunto de dados existentes foi ainda enriquecido pelo contato direto com alguns produtores localizados na zona rural de Matão; alguns deles já cadastrados na Prefeitura de Matão por conta da comercialização de produtos para a Merenda Escolar, o que possibilitou a criação de um questionário básico aplicado em momento posterior, como forma de quantificar as dúvidas sobre os Programas Sociais governamentais ligados aos produtos por eles comercializados.

O município de Matão, localizado na Região Central do Estado de São Paulo foi escolhido como estudo de avaliação das estratégias para o fortalecimento da AF pela sua importância econômico-financeira dentro da região Administrativa do estado de São Paulo, pelos favoráveis índices alcançados de IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e também pelas suas raízes históricas ligadas à agricultura e a citricultura, berço da antiga Fazendas do Cambuhy, de propriedade de Carlos Leôncio de Magalhães, conhecido por “Nhonhô Magalhães” que virou notícia no país inteiro ao receber o maior cheque emitido no Brasil, em 1924, no valor de vinte mil contos ao vender a fazenda para a empresa inglesa Brazilian Warrant Company, posteriormente denominada Fazenda dos Ingleses².

Segundo BUENO (2002: 1-132) a Fazenda dos Ingleses, dividida em 23 seções, possuía área de 22.984,10 alqueires paulistas, o que corresponde a 556,21 km², abrangendo os municípios de Matão, Araraquara e Tabatinga, tendo atingido uma população de 4.605

²Revista Kappa Magazine. Matão-SP, agosto, 2011. Disponível em: http://www.revistakappa.com.br/edicoes/matao/edicao_01/files/revista%20kappa.pdf. Acesso 07.nov.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

peças na lida de dois milhões e duzentos mil pés de cafés produzindo, criação de gado e na introdução da citricultura da cidade, em 1948.

Importante destacar também que Matão está encravada em uma região que vive contradições históricas entre o poderio do agronegócio engolindo inúmeras propriedades utilizadas para a monocultura e o plantio de cana-de-açúcar e diversos pequenos produtores que ainda resistem ao chamado das grandes usinas, combatendo uma luta desigual, mas ainda acreditando que podem tirar o sustento através de práticas agroecológicas, com qualidade de vida e sustentabilidade.

Diversos municípios do entorno vivenciam esse embate diário, desigual e desanimador que praticamente alterou o uso do solo na região, antigamente conhecida como Califórnia Brasileira, por conta da enorme quantidade de plantação de pés de laranja e de outros gêneros que aos poucos vão tendo suas plantações diminuídas e substituídas pela cana-de-açúcar e revelando a enorme dificuldade das cidades circunvizinhas em fortalecer a AF local e regional como forma de cumprimento das metas estabelecidas pela Política Pública do PNAE/MEC/FNDE.

Estrutura do trabalho

No Capítulo 1, traçamos nosso universo da pesquisa através da caracterização dos dados do município de Matão-SP, justificando a escolha do território pelo seu retrospecto histórico sobre a Merenda Escolar, vez que entre as décadas de 80 e 90 ganhou notoriedade pela produção do leite e do pão de soja, oriundos da “vaca mecânica”, bem como pela estrutura da rede educacional existente na cidade. Demonstramos ainda a tradição do município na produção de oleícolas, destacando-se a existência de 214 Agricultores Familiares com DAP, sendo que 55 delas encontravam-se inativas ou canceladas no momento da pesquisa. Apresentamos também como as informações iniciais foram coletadas, além de destacarmos o importante papel da Agricultura Familiar.

No Capítulo 2, fizemos a incursão sobre a Revisão bibliográfica, através de informações oficiais junto aos sites do Governo Federal e das análises de trabalhos de pesquisa tendo como foco diagnosticar a efetividade (cumprimento do investimento de 30% dos repasses em favor da AF), apresentando a evolução da Política Pública entre 1995 a 2015, um panorama nacional e estadual qualitativo e quantitativo, além de destacarmos a

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

importância do cooperativismo no estado de Minas Gerais e de apresentar outras experiências sobre o PNAE/FNDE/MEC verificadas em 21 (vinte e um) municípios de diversos estados, apresentando ao final um resumo sobre os entraves, estratégias e boas práticas adotadas nesses municípios; registrando que o cumprimento da meta, em todos os casos, originou-se da vontade política do gestor público na criação de agenda institucional.

No Capítulo 3, apresentamos os atores do PNAE Matão, iniciando pelos produtores rurais e sua identificação como integrantes da AF, apontando os entraves e desafios da categoria, bem como a inexistência do cooperativismo e associativismo para o fortalecimento dos pequenos produtores, analisando a dinâmica do PNAE sobre a ótica do Poder Público e suas células administrativas que atuam diretamente com o Programa da Merenda Escolar, passando pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE, e pelos dados do Departamento de Educação, finalizando com os estudantes beneficiários do Programa.

No Capítulo 4, realizamos um estudo sobre a legislação que trata das licitações públicas e a inclusão da nova modalidade de aquisição de produtos denominada Chamada Pública, destacando a redução da burocracia e a celeridade na contratação, abrindo uma sessão sobre o retrospecto histórico das Chamadas realizadas pela Prefeitura de Matão entre 2010 e 2015, bem como fazendo uma análise das dificuldades e dos entraves registrados durante esse período, finalizando com a prestação de contas e dos números consolidados alcançados pelo município de Matão entre 2010 e 2015, com destaque para os valores repassados, números de alunos atendidos, número de refeições servidas, valores repassados para a AF como um todo e para a AF Local, registrando que a superação dos entraves e desafios estão na ordem do dia para diversos municípios brasileiros, dentre eles o município de Matão.

No Capítulo 5, registramos quais foram as estratégias criadas pelo município de Matão para a mudança de realidade buscando o fortalecimento da AF Local, dentre os quais se destacam a participação dos agricultores nas reuniões do CAE, a criação da Feira do Produtor, o I Encontro da Agricultura Familiar, a criação da Associação dos Produtores Rurais de Matão e da Microrregião, os entraves e desafios durante a formação da Associação, em razão das operações “Alba Branca” e “Schistosoma” da Polícia Federal e do combate à “máfia caipira” em detrimento da Merenda Escolar e do fortalecimento da AF, por conta das

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

atitudes ilícitas de servidores públicos, da Cooperativa COAF de Bebedouro e da Associação ASSPRAR de Araraquara e Região, passando pela análise das Chamadas de 2016.

No Capítulo 6, através da consolidação dos resultados, constatou-se que as estratégias e boas práticas nascidas entre 2015/2016 significou a melhora da efetividade do município de Matão, alcançando em 2016, índice inédito de aquisição de produtos da AF, no total de 27,78%, quase atingindo a meta dos 30% exigidos pelo PNAE/FNDE/MEC; destaca-se o crescimento dos investimentos junto à AF Local, da ordem de 24,97% e queda abrupta com a AF regional, da ordem de 2,81%, alterando os números verificados entre 2010/2015. Registraram-se também duas ocorrências que podem impedir que o avanço do Programa verificado em 2016 possa não só ser mantido como também superado, primeiro por conta da inexistência dos registros de alunos/refeições servidas no ano de 2016, comprometendo um trabalho de dez anos e ainda, o relato sobre o atraso no pagamento dos agricultores, que sobrevivem do Programa e que não podem esperar a burocracia do Poder Público para receber pelos produtos que entregaram, causando grande abalo nas próximas chamadas públicas.

Concluimos o presente trabalho enfatizando que ainda existe um longo caminho a ser percorrido pelos municípios brasileiros em busca da efetividade e da territorialidade exigidas pelo PNAE; no caso do território pesquisado, os atrasos de pagamento, a não alimentação correta com os dados fidedignos dos alunos atendidos/refeições servidas e a descontinuidade da Agenda Institucional criada pela Administração anterior e ainda, o não cumprimento da promessa da doação de imóvel público para o crescimento e fortalecimento da AF Local podem significar um retrocesso nos números alcançados com o Programa no exercício de 2016; assim sendo, a independência e o fortalecimento da AF Local e a consequentemente melhora do Programa da Merenda Escolar verificado em Matão passa, necessariamente pela vontade política do principal gestor do programa: o Poder Público.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATÃO

Matão localiza-se na Região Central do Estado de São Paulo e fica muito próxima de grandes centros como: Ribeirão Preto, Campinas, São José do Rio Preto e Bauru. Localiza-se a uma latitude 21°36'12" sul e a uma longitude 48°21'57" oeste, estando a uma altitude de 585 metros. Fica a 200 km do Aeroporto Internacional de Viracopos, a 305 km da Capital e a 370 km do porto de Santos, servindo-se de duas das mais importantes rodovias de São Paulo: o entroncamento da Rodovia Brigadeiro Faria Lima (Matão - Brasília) com a Rodovia Washington Luiz, e apenas a 12 km do novo Polo Aeroespacial da EMBRAER, em estrada projetada. Encontra-se na Mesorregião de Araraquara e tem como municípios limítrofes: Dobrada, Araraquara, Gavião Peixoto, Nova Europa, Tabatinga, Itápolis e Taquaritinga. Com área de 524,899 km²; aproximadamente 98,16% dos seus 76.786 habitantes residem no perímetro urbano (IBGE: 2010). No último censo realizado, o IBGE estimou que a população, no ano de 2016, seria de aproximadamente 81.878 habitantes.

O Produto Interno Bruto – PIB per capita subiu de R\$ 27.693,69 (2010) para R\$ 39.104,04 (2013). Na composição do PIB Municipal, o setor mais importante é o dos Serviços (39,66%) seguido da indústria (38,82%), dos Impostos (13,24%) e da Administração e Serviços Públicos (7,38%); o setor menos influente foi a Agropecuária (0,9%). O Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM é de 0,773, acima da média nacional (0,727) e ligeiramente abaixo da média do estado de São Paulo (0,783) (PNUD; 2010) ³, conforme dados gerais reproduzidos no Quadro 1.

3

Disponível


em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352930&search=|infor%El%ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em 06.nov.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Quadro 1 – Dados do município de Matão – SP, segundo dados do último censo do IBGE realizado no ano de 2010.

MATÃO – SP – (IBGE: 2010)	
Área do território	524,899 km ²
Distância da capital	305 km
População urbana	75.377
População rural	1.409
População total	76.786
População 2016 (estimada)	81.878
IDH -M	0,773
Rendimento: área rural	R\$ 1.811,49
Rendimento: área urbana	R\$ 3.090,02



(Fonte: IBGE. 2016⁴).

A história do município teve início a partir do ano de 1890, quando inúmeras pessoas vindas de outras zonas e municípios vizinhos adquiriram terras na região, onde mais tarde se ergueria o Arraial do Senhor Bom Jesus das Palmeiras e futuramente a cidade de Matão. O chapadão era exuberante e as terras de boa qualidade e estava encravado na sesmaria do Matão, nome esse que teve origem devido à existência de matas muito densas e de alto porte. Era denominado Campo de Água Vermelha e pertencia ao Sr. José Inocêncio da Costa, o qual residia numa choupana, situada próxima do córrego, que atualmente separa a cidade da Vila Santa Cruz.

Em 1892, já tinham se estabelecido na zona, formando fazendas de café, entre outros, os Srs. Ismael da Silveira Leite e seus irmãos Theofilo, Francisco e Sérgio, Amador Pires Corrêa, José de Arruda Campos, Antônio da Silva Coelho, José Brochado Corrêa, Leão Pio de Freitas, João Bellintani, Joaquim Cabral de Carvalho, Théofilo Dias de Toledo e seu irmão Mathias, Januário Malzoni e seus irmãos Núncio e Domingos e Augusto dos Santos. Em vista da salubridade do local e objetivando dar mais conforto aos seus moradores, nasceu a ideia da fundação de uma vila, tanto assim, que em 13-11-1892 houve uma reunião para tal fim, da qual foi lavrada uma ata. A comissão adquiriu do Sr. José Inocêncio da Costa, então proprietário das terras, onde futuramente se ergueria a nova vila, dez alqueires de terras por

⁴ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=352930&search=sao-paulo|matao|info%20g%20-%20evolu%20-%20populacional-e-pir%20m%20-%20et%20-%20ria>

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

um conto de réis e fez doação das mesmas para a fundação da nova povoação. Adquirido o patrimônio, marcou-se o local onde se ergueria a Capela, dedicada ao Senhor Bom Jesus das Palmeiras, nome esse com que foi batizada a Vila recém-fundada.

Distrito criado com a denominação de Matão pela Lei Estadual n.º 499, de 07-05-1897, subordinado ao município de Araraquara. Elevado à categoria de município com a denominação de Matão pela Lei Estadual n.º 567, de 27-08-1898, sendo desmembrado do município de Araraquara. Constituído do distrito sede. Instalado em 28-03-1899. Elevado à categoria de cidade e sede do município com a denominação de Matão, pela Lei Estadual n.º 1.038, de 19-12-1906.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: Matão, Dobrada e São Lourenço do Turvo. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município permanece constituído de 3 distritos: Matão, Dobrada e São Lourenço do Turvo. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

A Lei Estadual n.º 8.092, de 28-02-1964, desmembra do município de Matão o distrito de Dobrada. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968 o município é constituído de 2 distritos: Matão e São Lourenço do Turvo. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014⁵.

A escolha do território de Matão para estudo de caso se deu, dentre outras justificativas, pelo seu retrospecto histórico sobre a Merenda Escolar que entre as décadas de 80 e 90 ganhou notoriedade pela criação da “vaca mecânica” que produzia leite e pão de soja, oriundos de plantação mantida pela Prefeitura de Matão. Esse Programa foi possível por intermédio de um Consórcio Municipal que envolveu Matão e mais 9 cidades vizinhas, visando o plantio de soja no Horto de Silvânia, no Assentamento do ITESP; a formação do Consórcio tinha ainda como objetivo distribuir suco de laranja e produzir remédios, mas acabou esbarrando em procedimentos burocráticos até ser extinto em 2005.

Destaca-se também a estrutura da rede educacional da cidade de Matão, logisticamente distribuída em todas as regiões para atender a demanda dos alunos, bem como sua infraestrutura, suas escolas públicas e particulares, suas faculdades e ainda a constatação do grande interesse da comunidade na mobilização e participação nas discussões das ações

⁵ MATÃO (SP). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 29. p. 120-124. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_29.pdf. Acesso em: jan. 2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

sociais por intermédio de entidades do terceiro setor, representativas de diversos segmentos e reconhecidamente grandes auxiliares das ações implementadas e mantidas pelo Poder Público; além da possibilidade de contribuição acadêmica no processo de pesquisa no que concerne aos estudos da Política do PNAE e do fortalecimento da Agricultura Familiar Local.

O município de Matão tem tradição na produção de oleícolas, folhosas, beterraba, cenoura, pimentão, pepino, goiaba, manga, limão, dentre outros produtos tradicionais da AF. Segundo informações da CATI- Casa da Agricultura de Matão, dentre aqueles produtores que comprovam sua situação de Agricultores Familiares, 214 deles possuem cadastro DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo que 55 delas estão inativas (canceladas ou expiradas) e 159 ativas⁶. Todos os cadastros DAP foram realizados pela CATI-Matão que atua como fomentadora da mobilização dos produtores, ofertando cursos e capacitações permanentes e de acordo com a demanda verificada entre os agricultores. Em 2016 já foram realizados cursos de capacitação para a piscicultura, batata e cebola, com média de público de 60 interessados em cada uma das edições. A CATI-Matão é ainda detentora do primeiro lugar na região (dentre 16 municípios) na comercialização de sementes de milho (não transgênico), além de ser um dos atores que sempre defendeu a mobilização e o associativismo dos agricultores familiares de Matão e da microrregião.

1.1 Coleta das informações

Os dados dos produtores locais foram construídos através do contato inicial com diversos produtores detentores de DAP física (individual) que participaram de reuniões realizadas pela Casa da Agricultura de Matão – CATI e também pelo Sindicato Rural; foram utilizados também os dados de todos os produtores cadastrados na Casa da Agricultura, além de informações complementares sobre a AF Local coletadas na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Matão, órgãos do Estado e do Município que realizam a interface entre o Poder Público e a AF Local.

⁶ Disponível em: <http://smap14.mda.gov.br/>. Acesso em 15.nov.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

O conjunto de dados existentes foi ainda enriquecido pelo contato direto com alguns produtores localizados na zona rural de Matão; alguns deles já cadastrados na Prefeitura de Matão por conta da comercialização de produtos para a Merenda Escolar, o que possibilitou a criação de um questionário básico aplicado em momento posterior, como forma de quantificar as dúvidas sobre os Programas Sociais governamentais ligados aos produtos por eles comercializados.

Esse questionário, respondido via telefone por alguns produtores que já haviam sido entrevistados anteriormente bem como por outros produtores que não haviam participado das reuniões realizadas pela CATI e Sindicato Rural integrou um pequeno relatório inicial que balizou não só a pesquisa como também algumas ações posteriores tomadas pelo Poder Público visando o fortalecimento da AF na cidade de Matão.

As visitas *in loco* realizadas na Prefeitura de Matão proporcionaram o levantamento de gama enorme de dados e de informações para o desfecho da pesquisa, começando pelo Departamento de Alimentação, célula administrativa atrelada à Secretaria de Educação e Cultura, que agrega os servidores do Almoxarifado dos alimentos e da Cozinha-Piloto, diretamente ligada à Merenda Escolar fornecida pelo ente Público: os recepcionistas e armazenadores dos produtos, as cozinheiras e os auxiliares de cozinha que manipulam os produtos e preparam a comida, a Nutricionista que elabora os cardápios, os auxiliares e estagiários que cuidam da burocracia administrativa, a Diretora do Departamento e os motoristas e ajudantes que cuidam da logística e do fornecimento diário da merenda pronta ou semi-pronta nas Escolas. O acesso aos relatórios contendo os itens, produtos e quantidades consumidas mensal e anualmente pela Cozinha Piloto, desde produtos estocáveis, perecíveis, farináceos, carnes, embutidos até as oleícolas, frutas, ovos, legumes, verduras e demais produtos ligados à AF, proporcionou a dimensão exata do volume e da quantidade de refeições servidas diariamente, pré-estabelecidas através de cardápio móvel, elaborado pelo Departamento com a supervisão da Nutricionista que conta ainda com decisões do CAE, órgão que igualmente municiou a pesquisa com as atas das reuniões mensais, registrando nossa participação pessoal em duas reuniões, como pesquisador.

No DCL- Departamento de Compras e Licitações foi possível analisar todos os Processos Licitatórios das Chamadas Públicas realizadas desde 2010, fazendo o filtro das informações, realizando a coleta e a manipulação de dados qualitativos e quantitativos

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

pertinentes à compra dos agricultores locais, entendendo a dinâmica de todas as fases que envolvem os investimentos do MEC/FNDE/PNAE, desde a Fase Interna com a elaboração da lista de produtos que serão adquiridos, da pesquisa de preços de mercado, da elaboração da minuta do Edital, até a Fase Externa, com a divulgação do Edital, ata da Sessão, julgamento das propostas, homologação, adjudicação e assinatura dos contratos.

Destaca-se a riqueza de detalhes e de pormenores existentes nos processos de licitação, autuados a exemplo dos processos físicos judiciais, guardando exatamente a ordem cronológica dos acontecimentos sobre aquela Chamada Pública, que leva número de ordem e de ano, além das datas do seu início, meio e fim; fonte inesgotável de informações documentais da Prefeitura e de todos aqueles que quiseram participar do processo de compra, uma vez que cada Processo Licitatório encerra documentos pessoais dos Produtores Informais, dos Grupos Formais (Cooperativas/Associações) contendo dados pessoais, documentos de habilitação jurídica, propostas, assinaturas nas atas das Sessões Públicas, resultados, recursos, pareceres, decisões, contratos e aditamentos, comunicados, notificações e ainda cópia de toda a publicidade dada ao ato, nos termos do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que exige da Administração Pública os princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade e da Eficiência.

O quesito prestação de contas é a finalização do processo ligado aos investimentos do MEC/FNDE/PNAE. Integram essa obrigatoriedade: o levantamento individualizado de cada uma das áreas educacionais beneficiadas com a aquisição da merenda, número e quantidade de alunos beneficiados, número e quantidade de refeições servidas, valores repassados pelo Governo e valores adicionados pela Prefeitura, quadro sinótico e analítico que espelha a situação e resultado anual. Além dessas informações, ficam ainda à disposição, todos os Processos Licitatórios relativos ao assunto, empenhos, dotações, requisições, autorizações, pagamentos, liquidações e as respectivas notas fiscais dos produtos adquiridos para que o MEC/FNDE/PNAE possa acompanhar os resultados, avaliar o cumprimento efetivo da Política Pública, bem como traçar rotas de aperfeiçoamento em busca da efetividade e eficácia do Programa.

Somam-se às informações e dados coletados, manipulados e consolidados junto ao Município de Matão, as incursões realizadas durante a fase da pesquisa sempre na qualidade de pesquisador, tendo participado do: a) I Encontro da Agricultura Familiar de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Matão, b) da primeira reunião dos agricultores locais objetivando a discussão e a criação da Associação de Produtores Rurais da cidade, c) da primeira reunião preparatória para a implantação da Feira do Produtor Rural de Matão, d) da Assembleia Geral de constituição da Associação dos Produtores Rurais de Matão e do Assentamento do Complexo Monte Alegre – APRUMMA, e) da Inauguração da Feira do Produtor Rural de Matão, e f) da Solenidade de Posse da Diretoria da APRUMMA.

Esse conjunto referencial teórico e prático, muito rico em detalhes, dados oficiais, relatos históricos e científicos, impressões pessoais, informações, fatos, pormenores, acontecimentos, encontros, desencontros, facilidades, dificuldades, entraves, desafios, boas práticas, impedimentos, superações, desdobramentos e seus reflexos encontram-se impregnados de forma indelével nesta pesquisa que tem na realidade a missão de conhecer quais as melhores formas do empoderamento que possa se traduzir em ações concretas que levem a AF Local a se fortalecer, evoluir e se consolidar.

1.2 Papel do Agricultor Familiar na Merenda Escolar

Segundo nota extraída da revista Carta Maior⁷ o marco legal que possibilitou o fortalecimento da AF, nascido através da Lei Federal 11.947/2009 só foi possível graças à mobilização da sociedade civil, sobretudo por conta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.

Durante o trâmite da Lei, a disputa travada no Senado não foi fácil, devido à força de setores privados das indústrias de alimentos, refeições coletivas e da bancada ruralista que tentaram monopolizar o mercado institucional da alimentação escolar.

Após a edição da Lei, algumas conquistas foram atingidas, como o reconhecimento da alimentação como um direito humano e a obrigatoriedade de que no mínimo 30% dos recursos sejam destinados à compra de alimentos da AF através de chamadas públicas de compra, com dispensa de licitação. O PNAE garante a alimentação escolar dos alunos da educação básica em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos para contribuir na aprendizagem e rendimento, bem como promover hábitos alimentares saudáveis.

⁷ Disponível em : <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-importancia-da-agricultura-familiar-naalimentacao-escolar/4/26334>. Acesso em 03.jan.2017.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Os entraves que impediram a efetiva participação da AF Local nas chamadas públicas realizadas no município de Matão iniciaram no mesmo instante em que houve a decisão da compra através das chamadas públicas. Conforme ATA da reunião com os produtores rurais do município de Matão, realizada no dia 22/02/2010⁸ o gestor da Merenda Escolar de Matão anunciava aos Produtores Rurais que iniciaria a compra social, através da Chamada Pública, em benefício da AF, destacando que inúmeras dificuldades seriam superadas durante a implementação, ressaltando a determinação da Administração em fomentar o interesse dos produtores locais na venda dos seus produtos. Foi informado que Matão produzia 12.000 refeições diárias e que parte delas era composta por produtos que poderiam ser adquiridos dos produtores do município, gerando emprego e renda, além da possibilidade de capacitação e da organização dos produtores através de grupos formais.

Diversos produtores questionaram que não possuíam capacidade para entregar produtos limpos, lavados e embalados, como são exigidos atualmente pelos grandes mercados, sentindo que isso poderia também impedir a comercialização com o município; os técnicos do município confirmaram essa exigência, mesmo assim ficou decidido que o município cadastraria os produtores interessados e que estimularia a presença deles em feiras e cursos de capacitação visando conhecer as técnicas mais apropriadas para a plantação, manuseio e comercialização dos seus produtos.

De 22/02/2010, quando houve a primeira reunião com os produtores nas dependências do Sindicato Rural de Matão até 22/12/2015, data do I Encontro da Agricultura Familiar de Matão, realizada na sala de reuniões do Gabinete do Prefeito de Matão, passaram-se exatos 5 anos e oito meses; neste período – *em que as chamadas públicas já estavam sendo realizadas* – não houve nenhuma vontade por parte do Gestor em reestabelecer o diálogo com os produtores, nenhuma intervenção positiva foi realizada buscando identificá-los para que pudessem conhecer melhor a compra social, para que pudessem fazer os questionamentos, sanear dúvidas ou apostar na produção de gêneros alimentícios que posteriormente poderiam ser adquiridos pelo município.

Matão inaugurou o processo de compra social em 2010. As primeiras aquisições foram de pequeno porte e, na maioria delas, com produtores oriundos de outras cidades,

⁸ A ATA da reunião encontra-se integralmente encartada nos Anexos do presente trabalho.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

muitos deles representados por Grupos Formais; na impossibilidade da comercialização com os produtores, o município valeu-se do processo normal de compras, através de Pregão Presencial, desprestigiando a AF e adquirindo produtos de atravessadores.

Esse abismo de 5 anos e oito meses impediu que o Gestor local conhecesse de fato o tamanho e a importância da AF local e, ao mesmo tempo, responde ao menos parcialmente a ausência dos produtores de Matão nas Chamadas Públicas que se sucederam entre 2010/2015, as quais apontam tímida presença deles na comercialização dos seus produtos.

Ao longo de nossa pesquisa pudemos verificar que, a exemplo de tantos outros municípios brasileiros, em Matão ocorreu a mesma ausência de vontade política em fomentar – *de fato* – a AF; e isso só se comprova ao longo da trajetória do PNAE na cidade de Matão; hoje, passados sete longos anos de Chamadas Públicas e após a criação de uma Agenda Institucional, da retomada do diálogo franco com os produtores, da fomentação concreta do Associativismo, da criação da Feira do Produtor Rural destinada a comercialização dos excedentes, da abertura das células da Administração e da troca constante de informações, sugestões e de ideias, do acolhimento e da participação efetiva dos produtores na gestão do PNAE, pode-se afirmar que a AF Local é imprescindível para os 15.248 estudantes beneficiários da Merenda Escolar, que recebem 22.413 refeições diárias durante 200 dias letivos.

A AF Local e microrregional tem papel preponderante no Programa criado pelo FNDE/MEC/PNAE, porquanto busca alternativamente a oferta de produtos agroecológicos, porque busca a Segurança Alimentar de estudantes e dos produtores, porque possibilita aos pequenos produtores e às suas famílias continuar trabalhando na terra e sobrevivendo daquilo que produzem, principalmente porque resgata a cidadania e a dignidade da pessoa humana e conduz à prática da sustentabilidade e da correta utilização dos recursos naturais, além de significar a retomada da cultura e dos hábitos da comunidade local, que foram esquecidos em algum momento da nossa trajetória por conta da pressão do Agronegócio e do lucro a qualquer preço.

O PNAE e a AF são indissociáveis neste processo de (re) construção de uma sociedade mais justa, mais dinâmica, mais saudável, mais voltada para si mesma; não é um caminho fácil, mas possível, basta vontade política para alterar a realidade, planejamento constante e muita determinação por parte de todos os atores que integram o Programa.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Pesquisa junto ao site do MEC/FNDE aponta a evolução do Programa, conforme Tabela 1, na qual se verifica ano a ano, o montante de recursos financeiros repassados e o número de alunos atendidos pela Política Pública universal, conforme dados consolidados de 1995 a 2015.

Com relação aos recursos financeiros que foram repassados, nota-se queda entre o primeiro e segundo ano do Programa (1995-1996) ao passo que cinco anos depois o volume dos repasses quase dobrou (2000), perdendo fôlego em 2002/2003 e retomando o crescimento dos aportes no período de 2004 a 2007, quando chegou à casa dos R\$ 1,520 bilhões, aumento de 157% em relação ao ano inicial. A partir de 2009 até o ano de 2015 os recursos cresceram exponencialmente de R\$ 2 bilhões para R\$ 3,759 bilhões em 2015, demonstrando o compromisso com a Política Pública.

De forma geral o crescimento dos recursos se deu por conta do aumento da clientela estudantil que recebe a Merenda Escolar: 33,2 milhões em 1995, mais de 37 milhões em 2000 e mais de 45 milhões no ano de 2010, tendo como marca histórica o ano de 2009, quando atingiu o maior número de alunos: 47 milhões.

Todavia, verificando a Tabela 1 de forma comparativa, denota-se que nem sempre o maior volume de repasse significou aumento de alunos atendidos, como pode ser constatado no ano de 2005, cujo repasse superou o do ano anterior em R\$ 200 milhões, mas em contrapartida o número de alunos de 2004 foi maior em cerca de 1,4 milhão, mas não foi maior do que o ano de 1999 quando atingiu 36,9 milhões de alunos atendidos com repasse muito menor. Isso fica evidenciado no ano de 2015, quando repassou o maior volume do retrospecto histórico (R\$ 3,759 bilhões) para 41,5 milhões de alunos, número menor do que aqueles apurados entre os anos de 2009 a 2014, cuja média chegou à casa dos 44,42 milhões de alunos, com menos recursos financeiros, em média de R\$ 3,106 milhões.

Muito provavelmente, entre os anos de 1995 a 2015, após 20 anos de implementação do Programa, houve aumento da adesão dos municípios brasileiros, o que responderia o aumento de repasses e de alunos atendidos; os dados comparativos, neste caso, servem para entender que os números não seguem uma lógica ascendente porque a entrada e

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

saída dos alunos beneficiados pelo Programa também não é linear; num determinado ano pode haver maior ou menor demanda nas faixas atendidas pela Política Pública.

Tabela 1- Avaliação histórica do MEC/FNDE/PNAE com destaque para o volume de repasse e número de alunos atendidos.

ANO	RECURSOS FINANCEIROS (BILHÕES DE R\$)	ALUNOS ATENDIDOS (EM MILHÕES)	ANO	RECURSOS FINANCEIROS (BILHÕES DE R\$)	ALUNOS ATENDIDOS (EM MILHÕES)
1995	0,590	33,2	2006	1,500	36,3
1996	0,454	30,5	2007	1,520	35,7
1997	0,673	35,1	2008	1,490	34,6
1998	0,785	35,3	2009	2,013	47 *
1999	0,871	36,9	2010	3,034	45,6
2000	0,901	37,1	2011	3,051	44,4
2001	0,920	37,1	2012	3,306	43,1
2002	0,848	36,9	2013	3,542	43,3
2003	0,848	36,9	2014	3,693	42,2
2004	1,025	37,8	2015	3,759	41,5
2005	1,266	36,4			

* Neste ano foi iniciado o atendimento aos alunos participantes do Programa Mais Educação, que foram incorporados ao quantitativo de matrículas, fato que não ocorreu nos anos subsequentes. (Fonte: FNDE/MEC).

2.1 Marco Regulatório e avaliação nacional e estadual do PNAE

Após o primeiro ano de implantação da Resolução /CD/FNDE N° 38, de 16 de julho de 2009, iniciou-se no mundo científico uma corrida procurando analisar os mais variados objetos: efetividade do cumprimento dos repasses de 30% em favor da AF, abordagem da evolução das chamadas públicas, embate entre o Agronegócio e Agroecologia, produtos orgânicos, sustentabilidade e Segurança Alimentar, dentre outros, colocando a política pública do PNAE no centro dos estudos científicos; outras intervenções sugerem ainda a abordagem territorial, abrangendo os aspectos sociais e culturais locais, bem como o fortalecimento dos agricultores de uma determinada comunidade ou região.

2.2 Panorama nacional após obrigatoriedade de compra de 30% da AF

O retrato do panorama nacional de compras relativo a 2010 realizado por SARAIVA et al (2013) acusa orçamento total de R\$ 23,034 bilhões que beneficiaram cerca de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

45,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos, dos quais R\$ 150.397.052,68 foram destinados à aquisição de gêneros da AF. Os dados apontam ainda que menos da metade dos municípios (47,4%) conseguiram adquirir produtos da AF e que essa compra, dentro dos municípios chegou a 22,7%, números animadores para apenas um ano da vigência do Programa iniciado em 2009; entretanto, outros indicadores também confirmaram que a Região Sul do país, cultural e historicamente ligada à AF apresentou o melhor percentual de compras (71,3%) e que a Região Centro-Oeste apresentou o patamar de 35%.

Outro trabalho realizado no mesmo período por GUILHOTO et al (2007) reforça as observações sobre as especificidades regionais indicando que nas Regiões Norte, Sul e Nordeste a AF tem contribuição expressiva para o PIB - Produto Interno Bruto do país, enquanto que o Centro-Oeste, com grandes propriedades de terra, tem ênfase na exportação de produtos, reconhecendo a Região Sul como a grande produtora e abastecedora interna de alimentos advindos da AF.

Através de resultados, as duas pesquisas corroboram o entendimento de SARAIVA et al (2013) de que as maiores causas do não atendimento dos 30% de compra diretamente da AF foi à inviabilidade do fornecimento regular e constante dos produtos, tendo sido deixando claro pelos pesquisadores a necessidade de implementação de estratégias de diferentes setores públicos envolvidos como o melhor caminho para a consolidação do mercado institucional, acenando que os agricultores precisam ser orientados e estimulados a realizar um planejamento da produção de acordo com a demanda, reduzindo oscilações e garantindo uma oferta estável de produtos.

Exposto o cenário de desafios, defenderam os pesquisadores a necessidade da articulação entre os atores, planejamento e adequação dos cardápios aos produtos regionais, incentivo de plantio conforme a demanda e como estratégia de redução das oscilações e a garantia de uma oferta estável dos produtos, pregando uma ação transversal composta de assessoria técnica, infraestrutura de logística, armazenagem e seus diagnósticos fazendo a interação com a realidade agrícola local e, fundamentalmente, a criação de fóruns participativos, debates e planejamento, engajando agricultores, gestores e escolas, consolidando as parcerias reais e as licitações sustentáveis, confirmando a opinião de BELLIK, CHAIM (2009) que a dificuldade em comprar produtos dos agricultores locais não está obrigatoriamente associada ao tamanho do município e sim à existência ou não de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

políticas municipais que incentivem a aproximação entre os grupos criando uma rede de apoio institucional que sustente e permita que o Programa seja gerido de forma eficiente.

Nos diversos artigos, trabalhos e dissertações ligados ao tema geral da AF e em especial, no que tange ao cumprimento das regras exigidas pelo MEC/FNDE/PNAE torna-se evidente a necessidade de maior interlocução e melhor articulação entre o poder público e os fornecedores, com a criação de agendas e de ambientes que possibilitem a discussão, o debate e o encontro de ideias e soluções sempre tendo em mente que a alimentação escolar pode ser uma forte ferramenta para o desenvolvimento local, conforme destaca JESUS (2012), desde que os produtores recebam o devido apoio dos demais atores envolvidos na denominada “compra social”.

Relatam os pesquisadores que um dos principais desafios vividos pela AF e conseqüentemente, um dos maiores desincentivos à consolidação do Programa é o silencioso embate envolvendo o Agronegócio e os pequenos produtores, esses últimos travando uma luta diária e desigual que acaba por esmorecer diversos trabalhadores da terra, rendidos que são pela influencia financeira, decidindo – *diante da ausência do Estado, da ausência de uma política inclusiva e da inexistência de agenda institucional capaz de inseri-los nos programas sociais* – pelo arrendamento de suas terras para o plantio da monocultura da cana-de-açúcar.

2.3 Panorama estadual após a obrigatoriedade de compra de 30% da AF

Em 2011, após dois anos da existência do Programa, avaliação realizada nos municípios do estado de São Paulo, através de aplicação de questionário e contato via telefone com os gestores objetivou conhecer a efetividade da compra direta dos produtos junto à AF.

Pesquisa realizada por VILLAR, et al (2011) destaca que entre 645 municípios existentes, 32 cidades não passaram as informações solicitadas nem indicaram o servidor que estaria gabaritado para tanto; 613 (95%) atenderam ao pedido e desse universo quase a metade (47%) ou 288 cidades já haviam realizado as compras locais pelo menos uma vez, em todas as suas etapas. Dentre o número daqueles que não efetivaram o processo de compra (325), mais da metade (57%) não haviam sequer publicado o edital de Chamada Publica. 37% deles publicaram o edital, mas ainda não haviam assinado os contratos; 2% deles já haviam assinado os contratos, mas até o momento do levantamento dos dados ainda não haviam

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

recebido a primeira entrega dos produtos; sendo que 4% deles já haviam recebido os produtos, mas ainda não haviam efetuado o pagamento aos agricultores.

Coletânea de artigos elaborados por intermédio da parceria entre o MDS/MDA do Governo Federal e, do Instituto Via Pública, Projeto Nutre SP, tendo autoria de CORÁ, BELIK, et al (2011) resultou em interessante diagnóstico sobre a inclusão da AF na alimentação escolar, comprovando a inquestionável conquista do PNAE e apontando que o enorme desafio para as organizações produtivas da AF é universalizar essa conquista também nas localidades mais remotas do território nacional que ainda não foram incluídos.

A obra, transformada em cartilha eletrônica no ano de 2012⁹, está dividida em seis capítulos e aborda temas relacionados à compra e venda de alimentos da AF para a alimentação escolar, com análise de Chamadas Públicas, traçando a situação dos empreendedores rurais do estado de São Paulo, além das experiências das cidades paulistas de Tambaú e de São Bernardo do Campo, comparando o sucesso da primeira e a criatividade da segunda, finalizando com uma breve análise dos mapas elaborados a partir do banco de dados contendo os empreendimentos da AF do Brasil.

2.4 O estado de Minas Gerais e o cooperativismo

Realçado pela importância de mobilização dos agricultores para a organização de associações e cooperativas como porta de entrada nas compras públicas, citamos a pesquisa realizada pelo Projeto Nutre Minas em municípios do estado de Minas Gerais, segundo maior estado quando se refere ao volume de repasses oriundos do FNDE, através do trabalho de COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA (2015); tendo como objetivo criar alternativas visando o abastecimento do mercado institucional das sete maiores cidades (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves e Uberlândia), tendo realizado inúmeros diagnósticos participativos, estudo de mercado (PNAE) e a efetivação de 40 planos de negócios precedidos de estudo de viabilidade da produção; o estudo foi justificado pela pequena participação dos maiores municípios na compra dos 30% da AF Local (cerca de 3%); concluindo ser necessário estabelecer uma relação de confiança entre gestor público e agricultor, apoiando a formação das cooperativas, além da formação e da capacitação dos

⁹ Disponível em <http://www.nepa.unicamp.br/publicacoes/projeto-nutre-sp>. Acesso em 28.out.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

cooperados, com a implementação de políticas de assistência e extensão rural e acompanhamento sistemático e contínuo, estratégias necessárias para o fortalecimento e solidificação da Política do PNAE.

2.5 Resultado das avaliações nacionais e estaduais

O Quadro 2 apresenta a síntese das avaliações nacionais/estaduais após a descentralização das compras ocorrida em 1994, destacando-se que a maioria dos municípios aderiu ao Programa, que a evolução de repasses e de alunos atendidos entre 1995 e 2015 saltou de R\$ 0,590 bilhões de reais para R\$ 3,759 bilhões de reais e que o número de alunos beneficiados igualmente subiu de 33,2 milhões para 41,5 milhões no ano passado; avaliação da ONG Fome Zero apontou que no biênio 2004-2005 dos 386 municípios brasileiros inscritos no Prêmio de Gestão Eficiente, 30% deles haviam cumprido a meta realizando o processo de Chamada Pública em todas as suas fases, do lançamento do edital ao pagamento ao produtor pela entrega dos produtos e a avaliação realizada no estado da Bahia, concluiu que 93% dos municípios haviam aderido ao Programa e que quase a maioria deles conseguiu, em 2007, adquirir produtos da AF Local.

Quadro 2 – Avaliações do PNAE após a descentralização das compras (1994) realizadas pelo MEC/FNDE/PNAE, ONG Ação Fome Zero e pesquisadores independentes.

AVALIADOR	ANO	METODOLOGIA	RESULTADOS
MEC/FNDE	1995 A 2015	ANÁLISE PRESTAÇÃO CONTAS	EVOLUÇÃO DO PROGAMA
			ANO REPASSES ALUNOS AT.
			1995 R\$ 0,590B 33,2M
2015 R\$ 3,759B 41,5 M			
MEC/FNDE	2001	VISITA IN LOCO ENTREVISTAS 3.800 ESCOLAS	87,4% GESTORES MUNICIPAIS 12% GESTORES ESTADUAIS
ONG AÇÃO FOME ZERO	BIÊNIO 2004 2005	ANÁLISE PRESTAÇÃO CONTAS	386 MUNICÍPIOS INSCRITOS PARA O PRÊMIO DE GESTÃO EFICIENTE 30% CUMPRIU A META MÉDIA DE R\$ 65.500,00 PRODUTOS: FRUTAS, VERDURAS, LEGUMES E LEITE.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

SANTOS, Et Al, ESTADO DA BAHIA	2007	PESQUISA PRESTAÇÃO DE CONTAS	93% GESTORES MUNICIPAIS 88% EFETIVARAM AS COMPRAS DA AF LOCAL
---	-------------	---	--

(Fontes: MEC/FNDE/PNAE (1995/2015); Ação Fome Zero: 2003/2005; SANTOS, et al: 2007) .

A síntese das avaliações nacionais/estaduais após a edição da Resolução de 2009 que obriga o investimento de 30% dos repasses com a AF foi reunida no quadro abaixo, destacando que os métodos de avaliação utilizaram a revisão da literatura, análise das prestações de contas, traçou o perfil da gestão pública envolvendo 670 escolas do país inteiro, além de entrevista telefônica com gestores do Programa, abrangendo um período significativo que foi de 2004 a 2013, enfatizando que menos da metade dos municípios estavam cumprindo as metas do PNAE (47,4%), confirmando a cultura histórica da AF na Região Sul do Brasil, concluindo pela necessidade da existência de políticas públicas locais que aproximem os atores, criando uma rede de apoio institucional que sustente e que permita a eficiência e a eficácia do Programa, passando necessariamente pela revisão e adequação dos cardápios aos produtos locais/regionais, realização de fóruns de debate e consolidação das parcerias, pregando o estímulo ao associativismo e cooperativismo através de ações articuladas entre gestores e produtores (Quadro 3).

Quadro 3 – Avaliações do PNAE após obrigatoriedade de compra de 30% dos repasses em benefício da AF (2009) realizadas por pesquisadores independentes.

METODOLOGIA	RESULTADOS
REVISÃO LITERATURA E ANÁLISE PRESTAÇÃO CONTAS	MENOS DA METADE MUNICÍPIOS ATINGEM A META (47,4%) - REGIÃO SUL 71,3% - REGIÃO CENTRO-OESTE 35% FALTA ORIENTAÇÃO E ESTÍMULO PARA A CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO INTITUCIONAL E DAS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.
REVISÃO LITERATURA E ANÁLISE PRESTAÇÃO CONTAS	REGIÕES NORTE – SUL E NORDESTE – CONTRIBUEM EXPRESSIVAMENTE COM O PIB CENTRO-OESTE – ÊNFASE EXPORTAÇÃO E REGIÃO SUL GRANDE PRODUTORA E ABASTECEDORA INTERNA DE ALIMENTOS DA AF.
AVALIAÇÃO PERFIL DA GESTÃO PÚBLICA 670 ESCOLAS	A CONCRETIZAÇÃO DA COMPRA DE PRODUTOS DA AF LOCAL ESTÁ LIGADA À EXISTÊNCIA DE POLÍTICAS MUNICIPAIS QUE APROXIMEM OS GRUPOS CRIANDO UMA REDE DE APOIO INSTITUCIONAL QUE SUSTENTE E PERMITA A GESTÃO EFICIENTE DO PROGRAMA.

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

ENTREVISTA TELEFÔNICA 645 MUNICÍPIOS SP	EFETIVIDADE: 47% JÁ HAVIAM REALIZADO O PROCESSO DE COMPRAS EM TODAS AS SUAS ETAPAS.
--	--

(Fontes: SARAIVA, et al: 2013; GUILHOTO (MDA-FIPE): 2007; BELIK, CHAIM: 2004/2005; VILLAR: 2011).

2.6 Reflexões sobre o PNAE verificadas nos municípios de: Americana-SP; Apucarana-PR; Araraquara-SP; Brotas-SP; Capitão Enéas-MG; Circuito das Frutas-SP; Conchal-SP; Maravilha-MG; Orizânia-MG; Ourinhos-SP; Pirapozinho-SP; Rio Claro-SP; São Bernardo do Campo-SP; São Gonçalo Rio Abaixo-MG; São Luiz do Paraitinga-SP; São Miguel da Boa Vista-SC; Sorocaba-SP; Tambaú-SP; Torrinha-SP; Tupã-SP; Uberlândia-MG.

Diversos trabalhos ligados ao MEC/FNDE/PNAE com recorte na questão territorial apontam casos muito bem sucedidos, a exemplo das avaliações realizadas nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul comprovando a aquisição de produtos da AF em larga escala; todavia a regra ainda não atinge a todos os municípios e, como veremos por intermédio da literatura, diversas pesquisas muito bem alinhavadas possibilitaram a visualização do panorama municipal em outros estados como forma de buscar uma identidade e uma padronização linear das estratégias que vem rendendo bons frutos, e uma identificação igualmente padronizada dos paradigmas que ainda precisam ser superados para atingir a excelência e o cumprimento efetivo das normas ligadas a esta Política Pública importantíssima para a solidificação da Segurança Alimentar e o fortalecimento da AF do nosso país.

Foram catalogados e analisados alguns trabalhos importantes sobre o aspecto local, destacando-se dentre eles os seguintes casos:

Americana (SP)

No município paulista de Americana a pesquisa de avaliação realizada por NUNES (2014) identificou a falta de informação sobre a Política da merenda. O estudo, realizado no assentamento Milton Santos, localizado entre Americana e Cosmópolis, Região Sudeste do estado de São Paulo, identificou ainda os aspectos positivos e negativos do

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Programa; para os assentados, o PNAE é de extrema importância, pois há dependência de políticas para o escoamento da produção. Os pontos positivos foram: a garantia da venda e a renda familiar. Foram identificados como pontos negativos: a burocracia para acessar as políticas públicas, o preço baixo pago pelos produtos, os atrasos no pagamento e o fato dos municípios não terem se adequadamente.

O referido estudo foi realizado entre janeiro de 2011 e maio de 2013, durante o período de “tempo comunidade” concebido na modalidade de pedagogia da alternância – escola/comunidade, realizado através de pesquisas orientadoras com 47 famílias, representando 73,4% do total de famílias assentadas, sobre que tipo de conhecimento os assentados possuem sobre as políticas públicas. Como resultados, destaca-se o aspecto positivo no sistema de produção local, que não utiliza insumos químicos; que 33% dos entrevistados tinham conhecimento sobre a política de Agroecologia e 50% sobre o conhecimento sobre o funcionamento do PNAE, relatando dificuldades para fornecer alimentos com as especificidades solicitadas pelos municípios.

Um dos pontos cruciais da efetividade é a vontade política dos gestores públicos, primeiro criando agendas institucionais que possibilitem o início do diálogo com a AF, conhecendo suas dificuldades e buscando adequar os editais das Chamadas, extraindo exigências desnecessárias e contemplando os produtos produzidos na cidade e na região, desenvolvendo pesquisa de preços condizentes e ainda reavaliando a questão dos pagamentos aos produtores; uma solução seria a criação de cronograma semanal de entregas e pagamentos igualmente semanais, dividindo a quantidade dos produtos desejados em lotes.

Apucarana (PR)

Na cidade de Apucarana, no estado do Paraná, CALDAS; NONATO (2013) destacam a efetiva participação da Administração local no empoderamento da AF, desde a criação de Lei Municipal priorizando a compra do Pequeno Produtor Local, passando pela realização concreta de ações complementares para o fortalecimento da parceria, como a criação da Feira do Sabor e da Feira da Agricultura Familiar, realizadas semanal ou eventualmente em conjunto com outras exposições realizadas no município; essa perfeita articulação entre os atores envolvidos no processo possibilitou a construção de um Projeto Local para o desenvolvimento e fortalecimento dos parceiros, contendo estratégias e

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

instrumentos que passaram a gerar demanda e, ao mesmo tempo criaram formas para o aumento da circulação monetária no município.

Ao que parece, em Apucarana prevaleceu a determinação do gestor em não só alterar a realidade do processo como também criar e fortalecer os laços com a AF, representando um exemplo a ser seguido por outros gestores que ainda não resolveram os seus entraves e desafios locais.

Araraquara (SP)

Pesquisa realizada no município de Araraquara por intermédio de FLORES (2012) identificam a cidade como uma das pioneiras no lançamento de políticas locais de Segurança Alimentar desde a implantação do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, dinamizando iniciativas de desenvolvimento regional. Desde 2007 a prefeitura estreitou as parcerias com os pequenos produtores rurais e também da AF de assentamentos, criando uma agenda municipal que possibilitou a venda direta dos produtos aos consumidores locais, através da feira denominada Direto do Campo, abrindo ainda espaço para a aquisição de alimentos pelo mercado institucional via PNAE, restaurante popular e banco de alimentos; todavia, tais ações ainda não foram suficientes para o cumprimento das regras do Programa, uma vez que o município chega a 20% das compras da AF, detectando-se que a dificuldade é a falta de organização e enquadramento dos produtores ao sistema institucional.

Além das dificuldades apresentadas no trabalho de FLORES (2012), Araraquara foi ainda palco de um escândalo envolvendo o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos PAA que desestimulou os AF locais e regionais em contratar com o Poder Público local. Em agosto de 2013, segundo nota do site “A Cidade on”¹⁰ através da deflagração, pela Polícia Federal de Araraquara, da “Operação Schistosoma”, foram denunciados o ex-secretário de Agricultura e mais nove agentes públicos, pelos crimes de formação de quadrilha e de estelionato contra a União e contra o FNDE, por conta de um esquema criminoso que fraudou o PAA e o PNAE, criados para fortalecer a AF.

¹⁰ Disponível em

<https://www.acidadeon.com/araraquara/politica/NOT,3,7,1187132,Napeloso+e+outros+17+servidores+sao+denuciados+por+estelionato.aspx>. Acesso em 19.ago.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

As investigações apuraram que para que pudessem vender sem licitação, sem se enquadrar efetivamente no conceito de AF, ou ainda, vender acima do permitido, os denunciados utilizavam DAPs e notas fiscais emitidas em nome de terceiros, mascarando a verdadeira origem dos produtos; em alguns casos, os produtos sequer eram produzidos pelos acusados, mas adquiridos no comércio local ou em centrais de abastecimento, como o CEASA, e posteriormente revendidos para a prefeitura.

As vendas foram realizadas pela Associação dos Produtores Rurais de Araraquara, Rincão e Região (ASSPRAR) entidade que também comercializou produtos com os municípios de Américo Brasiliense, Matão, Motuca, Santa Ernestina e São Carlos; entretanto, nestes outros municípios não se apurou a participação de agentes públicos no esquema de facilitação ou benefícios à Entidade que usou DAP em nome de terceiros.

É inegável que os acontecimentos do escândalo da merenda, que ganhou contornos de uma verdadeira “máfia caipira” em detrimento do fortalecimento da AF vem afugentando os produtores locais e microrregionais em contratar com o Poder Público local; neste caso os paradigmas a ser quebrados são ainda maiores, uma vez que caberá ao gestor a retomada da agenda institucional, sensibilização da AF, estabelecimento de compromissos e ainda um acompanhamento direto entre os servidores públicos e os produtores da cidade, criando um clima favorável e transparente que devolva ao município de Araraquara a possibilidade de atingir as metas estatuídas pelo PNAE.

Brotas (SP)

O trabalho realizado sobre o PNAE no município de Brotas, de autoria de ALMEIDA (2016) aponta que a efetividade do cumprimento dos 30% do repasse em favor da AF foi solucionada pelo gestor Público com a estratégia da aquisição do iogurte no cardápio da Merenda Escolar, produto oriundo da COOPANSP - Cooperativa dos Agropecuários de São Pedro valorizando o leite como matéria-prima comum à região; por outro lado, questiona-se a efetividade do referido cumprimento das exigências legais já que não há consenso se a matéria-prima utilizada na produção do iogurte seria mesmo proveniente de agricultores familiares (2016:31); além disso, embora não tenha havido menção aos pequenos produtores de legumes, frutas e verduras, soa óbvio imaginar que eles existam na cidade e no seu entorno; e que, por conta da decisão política do gestor, essa categoria da AF se viu alijada do

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

possível fortalecimento e ainda da efetividade da Segurança Alimentar e da geração de emprego e de renda.

Do estudo, denota-se que, mesmo existindo produtores rurais devidamente organizados em cooperativas no município ou região, a política só funciona se houver uma interlocução com os gestores públicos porque o tecido social tem papel relevante na estruturação e na mobilização dos agricultores.

Portanto, segundo SANTOS (2007) a criação de uma agenda de parceria extrapola a Política Pública e nasce somente se houver decisão política, conforme afirmado abaixo:

Dentro destas perspectivas, há de se considerar a diferenciação entre política pública e decisão política: a primeira diz respeito a um conjunto de ações específicas que envolvem determinados objetivos pré-definidos; a segunda trata-se de um ato isolado, dotado de arbitrariedades dos decisores privilegiados entrevistados, por exemplo, por restrições orçamentárias, podendo compor ou não um conjunto de ações com propósitos comuns. O que parece claro é o envolvimento estratégico da política pública, enquanto a decisão política surge como uma menção a uma situação isolada, buscando, na maioria das vezes, corrigir certos gargalos que requerem reparos imediatos (apud FLORES, 2013: 32).

Outra questão interessante a ser diagnosticada por outros pesquisadores é a origem dos hortifrúteis adquiridos pela municipalidade de Brotas, porque esses produtos significam uma gama interessante de recursos financeiros que não estão sendo canalizados em favor da AF, seja Local ou da microrregião, desnaturando os princípios do Programa e deixando de fortalecer os pequenos produtores.

Cabe também o questionamento da sociedade civil perante o CAE, uma vez que em nenhuma outra cidade brasileira, nem em Brotas, pode-se afirmar que a Merenda Escolar possa ser reduzida a iogurte.

Capitão Enéas (MG)

Trabalho de pesquisa de autoria de ABREU (2014) aponta que a cidade mineira de Capitão Enéas, chegou perto do limite exigido pelo FNDE/PNAE em 2013, adquirindo 28,5% dos repasses com a AF. Relata que o CMDRS - Conselho Municipal de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Desenvolvimento Rural e Sustentável é um dos órgãos que abriu a possibilidade da participação e da negociação de acesso às políticas públicas; entretanto um dos principais entraves para o fortalecimento da AF é a falta de água, já que a cidade encontra-se encravada no Semiárido Brasileiro (três meses de chuva e nove meses de seca) fator que dificulta a produção por conta do longo período de estiagem; os pequenos agricultores comercializam parte do excedente na feira livre incentivada e mantida pelo Poder Público e recebem do CMDRS todo o aparato necessário para participar da compra institucional porque embora existam 27 associações comunitárias, nenhuma delas possui DAP jurídica, o que permitiria a comercialização através de Grupo Formal; assim sendo as compras são feitas individualmente com os produtores; uma característica da cidade é a compra de carne animal (frango caipira) da AF; afirma a pesquisadora que a compra individualizada traz contornos diferenciados ao processo porque todas as etapas passam a ser discutidas entre a Nutricionista e os agricultores, demandando mais atenção, mas ao mesmo tempo essa correlação tem trazido maior articulação e aprendizado para os agricultores, processo inicial que certamente culminará na criação da futura associação – incentivada pelo Conselho e desejada pelos pequenos produtores que veem nesta entidade a ser formada a grande possibilidade de conseguir maior independência, maior assistência técnica e maior representatividade, podendo alcançar voos mais altos na comercialização de produtos na cidade e em outras localidades, sejam eles mercados institucionais ou privados.

A ausência de Grupo Formal em Capitão Enéas não impediu que o município quase alcançasse a meta estabelecida pelo PNAE; os gestores, imbuídos do forte compromisso de alterar a realidade, superaram inclusive a falta de água na região o que comprova que a vontade política e o estreitamento das relações entre os atores é fundamental para o sucesso do PNAE e de todos os seus princípios e objetivos.

Circuito das Frutas (SP)

Com grande importância turística atrelada ao oferecimento de frutas de alta qualidade – dentre elas a uva, o morango, o pêssego, a goiaba, a ameixa, o caqui, a acerola e o figo – o denominado Circuito das Frutas do interior do estado de São Paulo possui enorme relevância econômico-financeira para os municípios de Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo. Na pesquisa consultada, relata

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

que houve aumento de repasse dos recursos nos grandes municípios de Jundiaí e de Indaiatuba, superiores a R\$ 700.000,00, mesmo assim na época da pesquisa realizada por SOUZA-ESQUERDO, et al (2014) nenhum deles havia conseguido cumprir com eficiência as obrigações dos 30% em benefício da AF, o que representa um paradoxo por ser tratar de cidades com presença marcante na produção de frutas, diagnosticando um processo lento de inserção dos agricultores ao PNAE, registrando que em 2010, primeiro ano da implantação da Política na região, apenas o município de Louveira conseguiu comprar da AF local contratando com três agricultores a entrega de alface, rúcula e pimentão com valor que chegou a apenas R\$ 4.025,00, investimentos que acusaram melhora no ano de 2012, citando o exemplo de Atibaia que utilizou 67% dos recursos para a AF com a aquisição de alface, cenoura, brócolis, banana, verduras e legumes, traçando como principais desafios em busca da Segurança Alimentar a falta de documentação dos agricultores, o baixo valor do programa, a ausência de organização dos produtores; entraves que não serão superados se não houver vontade política na promoção e no fortalecimento da AF.

Como verificado, a sensibilização dos agricultores na criação de uma entidade representativa é crucial para o fortalecimento da AF, esse papel, conforme já registrado em outros trabalhos, deve ser fomentado pelo gestor público, principal beneficiário do fortalecimento dos pequenos produtores na comercialização dos produtos locais.

Conchal (SP)

O estudo de caso do município de Conchal feito por JESUS (2012) abrange um retrospecto das Chamadas Públicas e relata a dificuldade de interpretação das Resoluções do FNDE por parte de diversos municípios vizinhos (Holambra, Arthur Nogueira, Araras e Mogi-Mirim) que foram consultados sobre suas experiências pessoais na implementação do Programa, defendendo que a Chamada Pública não é um processo licitatório e sim uma *compra social* porque o critério de julgamento não é apenas o do valor e sim o da territorialidade, afirmando ainda, ao mencionar que a consolidação do processo em Conchal somente foi possível porque os agentes institucionais – Casa da Agricultura da cidade – participaram, mobilizaram e incentivaram os agricultores a se associarem à Cooperativa de Araras e, tempos depois, graças à confiança adquirida, fundaram a sua própria associação.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Diversos gestores passaram por idênticas dificuldades de interpretação das normas do PNAE; alguns utilizaram o método de interpretação restritivo, mantendo para a compra social as mesmas regras do processo licitatório tradicional com ênfase no menor preço; outros utilizaram o método de interpretação literal ou gramatical, mais simples e menos subjetiva das formas de interpretação, recorrendo-se ao que as palavras da lei querem dizer. Dizem os especialistas que a simples análise gramatical utilizando o sentido literal das palavras não é o bastante para fazer a correta interpretação daquele comando jurídico em especial, pois esta interpretação pode levar a uma conclusão que aberre do sistema; e ainda existem outros que se utilizaram do método teleológico ou lógico, que consiste na pesquisa profunda e na busca da real finalidade do dispositivo legal e ainda na vontade do legislador no momento da feitura da norma.

Segundo ensina a hermenêutica jurídica, diante de um conflito da interpretação literal e lógica, a lógica deverá prevalecer se atender as exigências do bem comum, e aos fins sociais a que o dispositivo se destina.

A “compra social” denominada por JESUS (2012) exemplifica a correta utilização da interpretação teleológica ou lógica, quer seja, após alguns momentos de dúvida, o município de Conchal decidiu que a AF, por intermédio do PNAE/FNDE/MEC não seria fortalecida se a Administração continuasse a comprar os produtos através do processo tradicional das Licitações Públicas, denominando o novo processo não de compra pública e sim de compra social, vez que a Resolução do PNAE trouxe regras específicas para um processo novo e específico, atingindo e beneficiando diretamente uma importante categoria, deixando de lado as amarras do menor preço existente na Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores para inaugurar as Chamadas Públicas, mais céleres, menos burocráticas e mais participativas.

Maravilha (SC)

Trabalho de pesquisa de autoria de MOTTER, TEO (2012) realizado em Maravilha, estado de Santa Catarina apontou que a maioria dos produtos da AF são fornecidos pelos pais dos alunos, agricultores locais, o que incentivou a discussão pedagógica sobre a importância da Segurança Alimentar; são cerca de 20 agricultores integrantes de uma Cooperativa existente na cidade, entidade formal que facilita a produção e a comercialização

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

dos produtos da AF, trabalhando com metas e padrões de qualidade, melhorando a inserção dos produtos também aos consumidores em geral, via mercados e feiras semanais. Para os pesquisadores, o fortalecimento da AF em municípios de menor porte, sentem a ausência de diversidade de cooperativas de agricultores e a falta da inspeção sanitária nos locais de produção, destacando que inexistente ação por parte dos gestores municipais no incentivo da produção familiar Agroecológica.

Essa possibilidade de colocar o produtor rural “dentro da sala de aula” como um dos principais atores da Política Pública da Merenda Escolar deveria ser copiada em outros municípios, convidando os produtores, individualmente ou representados pelas Cooperativas e Associações a interagir com alunos e professores, destacando como produz, onde produz e o que produz; essa parceria poderia ainda ser o embrião de um projeto de visita dos alunos ao campo, conhecendo a vida do AF e da sua família, além da verificação *in loco* dos gêneros consumidos pelos estudantes, criando a interligação entre as duas extremidades mais importantes do Programa: produtores – alunos.

Orizânia (MG)

Na pesquisa de avaliação da cidade mineira de Orizânia, ABREU (2014) detecta a existência de grupo formal representativo dos anseios dos pequenos produtores locais e o cumprimento da meta estabelecida pelo PNAE tendo adquirido em 2013 o percentual de 30,5% da AF; no entanto, a crítica que se faz é que a Associação dos Produtores Familiares foi criada única e exclusivamente para atender ao PNAE, não havendo até a elaboração da pesquisa nenhum outro canal de comercialização coletiva ou atividades mais amplificadas que pudessem redundar na ampliação dos mercados e, conseqüentemente, no fortalecimento da independência econômica da AF local.

O associativismo praticado em Orizânia deve ser mais abrangente, deixando a unicidade em segundo plano e partindo para o mercado privado para comercialização dos excedentes; além disso cabe também ao gestor público intensificar estudos na criação da feira do produtor, evento criado em inúmeras cidades brasileiras e que tem sido fator importante não só para a efetividade e cumprimento da meta estabelecida pelo PNAE como também um fomentador de outros mercados institucionais, em busca da solidificação da AF Local.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Pirapozinho (SP)

Trabalho realizado no município de Pirapozinho, interior do estado de São Paulo, de autoria de ARISTIDES (2013) identificou a existência de uma Associação criada ainda no ano de 1993, congregando produtores rurais da própria cidade e dos municípios vizinhos de Presidente Prudente, Tarabaí, Álvares Machado, Taciba e Santo Inácio e que passou a participar do PNAE lançado pelo município desde 2012; apesar dessa integração de produtores regionais, relata o desinteresse de diversos associados com o futuro da associação, principalmente porque os planos de aumentar o leque dos produtos incluindo a cadeia leiteira, com futura instalação de um laticínio no distrito industrial que a Administração atual prometia implantar pode não acontecer porque a Associação já foi informada de que tais planos não estão contemplados pela nova Gestão; concluiu a pesquisadora que as Políticas Públicas passam a ser menos expressivas quando há redução ou inexistência da participação e da articulação dos grupos locais, que não buscam alternativas para a mitigação de problemas que vão surgindo, enfatizando que uma associação bem organizada é uma ferramenta importante para conquista de muitos direitos do homem do campo e que a possibilidade de inserção de um município em programas sociais é muito maior, ou melhor, se faz concreta diante das demandas e necessidades vividas pelos grupos que não dispõem de condições técnicas e estruturais.

O exemplo de Pirapozinho enfatiza os reflexos negativos com a descontinuidade do Programa, por conta da alteração da Administração, gestora e principal interessada no fortalecimento da Política Pública; o planejamento da criação de agenda institucional – no caso da Política do PNAE – deve ser partidário e pensado sobre a ótica sócio-econômica do município e da região onde ele está inserido; não se trata de uma política de governo para apenas quatro anos, mas sim de uma Política Pública que já possui 62 anos de existência e inúmeros casos bem sucedidos e de boas práticas no cumprimento de sua efetividade.

Ourinhos (SP)

O município de Ourinhos, no interior de São Paulo, cidade que possui aproximadamente 103 mil habitantes foi enfocada através de avaliação realizada por SILVA; PEDON (2015) que diagnosticou que o gestor local vem alcançando seus objetivos, registrando que grande parte dos produtos fornecidos pela AF são provenientes de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Cooperativas da Região Sul do país, o que seria uma contradição das diretrizes do PNAE uma vez que a maciça participação da AF de outras localidades não possibilitam o fortalecimento local, defendendo uma política de cunho territorial; destacou que a inclusão de diversos gêneros que não são produzidos pela AF local ou regional acaba incentivando a participação de grandes cooperativas, mencionando a Cooperativa de Erechim, do Rio Grande do Sul, formada por 3.010 associados; em outras Chamadas Públicas, acusou a participação e a contratação com cooperativas de Gravataí, do Rio Grande do Sul, de Querência do Norte, do estado do Paraná e da Cooperativa Central Gaúcha, da cidade de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, que possui 171.000 agricultores associados; os índices de compra com a AF pulou de 7,55% (2010) para 42,19% (2012) justamente quando passou a receber as Cooperativas da Região Sul; enfatizando que o maior volume de investimentos não ficou com a AF local, contradição do programa que é reiterada nas conclusões, registrando a considerável capacidade de organização dessas cooperativas que são capazes não só de plantar, como também de realizar o beneficiamento e a industrialização dos seus produtos e que devido a essas especificidades passaram a disputar e a vencer as Chamadas Públicas no estado de São Paulo.

A escolha de inclusão de gêneros que histórica e culturalmente não fazem parte da AF Local ou regional não atende aos desígnios da Lei, afugenta possíveis interessados e não fortalece a AF, pelo contrário, enfraquece os pequenos produtores Locais que se veem desprestigiados dentro do próprio território.

È inegável que o associativismo e o cooperativismo tem suas raízes nos estados onde se concentram diversos imigrantes europeus, que trazem consigo a cultura feudal, ou da relação do homem com a terra e não do homem com a propriedade; essa cultura enraizada em especial no estado do Rio Grande do Sul não deve ser menosprezada e sim objeto de análise e pesquisa científica para que os demais estados da federação aprendam como se organizar e como defender seus interesses através de Grupos Formais onde a palavra de alguns torna-se mais forte do que a palavra de um único agricultor.

Rio Claro (SP)

O trabalho que avaliou a Política na cidade paulista de Rio Claro, realizado por SARMENTO (2012) identificou que antes da edição da Resolução do MEC/FNDE/PNAE

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

(2009) não havia grupo formal de agricultores, fazendo com que o gestor municipal incentivasse a criação de uma associação em 2010. Em 2011, o município comprou 9,48% da AF; em 2012 chegou a 28,72%, enfatizando que a comunicação entre a Prefeitura e os Agricultores foi fundamental para o fortalecimento do Programa através da construção de um planejamento conjunto no que se refere à capacidade de produção local para a formulação do cardápio da merenda; análise comparativa sobre a necessidade dessa agenda local trouxe informações sobre o município de Registro que após a realização do Primeiro Seminário de Segurança Alimentar Regional, conseguiu destinar 50% do repasse para a AF, concluindo também que a mobilização e a organização dos produtores em associações ou cooperativas é fundamental para o fortalecimento da política.

São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)

O município mineiro de São Gonçalo do Rio Abaixo foi avaliado em trabalho de dissertação por conta das boas práticas relacionadas ao PNAE e também porque durante três anos (2009, 2010 e 2013) foi merecedor do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda, superando a meta estabelecida pelo PNAE; em 2013 investiu 86% dos recursos em favor da AF local; aponta a pesquisadora ABREU (2014) uma curiosidade existente no município que é a produção de bananas para os fabricantes de banana chips, fonte de renda de diversos agricultores, grupo informal que já estuda inclusive a criação de uma associação específica para garantir não só a qualidade do produto e a padronização dos preços como também se transformar em Grupo Formal visando outros mercados; todavia, aponta que não existe uma cultura associativista entre eles; as boas práticas com relação ao PNAE nasceram do interesse do Poder Público em incentivar a organização dos agricultores; a Secretaria de Agricultura Municipal convidou os associados de uma antiga associação de origem rural existente na cidade, a Associação Comunitária do Timirim; como ela estava inativa, houve um esforço conjunto do poder público municipal e dos agricultores familiares para reativá-la para fornecer produtos ao PNAE; informa à pesquisadora que a gestão municipal arcou com todos os custos e com profissionais para que a Associação voltasse a funcionar; no período da avaliação a Associação contava com 42 associados; para eles, a participação em grupos formais, os vínculos com outros atores envolvidos no processo (por exemplo, extensionistas, agricultor familiar fornecedor e nutricionista), a informação sobre a Chamada Pública, a

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

confiança dos demais atores e a capacidade produtiva são recursos importantes. O peso político desse grupo social e dos demais fornecedores junto ao poder público municipal também importa, já que a aquisição de produtos para a administração pública pode ser (*e frequentemente é*) um processo mais político do que técnico.

São Bernardo do Campo (SP)

O caso do Município de São Bernardo do Campo, trazido por CORÁ; BELIK, et al (2012) ilustra os desafios vividos por outras inúmeras localidades brasileiras que não possuem tradição agrícola e cujas áreas dedicadas à agricultura são mínimas; neste caso, a vantagem de São Bernardo é a facilidade de acesso ao chamado cinturão verde de São Paulo, formado pelos municípios de Arujá, Biritiba, Guararema, Mogi das Cruzes, Salesópolis, Santa Isabel, Suzano, entre outros, extensa região que abriga a principal e mais tradicional área de produção de hortaliças e frutas do Brasil, uma das pioneiras na produção de frangos e ovos; graças a essas especificidades e a vontade política dos gestores, o município sensibilizou diversas cooperativas das cidades vizinhas a participar do Programa, criando laços que possibilitaram o cumprimento das metas do FNDE/PNAE, destacando-se como inovação a contratação dos produtores, via cooperativas, pelo prazo de 03 (três anos), confirmando não só a criação de uma agenda regional de Segurança Alimentar como também ofertando condições de sustentabilidade dos produtores que já saberão quanto e quando entregarão seus produtos nos próximos três anos de safra.

São Luiz do Paraitinga (SP)

A análise realizada por SILVA (2014) na Estância Turística de São Luiz do Paraitinga confere a certeza de que a mobilização e o empoderamento dos agricultores são aspectos essenciais para o fortalecimento da Política Pública do PNAE; as iniciativas já existentes no município foram ferramentas fundamentais para essa assertiva: graças ao PDRT - Programa de Desenvolvimento Rural Territorial destinado a contribuir com o desenvolvimento rural de forma integrada e compartilhada com as comunidades rurais vizinhas, através da dinamização e diversificação da economia rural, o fortalecimento das associações comunitárias e suas redes apresentaram no PNAE resultados socialmente admirados; a ligação do PDRT promovido pela ONG Akarui e dos parceiros, a Associação

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Rural do Mato Dentro e a Associação Corredores Ecológicos do Vale do Paraíba possibilitou a efetiva participação no Programa da Merenda Escolar, resultando em importante fonte de geração de renda e de emprego, bem como da sustentabilidade ambiental.

São Miguel da Boa Vista (SC)

A avaliação realizada no município catarinense de São Miguel da Boa Vista por MOTTER, TEO (2012) demonstra a efetiva vontade política do gestor municipal no fortalecimento do Programa desde o seu nascimento; diante da limitação e falta de veículos para transporte, os dois únicos agricultores que fornecem produtos para a Merenda Escolar foram contemplados com Lei Municipal que assumiu o transporte dos produtos, da propriedade rural para a Prefeitura; outra constatação foi a ausência, neste pequeno município (1.972 habitantes) de uma Associação, que neste caso poderia congrega os dois produtores locais e demais produtores da região, organizando e fortalecendo ainda mais o conjunto de atores tendo como objetivo a Segurança Alimentar, além do incentivo concreto da produção familiar Agroecológica.

Sorocaba (SP)

Na avaliação efetuada no município paulista de Sorocaba, sob a autoria de GONÇALVES (2014) identificou-se a existência de diversas cooperativas e associações que foram criadas em virtude da possibilidade de acesso aos programas de compras governamentais; nove instituições estão articuladas na CPRA - Cooperativa Central de Produção e Abastecimento de Sorocaba, que tem como objetivo facilitar a comercialização dos produtos e a logística de distribuição para os mais de 1.000 produtores associados que comercializam a maior parte daquilo que produzem na própria região, em feiras livres, entrepostos como a CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo e o CEAVO- Centro de Abastecimento de Votorantim, concluindo que apesar dos entraves encontrados na abertura de um espaço marcado por grandes empresas e fornecedores de alimentos, as políticas de compras públicas institucionais estão alcançando resultados positivos em relação à sustentabilidade econômica dos agricultores, bem como na estruturação dos grupos formais em que estes se encontram associados; todavia persiste o baixo envolvimento dos próprios associados e cooperados que ainda comercializam a maior

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

parte de sua produção por intermédio de atravessadores. Neste sentido, é primordial que tais instituições deem um passo à frente em direção à profissionalização de suas estruturas organizacionais em busca de melhores posições no mercado, incentivando a participação nas discussões porque este seria o caminho mais seguro para a melhoria da situação econômica, requisito fundamental para a fidelização dos agricultores associados, diminuindo gradualmente sua dependência do Estado.

Tambaú (SP)

CORÁ; BELIK, et al (2012) relatam um caso de sucesso com relação ao PNAE vivido no município paulista de Tambaú; o histórico de superação narra que em 2005, com o surgimento do Programa – PAA a cidade já contava com uma associação de produtores, nascida em função dos Programas de Microbacias I e II, executada pela Coordenadoria de Assistência Integral – CATI; entretanto essa instituição não poderia participar do convênio com a CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento porque seus integrantes eram apenas agricultores que viviam na área das microbacias; a única representatividade da AF na região era o Sindicato Rural, patronal, formado por grandes produtores de cana e laranja; foi assim que os pequenos produtores, fortemente incentivados pela técnica do SEBRAE Serviço de Apoio as Micro Empresas de São Paulo, criaram a APTA - Associação dos Produtores de Tambaú, nascida com certo descrédito por parte dos seus associados com relação ao Programa, em virtude de que outras tentativas de se criar instituições semelhantes (associação/cooperativa) não foram bem sucedidas; antes da associação, seus produtos eram escoados para o comércio local (quitandas e mercadinhos) e outra parte era destinada aos atravessadores que os levavam para São Paulo e Minas Gerais, nos centros de atacado; o leite era comercializado com os laticínios existentes na região; não havia feiras-livres para a comercialização dos hortifrutigranjeiros que eram vendidos em pequena escala e utilizados na alimentação dos próprios produtores; em 2010, conquistado o mercado institucional a APTA contava com 64 membros de Tambaú e 22 do município vizinho de Santa Cruz das Palmeiras, com lista de espera de agricultores interessados em se associar; concluíram os pesquisadores que o incentivo ao associativismo ou ao cooperativismo é fundamental para viabilizar a iniciativa da compra de produtos da AF; a boa prática da implementação da Política Pública em Tambaú aliou não só o grande interesse dos agricultores locais como também a vontade

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

política do gestor do Programa que se mobilizou de todas as formas para que essa parceria desse certo, desde as adaptações do cardápio elaborado pela Nutricionista, contemplando produtos existentes na AF da cidade e da região até a cessão, por comodato, com duração de 30 anos, de uma grande área na cidade, juntamente com a doação de materiais de construção para a APTA implementar o Complexo do Produtor, obra que já sendo executada com a ajuda dos associados, por intermédio de prestações mensais pagas à associação; o Complexo do Produtor receberá a sede da entidade e um pequeno laticínio com capacidade de produção de 6 mil litros de leite por dia (processados) e 12 mil litros de leite por dia (refrigerados), prevendo ainda a construção de uma usina para a fabricação e congelamento de suco de frutas, uma packing-house para embalar produtos e uma cozinha experimental.

O trabalho relata ainda que apenas 553 municípios não tem nenhuma organização com DAP Jurídica num raio de 50 km e, como a Lei prevê adaptações do cardápio para contemplar a produção local, trata-se de dado relevante, pois demonstra que, potencialmente, grande parte das prefeituras conta com condições de adquirir gêneros alimentícios de produtores familiares da sua região (2012: 96).

Torrinha (SP)

Na avaliação do PNAE no município paulista de Torrinha, realizado por ALMEIDA, et al (2014), verificou-se enorme dificuldade em atingir a meta dos 30% dos valores repassados em benefício da AF Local ou regional; servidores municipais alegam desinteresse por parte dos produtores e os produtores, por sua vez, afirmam que a Prefeitura não incentiva o fortalecimento da AF, preferindo adquirir os produtos do CEASA, transformando o produtor num simples intermediário; cita que essa ausência de diálogo entre os atores segue o exemplo do município de Jarinu; concluindo que a falta de articulação entre os interessados é um dos entraves que impedem o fortalecimento da AF, uma vez que a mobilização é papel do Poder Público como forma de sensibilizar os pequenos produtores a se organizarem, se associarem para que possam efetivamente participar dos programas institucionais de compras governamentais como é o caso do PNAE.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Tupã (SP)

Em Tupã, São Paulo, PEREIRA; LOURENZANI (2014) identificaram que as principais dificuldades de acesso da AF ao Programa são os fatores climáticos, a sazonalidade dos produtos, os preços praticados pelo mercado, as dificuldades de obtenção de crédito para o financiamento da produção e para investimentos em infraestrutura e equipamentos, com vistas a oferecer produtos de qualidade; destaca que muitos produtores se cooperaram por conta da exigência da Resolução do FNDE, mas que ainda não existem ações de fortalecimento da associação.

Uberlândia (MG)

O estudo de caso do município mineiro de Uberlândia realizado por BETANHO; GEARGEOURA, et al (2013) retrata o senso comum vivido pelos produtores rurais que imaginam que primeiro devem produzir para depois então descobrir como comercializar o produto; este desafio de superar o plantar para produzir incorpora a importância da organização dos produtores, através de associações e cooperativas como forma de padronização dos produtos, implementação da logística e a criação do mercado de consumo privado e institucional; apresenta o trabalho desenvolvido pela Associação dos Mandaleiros de Uberlândia, composta de produtores que plantam hortas orgânicas em canteiros formados em círculos concêntricos (mandalas); destacando que eles continuam muito mais preocupados com o que estão plantando sem dimensionar a grande possibilidade que possuem em fortalecer a AF local se houver uma integração entre eles e o Poder Público.

O Quadro 4 apresenta a síntese dos entraves e desafios que ainda precisam ser superados por alguns municípios; ao mesmo tempo sinaliza quais estratégias e boas práticas foram implantadas para uma gestão eficiente e eficaz do Programa.

Quadro 4 – Resultados da implantação e avaliação do PNAE em outros municípios realizadas por pesquisadores independentes.

MUNICÍPIO	ENTRAVES/DESAFIOS ESTRATÉGIAS/BOAS PRATICAS	RESULTADO 30% AF
AMERICANA	Entraves: Falta de informação sobre o Programa, burocracia no acesso, preços baixos de comercialização, atraso pagamentos. Desafios: Forte dependência do escoamento da produção	Cumpriu

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

(SP)	excedente, falta de adequação do Gestor à Política Pública. Estratégias: Maior divulgação do Programa, sensibilização dos produtores.	
APUCARANA (PR)	Estratégias: Forte Articulação Gestor, fortalecimento da Segurança Alimentar. Boas Práticas: Lei Municipal priorizou compra produtos AF Local, criação da Feira do Sabor e da Feira da AF. Aumento da circulação monetária.	Cumpriu
ARARAQUARA (SP)	Estratégias: Pioneirismo Segurança Alimentar na Região. Estreitamento das parcerias, criação agenda municipal, Feira Direto do Campo, Restaurante Popular, Banco de Alimentos. Entraves-Desafios: falta de organização e enquadramento dos produtores. Compra da AF em 2012 foi de 20%.	Não cumpriu
BROTAS (SP)	Desafios: Ausência de vontade política na criação de agenda para o fortalecimento da AF Local, que não foi contemplada deixando de gerar emprego e renda. Estratégias: Opção pela introdução de iogurte no cardápio adquirido de Cooperativa do município de São Pedro para cumprir a meta do PNAE. Entraves: questionamento se o leite é ou não da AF.	Cumpriu
CAPITÃO ENEAS-MG	Principal entreve da AF local: falta de água. Estratégias: Gestor incentivou os grupos comunitários que não possuem DAP Física a criarem uma Associação, criando a Feira do Produtor e aquisição de carne de frango caipira de Grupo Informal. Desafios: criar a Associação e superar os 28,5% atingidos em 2013.	Não cumpriu
CIRCUITO DAS FRUTAS (SP) 10 Cidades	Região de comercialização de frutas, composta dos municípios de Atibaia, Indaiatuba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira e Morungaba. Contradição: em 2014, nenhuma das 10 cidades atingiu os 30% da meta do PNAE. Entraves e desafios: desinteresse dos produtores Locais causa lenta inserção ao Programa; falta de documentos, baixo valor do programa, ausência de organização entre os produtores.	Não cumpriu
CONCHAL (SP)	Desafios: Enorme dificuldade no início do Programa dada a interpretação da Lei do PNAE em virtude do critério de julgamento não ser o preço. Estratégias e Boas Práticas: Mobilização realizada pelos Agentes Institucionais incentivou que os produtores locais se associassem à Cooperativa de Araras, criando posteriormente uma Associação da cidade.	Cumpriu
MARAVILHA (MG)	Desafios: Municípios de pequeno porte sentem ausência de entidades associativas, falta de inspeção sanitária nos locais de produção, ausência do incentivo do Gestor municipal pela produção Agroecológica. Estratégias: Produtos fornecidos pelos pais dos alunos beneficiados incentivou discussão pedagógica sobre a importância da Segurança Alimentar. Boas Práticas: Cooperativa Local, composta de 20 agricultores possibilitou o cumprimento da meta (2012).	Cumpriu
ORIZÂNIA (MG)	Atingiu meta de 30,5% (2013). Entraves e Desafios: Associação de pequenos produtores criada só para atender ao PNAE, inexistindo outro canal de comercialização dos excedentes, possibilitando a ampliação dos mercados e o fortalecimento e a independência econômica da AF Local.	Cumpriu

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

OURINHOS (SP)	Estratégias: Gestor optou pela inclusão de diversos gêneros que não são produzidos pela AF Local nem Regional para o cumprimento da meta. Essa escolha incentivou a participação efetiva de Cooperativas da Região Sul do país, mais organizadas e articuladas. Desafios: não buscou o fortalecimento da AF Local ou Regional, um dos princípios do Programa.	Cumpriu
PIRAPOZINHO (SP)	Estratégias: Gestor incentivou reativação de antiga Associação (1993) que congrega produtores dos municípios de Presidente Prudente, Tarabaí, Álvares Machado, Taciba e Santo Inácio, criando integração microrregional para vender os produtos para o PNAE. Desafios: existência de forte resistência e desinteresse com o futuro da Associação porque uma promessa de doação de terreno feita pelo Prefeito anterior não seria cumprida pelo novo Prefeito Eleito (2013), causando a desarticulação dos grupos locais.	Não cumpriu
RIO CLARO (SP)	Entraves: Até 2009 não havia Grupo Formal na cidade. Estratégias: Após forte incentivo do gestor, foi criada uma Associação (2010) que possibilitou atingir a meta de 28,72% da AF Local, resultado de estreitamento do canal de comunicação e do planejamento conjunto de ações.	Não cumpriu
SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)	Entraves e Desafios: falta de tradição agrícola, área mínima de plantio. Estratégias: vontade política do Gestor sensibilizou a participação de Cooperativas de cidades vizinhas no PNAE, Instituído compra com contratos de duração trienal, possibilitando a segurança dos produtores. Entraves: o período longo dos contratos impede a participação de novos atores.	Cumpriu
SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO (MG)	Premiado em 2009-2010-2013 Gestor Eficiente, superando a meta do PNAE e chegando a 86% em 2013 comprando da AF Local. Estratégias/ Boas Práticas: Para atingir esses resultados, houve forte incentivo da reativação de antiga Associação, com todos os custos pagos pelo município. Desafios: inexistência da cultura associativa entre os produtores que necessitam continuamente de incentivos e de capacitação.	Cumpriu
SÃO LUIZ DO PARAITINGA (SP)	Estratégias e Boas Práticas: A mobilização implementada pelo Gestor ofertou o empoderamento dos agricultores locais, fortaleceu a Polícia, dinamizou as associações comunitárias, importante fonte de geração de emprego e renda e de sustentabilidade ambiental.	Cumpriu
SÃO MIGUEL DA BOA VISTA (SC)	Entraves/Desafios: Município pequeno. Ausência de associação Local e Microrregional impede a efetividade da Segurança Alimentar e o início da cultura de uma AF Agroecológica. Estratégias e Boas Práticas: Ação política do Gestor criou Lei Municipal autorizando o transporte dos produtos da roça até a Prefeitura.	Cumpriu
SOROCABA (SP)	Desafios: Grandes dificuldades na quebra do paradigma da concorrência entre a AF e as grandes empresas fornecedoras de alimentos. Estratégias: Gestor buscou estruturação do Grupo Formal através de articulação conjunta de nove Cooperativas e Associações criadas para atender aos Programas Sociais. Entraves: baixo envolvimento dos associados que ainda insistem em comercialização parte dos seus produtos com atravessadores. Desafios: profissionalização das estruturas organizacionais, ações	Não cumpriu

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

	permanentes entre os atores.	
TAMBAÚ-SP	Histórico de superação de Desafios e entraves : descrédito na formação da Associação, uma vez que diversas outras tentativas semelhantes não haviam sido bem sucedidas. Estratégias : Vontade política na mobilização de atores, reativação antiga Associação (2005) que hoje tem 64 associados de Tambaú e de Santa Cruz das Palmeiras e uma lista de espera para os demais interessados. Boas Práticas : Ação conjunta da Prefeitura e do SEBRAE mudou a realidade verificada no município que doou área pública para a construção do Complexo do Produtor.	Cumpriu
TORRINHA (SP)	Entraves e Desafios : Desinteresse produtores, falta de incentivo por parte do gestor, que adquire produtos do CEASA, ausência de diálogo entre atores, falta de articulação e da criação de grupos Formais.	Cumpriu
TUPÃ (SP)	Entraves : Grande dificuldade e acesso da AF Local. Principais entraves: fatores climáticos, sazonalidade dos produtos, baixos preços, dificuldades na obtenção de crédito pelos agricultores para financiamento da produção e aquisição de implementos e demais insumos. Desafios : Inexistência de ações conjuntas na criação e no fortalecimento de um Grupo Formal.	Cumpriu
URBERLÂNDIA (MG)	Principal desafio : acabar com o senso comum de primeiro se plantar para depois tentar comercializar os produtos. Entraves : Ausência de organização dos produtores, inexistência de agenda institucional e de maior integração entre os atores.	Cumpriu

(Avaliação comparativa elaborada pelo Autor. Fontes: ABREU: 2014, SOUZA-ESQUERDO et al: 2014, JESUS: 2012, MOTTER, TEO: 2012, ARISTIDES: 2013, SILVA; PEDON: 2015, SARMENTO: 2012, ABREU: 2014, CORÁ; BELIK et al: 2012, SILVA: 2014, , GONÇALVES: 2014, ALMEIDA et al: 2014, PEREIRA; LOURENZANI: 2014, BETANHO; GEARGEOURA; et al:2013).

O resultado da eficiência no cumprimento da meta do MEC/FNDE/PNAE pela maioria dos municípios pesquisados (15) revela que algumas estratégias adotadas não contemplaram o fortalecimento da AF, tampouco da AF Local; com a inclusão de iogurte no cardápio, adquirido de uma cooperativa regional, com a decisão de aquisição de hortifrúteis no CEASA e com a determinação de inserção de gêneros que não são plantados na cidade nem na microrregião, três municípios cumpriram a exigência dos 30%, mas não fortaleceram os laços com a AF Local, mesmo porque se questiona se o leite adquirido seria mesmo proveniente da AF, além do fato de não estimularem a geração de emprego e renda locais, decidindo investir em grandes fornecedores (CEASA) e na AF do Rio Grande do Sul que participou efetivamente das Chamadas Públicas.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Apesar do cumprimento da meta, alguns gestores ainda não criaram uma agenda institucional como forma do fortalecimento entre os atores; um deles incentivou a criação de Grupo Formal exclusivamente para atender ao PNAE, deixando de discutir outras políticas e outros canais para a comercialização dos excedentes.

As estratégias e boas práticas ficaram por conta de poucos gestores que definitivamente resolveram entrar em cena, criando leis municipais que possibilitou a compra exclusiva da AF Local e que autorizou o transporte dos produtos da roça à cozinha da Prefeitura, com as despesas custeadas pelo Poder Público, reativação de antiga associação que também teve os custos pagos pela Prefeitura, ampliação da publicidade nos processos de compra, sensibilização dos produtores, forte incentivo ao Associativismo e ao Cooperativismo, criação de Feira do Produtor Rural e destinação de área pública para a construção do Complexo do Produtor Rural.

Portanto, a simples leitura sobre o cumprimento da meta não espelha de fato, quais foram as decisões de escolha para o efetivo cumprimento da Lei; ou seja, poucos municípios realmente criaram novos laços institucionais, outros tantos bateram a meta, nada mais.

Essa diversidade de ações, opções e tomada de decisões coloca um novo desafio ao MEC/FNDE/PNAE que seria a criação de um novo índice que realmente demonstrasse de que forma os 30% foram alcançados, se a AF foi incentivada e ainda se a AF Local foi alavancada, sob pena de verificarmos ao longo dos anos da execução dessa importante Política Pública o simples cumprimento de tabela.

BACCARIN (2016) relata em seu trabalho intitulado “Indicadores de Avaliação das Compras da AF para alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo” a necessidade do desenvolvimento de nova metodologia para avaliação da aplicação das exigências legais, ou ainda uma série de indicadores e aferição de boa parte deles, tomando como ponto de partida o PNAE realizado nesses três estados, com foque na eficiência do Programa.

Dos sete municípios pesquisados que ainda não haviam cumprido a meta estabelecida os entraves são a falta de organização entre Grupos Formais, total desinteresse dos pequenos produtores em razão do baixo valor do Programa, do preço praticado e dos atrasos nos pagamentos, forte resistência e falta de vontade política dos gestores.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Os enfoques locais apontam inúmeros desafios que precisam ser objeto de aprofundamento e de amadurecimento através de debates, devendo ser combatidos e superados e, ao mesmo tempo apresentam algumas lições e histórias de boas práticas que merecem ser divulgadas, multiplicadas e copiadas pelos gestores que ainda não atingiram o percentual exigido pelas normas do MEC/FNDE/PNAE.

Inegável, em todas as pesquisas consultadas a importância e a necessidade da organização dos produtores em cooperativas e associações, se transformando em pré-requisito do sucesso ou do insucesso do fortalecimento da AF; esse comprometimento em várias oportunidades nasceu de ações do próprio gestor público, se transformando em alavanca do sucesso, como no caso de um município de Santa Catarina, citado por SOARES, et al (2014) cuja associação formada por 37 agricultores locais, nasceu graças ao envolvimento da Secretaria de Agricultura, com cursos de formação e de assistência técnica, priorizando os produtores mais vulneráveis e uma ação articulada.

Neste sentido, existindo por parte dos gestores vontade política de fazer deste Programa uma marca não só da Administração, que é passageira, mas sim um conjunto de ações sustentáveis a longo prazo que resultem em prosperidade aos pequenos agricultores locais e ganho de qualidade nos produtos adquiridos para a Merenda Escolar, estarão eles contribuindo de forma determinante para a emancipação dos produtores associados ou cooperados e concretizando o fortalecimento da AF Local ou microrregional, tornando perenes a geração de emprego e renda e a Segurança Alimentar.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

3. ATORES DO PNAE MATÃO

Dentro da Política Pública ligada à Merenda Escolar, via Ministério da Educação, temos tres Grupos de atores: o primeiro deles é composto pelos órgãos públicos cuja tarefa é propiciar o aporte de recursos, ditar normas e regras para o cumprimento efetivo do Programa, fiscalizando sua execução e corrigindo falhas. Esse grande grupo é formado ainda pelos gestores, que receberam a tarefa de executar o Programa dentro das regras editadas pelo Governo Federal.

No segundo Grupo temos os organismos de apoio formado por entidades do Poder Público, auxiliadas por entidades da sociedade civil que canalizam suas atuações em favor do fortalecimento da Agricultura Familiar.

O terceiro Grupo é composto pelos principais beneficiários do Programa: numa das extremidades estão os pequenos produtores rurais e suas famílias que vivem do sustento da terra e na outra ponta os estudantes, divididos em faixa etária e graus de ensino, seja em escola pública ou entidade privada que reconhecidamente atua no processo de ensino/aprendizagem.

No município de Matão verificamos a existência dos atores representativos dos três Grupos: dos gestores que executam a política através da Secretaria da Educação, do Departamento de Educação, dos Diretores de Creches e Emeis, das Diretoras, coordenadoras, professoras e demais servidores das Creches e das Emeis e do Departamento de Alimentação, encabeçados pelo Chefe do Poder Executivo; dos organismos público-privados que auxiliam na condução da Política formados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, pela Casa da Agricultura de Matão que atua de forma conjunta Estado/Município, pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Matão, pelo ITESP que gerencia os Assentamentos existentes nas cidades de Matão, Motuca e Araraquara e ainda pelos membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, formado por servidores públicos e pessoas da sociedade civil e, todos eles, com a missão de estreitar os laços, criar mecanismos e ações institucionais que fortaleçam e propiciem ao pequeno e médio produtor local ou regional e suas famílias, todas as condições necessárias para o fortalecimento, geração de emprego e renda capaz de mantê-los na área rural com dignidade, qualidade de vida, através da produção de produtos livres de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

agrotóxicos e em sintonia com a sustentabilidade ambiental. O terceiro Grupo verificado em Matão é formado pela AF existente na zona rural e pelos estudantes oriundos das Creches, Pré-Escolas, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio e da Educação Especial, cerca de 15.329 alunos que receberam, no período entre 2010 a 2015, cerca de 22.226 refeições diárias, números absolutos e consolidados que espelham a importância da Política Pública do MEC/FNDE/PNAE na cidade de Matão.

3.1 Produtores rurais

Nosso trabalho de pesquisa realizado no município de Matão buscou inicialmente identificar quem eram os pequenos produtores rurais através de contatos iniciais com diversos produtores detentores de DAP física (individual) que participaram de reuniões realizadas pela Casa da Agricultura de Matão – CATI e também pelo Sindicato Rural; foram utilizados também os dados de todos os produtores cadastrados na Casa da Agricultura, além de informações complementares sobre a AF Local coletadas na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Matão, órgãos do Estado e do Município que realizam a interface entre o Poder Público e a AF Local.

O conjunto de dados existentes foi ainda enriquecido pelo contato direto com alguns produtores localizados na zona rural de Matão; alguns deles já cadastrados na Prefeitura de Matão por conta da comercialização de produtos para a Merenda Escolar, o que possibilitou a criação de um questionário básico aplicado em momento posterior, como forma de quantificar as dúvidas sobre os Programas Sociais governamentais ligados aos produtos por eles comercializados.

Foram ainda coletados os dados sobre a AF Local na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, no Sindicato Rural de Matão e na Casa da Agricultura de Matão.

De posse do cadastro fornecido pela CATI-Matão, procedeu-se a pesquisa via telefone; todavia, como 70% (59 produtores) não foram identificados porque não atenderam as chamadas telefônicas, foram realizadas visitas *in loco* em pequenas propriedades de agricultores conhecidos que possuem sítios e chácaras às margens da Rodovia Faria Lima e Washington Luiz; no IBEC; no Distrito de São Lourenço do Turvo e de alguns assentados do Horto, antiga CODASP Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, atual

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Assentamento do Complexo Monte Alegre ligado ao ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo para então formular um questionário com perguntas básicas como forma de identificar até que ponto os produtores conheciam sobre o PNAE e também para diagnosticar as dificuldades em participar do programa institucional.

O Quadro 5 ilustra o resultado final desse trabalho inicial quando foram entrevistados 79 agricultores daqueles que possuem cadastro na CATI-Matão (94%) e os números demonstram que um percentual expressivo deles nunca vendeu para a Prefeitura (69%), apesar de que, mais da metade já conhecer os trâmites da Chamada Pública da AF (52%); e que quase 70% já ouviu falar da Política Pública do PNAE ligado a Merenda Escolar; identificou-se também elevado percentual de agricultores formalmente ligados à AF, já que 75% deles possuem DAP Física; sendo que a maioria pretende diversificar sua produção (60%) e ainda que uma parcela considerável dos entrevistados (79%) manifestou interesse em receber informações adicionais sobre a dinâmica do Programa para futuras contratações com o Poder Público. Outro diagnóstico importante foi à constatação de que apenas 4% integram alguma cooperativa ou associação de outra localidade e que a maioria esmagadora (96%) nunca participou de uma entidade representativa do produtor rural.

Quadro 5 – Resultado da entrevista com os Produtores de Matão.

UNIVERSO PESQUISADO: CADASTRO DA CATI-MATÃO 84 PRODUTORES CADASTRADOS - 79 PRODUTORES CONSULTADOS (94%)		
QUESTÕES FORMULADAS	SIM – PERCENTUAL QUANTIDADE	NÃO - PERCENTUAL QUANTIDADE
1. Além da produção atual, tem interesse em produzir outra cultura?	60% = 47 Pessoas	40% = 32 Pessoas
2. Possui Cadastro DAP?	75% = 59 Pessoas	25% = 20 Pessoas
3. Já vendeu ou vende seus produtos para a Prefeitura?	31% = 24 Pessoas	69% = 55 Pessoas
4. Teria interesse em vender seus produtos para o Município?	79% = 63 Pessoas	21% = 16 Pessoas
5. Conhece a Chamada Pública da Agricultura Familiar?	52% = 41 Pessoas	48% = 37 Pessoas
6. Conhece o Programado PNAE ligado à Merenda Escolar?	69% = 55 Pessoas	31% = 24 Pessoas

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

7. Participa de alguma associação ou cooperativa?	4% = 4 Pessoas	96% = 75 Pessoas
8. Gostaria de participar de encontro para receber mais informações?	79% = 63 Pessoas	21% = 16 Pessoas

(Fonte: questionário formulado pelo autor).

Os dados do questionário básico, mais as informações colhidas nas visitas realizadas em algumas propriedades rurais denotam a ausência total de organização dos produtores que estão espalhados pelo território de Matão; vários deles, pressionados pela força do Agronegócio arrendaram suas terras para o plantio de soja e milho; outros, devido à sanha das usinas existentes na região e diante das dificuldades, da falta de apoio técnico e de melhores condições de subsistência, acabaram vencidos arrendando suas áreas de cultivo para a monocultura da cana-de-açúcar; entre os assentados, destaca-se grande nível de politização e de organização em razão das lutas travadas num passado não muito distante, transformando-se em exemplo de determinação na luta pelas melhorias desta categoria; alguns assentados já participam a algum tempo de Programas Institucionais como o PAA e o PNAE de Araraquara e o PNAE de Matão, além de comercializar o excedente da produção em pequenos mercados e também na Feira Noturna Negócio do Campo, de Araraquara, realizada das 16h30 às 21h00 as quintas-feiras que foi criada pelo Poder Público como forma de diversificar a comercialização dos excedentes da produção local.

3.2 Departamento de Alimentação

Nossa segunda incursão dentro do processo de construção da pesquisa foi junto aos órgãos da Prefeitura Municipal de Matão ligados à Política Pública do PNAE, tendo iniciado pelo Departamento de Alimentação, uma das células do organograma existente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo o órgão responsável pela elaboração do Cardápio da Merenda, pela confecção do pedido de compras dos gêneros alimentícios, cuidando ainda do seu recebimento, estocagem em almoxarifado próprio, da manipulação e da produção parcial das refeições realizadas na Cozinha-Piloto instalada no Paço Municipal, gerenciando toda a logística diária de entrega de alimentos prontos e de produtos in natura que posteriormente são transformados nas refeições pelas cozinheiras destacadas em unidades externas.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Composto de 42 (quarenta e duas) servidores, dentre eles, uma Diretora e uma Nutricionista, 12 (doze) cozinheiras, auxiliares de cozinha, almoxarife, panificador, ajudantes e motoristas, o Departamento de Alimentação fornece diariamente 15.000 (quinze mil) refeições prontas destinadas às Escolas Estaduais e Municipais de Tempo Integral, distribuídas em três horários de entrega: as 7h00, as 10h00 e as 13h00.

Além das refeições produzidas na Cozinha-Piloto semanalmente são atendidas 19 (dezenove) Creches que recebem todos os alimentos in natura e demais insumos em variedades e quantidades que contemplem o cardápio pré-estabelecido e programado para uma semana, para que sejam estocados em local apropriado (almoxarifado, geladeiras, freezers e cozinha) para que posteriormente sejam manipulados e servidos para os estudantes, pelas mãos de 19 (dezenove) cozinheiras, já que no município não existe a função de merendeira. Existe ainda uma linha de transporte que atende todas as EMEIS com a entrega de produtos prontos (bolachas, lanches), pois nessas unidades não são servidas refeições elaboradas pelas cozinheiras. Complementa essa logística, a linha do lanche noturno, nas Escolas Estaduais, contabilizando 1.395 (um mil, trezentos e noventa e cinco) lanches fornecidos diariamente.

Relata a Diretora do Departamento que durante a semana, podem ocorrer alterações, substituições ou variações nos cardápios pré-estabelecidos, por ausência de algum insumo/produto/gênero que não foi recebido pelo almoxarifado ou ainda pela necessidade de substituição de algum produto que não se encontra em perfeitas condições de consumo; na Cozinha-Piloto, tal situação é acompanhada diretamente pela Nutricionista e pela Diretora, com o auxílio das cozinheiras, que decidem em conjunto como será a alteração no cardápio, sempre tendo como requisitos o retrospecto do paladar e da aceitabilidade de um determinado produto por outro; como parte da alimentação também é produzida diretamente nas Creches, nessas hipóteses as cozinheiras passam a ser protagonistas porque fazem sugestões de alteração do cardápio à Diretora da Unidade, levando-se igualmente em conta o retrospecto do paladar e da aceitabilidade de um determinado produto ou alimento dentro daquela Creche.

Em conversa informal com as cozinheiras da Cozinha-Piloto destaca-se que algumas já estão exercendo essa função há anos, possuindo experiência comprovada na manipulação de produtos e produção de alimentos, dando sugestões de temperos e de alterações de pratos, sendo, na maioria das vezes, ouvidas pela Nutricionista. Há alguns anos,

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

a Cozinha-Piloto conseguiu minimizar as perdas na manipulação de alimentos por conta da ocorrência constante de cursos de capacitação dos servidores e ainda buscando ouvir mais as opiniões do pessoal da cozinha no sentido de busca incessante da qualidade da comida que é produzida, resultando em aumento da satisfação por parte do servidor – *que participa ativamente das decisões* – e também dos clientes estudantis, que consomem os alimentos.

Durante a coleta de dados, a Diretora e a Nutricionista explicaram que os produtos adquiridos pelo município estão divididos em três grandes grupos:

1. Estocáveis: arroz, feijão, macarrão, açúcar, sal, óleo, vinagre, temperos, bebidas lácteas, leite, preparos e massas para pães e bolos, sucos concentrados (embalagem individual), bolachas, biscoitos, barras de cereais, etc;

2. Hortifrutigranjeiros: ovos, folhas, frutas, verduras, legumes (produtos considerados perecíveis);

3- Congelados/Refrigerados: carnes bovina, suína e de frango em cubos ou em tiras, embutidos (salsicha), frios, laticínios (queijo), suco concentrado em embalagens maiores, margarina, fermentos para pães e bolos e todos os demais produtos que necessitam de congelamento ou de refrigeração.

Acompanhamos parte da rotina dos servidores do Almoxarifado especificamente instalado para armazenamento dos produtos da Merenda Escolar. Além de todos os procedimentos de rotina, tais como: arquivo de notas, controles, elaboração de requisições de compras, follow-up das entregas e atendimento de fornecedores, a particularidade é a exigência da qualidade dos produtos recebidos que previamente são verificados, analisados e pesados para somente depois haver a confirmação da entrega propriamente dita. Muitos produtos são recusados por que não atendem as especificações contidas nos editais ou por não se adequarem às amostras mantidas pelo Almoxarifado como forma de comparação qualitativa do produto adquirido. Muitos produtos, por serem perecíveis, não permitem a manutenção de uma amostra; mas diversos outros possuem essa especificidade como é o caso dos estocáveis (arroz, macarrão, óleo, vinagre, preparos e massa para pães e bolos, dentre outros). Outro exemplo comparativo da qualidade é o teste de cocção da carne: as empresas que participam do Pregão do Item carne em cubos ou em tiras são informadas, através do Edital, que serão exigidas duas amostras idênticas da vencedora do certame: a primeira amostra é submetida ao teste de cocção que irá informar as qualidades e nutrientes do

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

produto. Ao final do teste é emitido um Laudo Técnico pela Nutricionista aprovando ou reprovando a amostra; aprovada, a vencedora assinará contrato de fornecimento do produto e todas as vezes que efetuar uma nova entrega, o produto entregue será comparado com a segunda amostra previamente depositada no Departamento. Reprovada a amostra, não haverá contrato nem fornecimento, chamando-se imediatamente a segunda melhor colocada no certame para efetuar o mesmo processo, procedimento reiterado em quase todos os produtos que são adquiridos, cada um sendo analisado, testado e avaliado conforme suas especificidades.

A eficiência na exigência e vigilância constante sobre a qualidade é muito importante e levada a sério pelos servidores do Almoxarifado e por todos os demais servidores que trabalham com a Merenda Escolar do município. Com relação aos produtos perecíveis como é o caso das verduras, legumes e frutas, o controle é ainda maior, recusando produtos amassados, mal acondicionados, amarelados ou com aspectos não saudáveis, recusando também aqueles que não estão devidamente amadurecidos ou prontos para o consumo no outro dia ou na mesma semana já que o cronograma de entregas inserido no corpo do edital prevê a recepção e imediata manipulação desses perecíveis, não ocorrendo estocagem por muito tempo, caso da banana e do mamão papaia que devem apresentar ótimas condições de armazenamento mínimo e posterior manipulação na Cozinha-Piloto ou distribuição imediata do produto in natura às 19 (dezenove) Creches que igualmente manipulam alimentos de forma descentralizada.

Essa particularidade permite ainda a flexibilidade no cumprimento dos cronogramas de entrega devido à escassez do produto naquele período, podendo haver substituição por outro que contenha idênticas propriedades nutritivas ou ainda o aceite de quantidade menor, naquele dia ou naquela semana, aguardando-se a compensação do remanescente em entregas vindouras.

Além dessa rotina, outros procedimentos administrativos são realizados pelos diversos servidores do Departamento de Alimentação, desde a discussão e elaboração do cardápio remanejado e alterado semanalmente, passando pela confecção do pedido de compras de todos os gêneros alimentícios da Merenda até a participação pessoal durante a realização dos Pregões Presenciais e das Chamadas Públicas, auxiliando o Departamento de Compras e Licitações como membros da Equipe de Apoio, acompanhando todas as fases da

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

gestão até que o produto adquirido pelo município seja transformado em alimento e servido aos alunos da cidade.

A escolha dos produtos, bem como as suas características, propriedades, quantidades e cronograma de entrega reveste-se de grande importância, afinal, serão eles que irão compor os pratos do cardápio semanal elaborado pelo Departamento de Alimentação; assim sendo, entre a Nutricionista, a Diretora do Departamento, as cozinheiras da Cozinha-Piloto e das Unidades Escolares devem criar um ambiente que propicie um trabalho sinérgico, simultâneo, de cooperação e de coesão no sentido da socialização das experiências e da padronização das decisões, que passam, evidentemente, pelas importantes contribuições, sugestões e deliberações do CAE dentro desse processo de esforço mútuo na busca permanente da eliminação do desperdício, da qualidade e da eficiência.

Em números absolutos, a Merenda Escolar de Matão fornece atualmente cerca de 23.000 refeições diárias para um universo de 15.000 alunos¹¹; tratando-se da manipulação de alimentos que em muitos casos possuem sazonalidade de colheita ao longo do ano, fica mais evidente a complexidade e o grau de dificuldade presentes no momento que antecede a formatação da lista de inúmeros produtos que deverão ser comprados.

Conforme o Quadro 6, a lista de produtos (ligados a AF) e as quantidades estimadas para um período letivo (200 dias) procura equacionar a questão da falta de algum tipo de produto ou gênero em determinado período do ano, utilizando como metodologia o retrospecto histórico e ainda algumas experiências adquiridas ao longo do exercício na função por parte dos servidores do município.

Quadro 6 – Lista de Produtos adquiridos da AF. Estimativa para 12 (doze) meses.

ITENS	UN.	QUANT.	ITENS	UN.	QUANT.
CHUCHU	KG	5.200	ALHO	KG	6.000
MANDIOCA	KG	5.100	BATATA	KG	32.640
CENOURA	KG	8.000	CEBOLA	KG	19.380
BETERRABA	KG	8.000	MANDIOQUINHA	KG	4.500
TOMATE	KG	26.000	OVOS	DZ	4.600

¹¹ Fonte: Departamento de Alimentação, Prefeitura de Matão, 2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

ABOBRINHA	KG	4.100	LARANJA	KG	19.380
CHEIRO VERDE	MÇ	10.200	MAMÃO PAPAIA	PÇ	8.466
ALFACE	MÇ	21.600	MELANCIA	KG	13.000
COUVE	MÇ	10.200	MAÇÃ	KG	10.100
PIMENTÃO	KG	5.000	ABACAXI	PÇ	26.000
PEPINO	KG	9.000	BANANA MAÇÃ	KG	8.300
ALMEIRÃO	MÇ	10.300	BANANA NANICA	KG	20.000
BRÓCOLIS	KG	4.800	PERA	KG	10.100
REPOLHO	KG	8.500	MEL	Sachê 7 grs.	15.000
MIX -Batata, cenoura, vagem	KG	6.100	MEL	Sachê 15 grs	15.000

(Fonte: Departamento de Alimentação da Prefeitura Municipal de Matão-SP).

Dentre as quantidades consumidas, destacam-se a batata (32.640 quilos); o tomate (26.000 quilos); o abacaxi (26.000 peças); a banana nanica (26.000 peças); a cebola e a laranja (19.380 quilos) e o alface (21.600 pés). Segundo informações colhidas junto ao Departamento de Alimentação, antes da existência da Resolução do FNDE exigindo a aquisição de produtos da AF, instituída em 2009 e implementada no município em 2010, não existia nenhuma preocupação com a origem dos produtos adquiridos através do processo licitatório normal na modalidade Pregão Presencial; muitos deles eram comercializados por atravessadores ou empresas do ramo da alimentação, exigindo-se dessas empresas o cumprimento das características e qualidades dos produtos, nada mais; após 2010, diversos produtos desta lista não conseguiam ser comprados nas Chamadas Públicas elaboradas especificamente nos termos da Resolução de 2009, em razão de não existir na cidade e na região, agricultores que se interessassem pela sua produção e comercialização institucional, obrigando a realização de novo processo de compra na modalidade Pregão, atrasando os cronogramas de entrega e muitas vezes comprometendo a formatação e o cumprimento dos cardápios pré-elaborados com bastante antecedência. Relatam ainda os servidores que ainda não existem fornecedores Locais do ovo, do mel, da maçã, do mamão papaia e da batata, havendo grandes dificuldades também em adquirir a laranja e a pera, dentre outros produtos.

Explica a Diretora do Departamento de Compras que os produtos desejados e as quantidades estimadas são divididas ao longo do ano em dois ou três processos de compra, que se inicia através de pedido inicial subscrito pelo Secretário da Educação acompanhado da

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

15 Repolho (kg)	320	0	320	0	320	0	320	0	320	0	320	0	320	0
	03/08	10/08	17/08	24/08	07/09	14/09	21/09	28/09	05/10	13/10	TOTAL	VALOR	VALOR	
RESUMO GERAL												UNIT	TOTAL	
1 Abobrinha (kg)	250	110	110	110	100	100	100	100	0	0	1790	R\$ 3,05	R\$ 5.190,67	
2 Alface (mç)	580	580	580	580	580	460	580	580	580	580	13800	R\$ 2,69	R\$ 37.168,00	
3 Cenoura (kg) Cheiroverde	0	0	360	360	0	0	360	360	0	0	4400	R\$ 4,19	R\$ 18.436,00	
4 (mç)	0	250	250	0	350	250	0	0	250	0	3500	R\$ 2,02	R\$ 6.060,00	
5 Chuchu (kg) Almeirão	290	290	300	290	290	300	290	290	290	290	7000	R\$ 1,96	R\$ 13.696,67	
6 (mç)	540	540	540	540	560	540	540	560	540	540	13000	R\$ 2,59	R\$ 33.670,00	
7 Mandioca (mix kg)	310	0	310	0	310	0	0	0	310	0	2480	R\$ 4,50	R\$ 11.160,00	
8 Tomate (kg)	550	550	570	550	580	550	550	550	550	550	13280	R\$ 5,39	R\$ 71.579,20	
9 Couve (mç)	395	395	395	395	395	395	390	395	0	0	7500	R\$ 2,58	R\$ 19.325,00	
10 Brócolis (kg) Maionese	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	1680	R\$ 5,22	R\$ 8.769,60	
11 (mix kg)	350	0	350	0	350	0	350	0	350	0	4200	R\$ 3,01	R\$ 12.642,00	
12 Pimentão (kg) Alhoemgrão	110	170	170	170	170	170	160	160	170	170	4000	R\$ 5,02	R\$ 20.093,33	
13 (kg)	140	150	140	140	140	140	140	150	150	150	3500	R\$ 19,50	R\$ 68.250,00	
14 Pepino (kg)	250	250	250	250	250	250	250	250	250	250	6000	R\$ 4,29	R\$ 25.740,00	
15 Repolho (kg)	320	0	320	0	320	0	320	0	320	0	3840	R\$ 2,64	R\$ 10.137,60	

(Fonte: Departamento de Alimentação da Prefeitura Municipal de Matão).

O cronograma de entrega é, portanto, a linha mestra do conteúdo dos cardápios, ganhando certo destaque no corpo do edital, uma vez que o vencedor de determinado item passa a assumir a responsabilidade pela entrega, dentro dos prazos, tendo ainda que ofertar produtos de qualidade e prontos para o consumo; ao longo dos seis meses do cumprimento contratual podem acontecer várias situações, tais como a chamada flexibilização, aceitando-se quantidades menores do produto numa semana e compensando-as nas outras; a necessidade de diminuição ou de aumento das quantidades estimadas por inexistência sazonal do produto ou aumento da demanda, situação enquadrada na Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93) como a supressão e/ou aditamento no limite de até 25% do valor global do contrato; Exemplo dado pela Diretora foi o caso recente da compra de 3.960 unidades de mamão papaia, que não foi adquirido da AF e sim de atacadista de Ribeirão Preto através de Pregão Presencial comercializado ao preço de R\$ 1,99 a unidade; tempos depois houve um aumento inesperado da fruta, chegando a ser comercializada entre R\$ 12,00 a R\$ 14,00 a unidade¹², a contratada pediu o reajuste ou a rescisão do contrato alegando que não podia manter o mesmo preço

¹² Disponível em: <http://www.jornaldoeste.com.br/cidade/2016/05/frutas-estao-mais-caras-com-variacoes-climaticas/2153609/>. Acesso em 11.nov.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

ofertado e concordando em continuar o contrato desde que houvesse reajuste para R\$ 4,95 a unidade; a Prefeitura concordou em aumentar de R\$ 1,99 para R\$ 4,95 a unidade desde que a contratada começasse a efetuar as entregas porque até aquele momento não havia entregado nenhuma unidade do produto, justificando o reajuste porque também fez cotação e encontrou o produto sendo comercializado em Matão ao preço de R\$ 12,00 a unidade. Após a celebração do ajuste a empresa entregou todos os produtos contratados.

A rotina do Departamento de Alimentação é semanalmente revista e alterada por conta da elaboração de cardápio planejado para uma semana e, durante a sua formatação, leva-se em conta os produtos da época, o estoque existente, as especificidades nutricionais e balanceadas dos produtos que serão incorporados no menu diário; também existe uma sinergia entre a Nutricionista, a Diretora do Departamento e as cozinheiras da Cozinha-Piloto e das cozinheiras que trabalham nas Creches; além de prévias apresentações, discussões e decisões travadas no CAE.

Explica a Diretora do Departamento de Alimentação que ao longo da execução das Chamadas Públicas (entre os anos de 2010/2015), houve algumas alterações nos cardápios, originados pelas adequações dos processos de compra, embora não tenha havido nenhuma mudança substancial, já que os produtos da AF (frutas, legumes, verduras) já estavam incorporados ao cardápio antes mesmo de 2010; o que mudou na realidade foi a origem desses produtos: antes adquiridos de atravessadores por conta do processo licitatório tradicional e, posteriormente, comprados da AF, pelo processo da Chamada Pública.

Como pode ser verificado no quadro 7, para a semana de 17 a 21 de outubro de 2016 o cardápio finalizado e entregue às Unidades Escolares previa as quatro refeições completas (café da manhã, almoço, lanche e jantar) para as Creches e Berçários; três refeições (café da manhã, almoço e lanche) para as Escolas de Período Integral; duas refeições (almoço e lanche noturno) para as Escolas de Período Parcial; e uma refeição (café da manhã) para as EMEIs.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Quadro 7 – Cardápio Semanal – Alimentos preparados na Cozinha-Piloto e nas Creches.

PERÍODO DE 17 A 21 DE OUTUBRO DE 2016				
REFEIÇÕES	CAFÉ DA MANHÃ	ALMOÇO	LANCHE	JANTAR
CRECHE	pão com margarina, biscoito maizena e leite com achocolatado, alternadamente.	arroz, feijão, macarrão, purê de batata, carne e legumes cozidos.	bolo de fubá, biscoitos, frutas, gelatina colorida, bolo simples e suco natural de laranja com mamão.	sopa de arroz com carne e legumes, sopa de macarrão com feijão, legumes e carne e arroz com polenta e carne.
BERÇÁRIO	leite de mamadeira (BI); leite com achocolatado sem açúcar, pão, sopinha de leite com biscoito maisena sem açúcar(BI).	Papa salgada de arroz, feijão e carne desfiada e legumes cozidos, purê de batata e macarrão com carne e, como sobremesa suco natural da fruta.	papa de fruta (BI); e frutas (BII).	Papa salgada, sopa de macarrão com carne e legumes, sopa de arroz, carne desfiada e legumes, polenta, carne e, sopa de macarrão com feijão.
EMEI	Biscoito maisena, bebida láctea, pão com margarina, suco, frutas, biscoito de sal, goiabada e gelatina.	-----	-----	-----
ESCOLA PERÍODO PARCIAL	-----	arroz, almôndegas, polenta com carne moída, sopa de arroz com legumes e carne, arroz temperado com salsicha e cenoura, carne suína em cubos.	-----	<u>LANCHE NOTURNO</u> pão com molho de salsicha e de carne moída.
ESCOLA PERÍODO INTEGRAL	pão com margarina, bebida láctea.	arroz, feijão, polenta, arroz colorido, almôndegas, carne moída, em tiras, salsicha com batata, carne suína em cubos.	pipoca, biscoito, bolo, fruta, gelatina, bebida láctea, suco.	-----

(Fonte: Departamento de Alimentação da Prefeitura Municipal de Matão-SP).

Após a elaboração, os cardápios são entregues em cada uma das unidades, através de protocolo, contendo, em todos os casos, a informação padronizada de que o cardápio pode

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

sofrer alterações, além de informações gerais e específicas sobre a manipulação e fornecimento das refeições; no caso das Creches, informa que os bolos serão preparados em cada unidade, recomenda não alimentar as crianças menores de seis meses com aveia, alerta para não reaproveitar alimentos que já sofreram preparação, devendo descartá-los; para os Berçários, as informações são em letras garrafais, trazendo, além das mesmas recomendações do descarte de alimentos que já sofreram preparação, um aviso para que produtos como achocolatado, sal, óleo, alho, cebola e açúcar sejam utilizados em poucas quantidades e determina que caldo de galinha, molho de tomate e purê de batata industrializado não devem ser usados; nos cardápios das Escolas de Tempo Parcial e de Tempo Integral nota-se que as terças-feiras ocorre também à distribuição de frutas, verduras e legumes em quantidades suficientes de acordo com números de alunos, preparados a critério da Escola e de acordo com a distribuição; informa ainda que os legumes oferecidos não necessitam de preparação no fogão e pede que o Diretor fixe o cardápio em local de fácil visualização e acesso de todos.

O cardápio encerra ainda outras informações interessantes: a firme preocupação com a oferta de alimentação de qualidade, balanceada e saudável e a presença marcante do uso e do consumo de verduras, legumes e frutas, produtos que interessam ao trabalho ora pesquisado.

3.3 O Conselho de Alimentação Escolar - CAE

O CAE foi previsto legalmente no bojo da Lei Federal nº 8.213, de 12 de julho de 1.994 que, ao permitir a descentralização do Programa e definir que os investimentos para a aquisição dos alimentos destinados à Merenda Escolar passariam a ser geridos pelos estados e municípios, tornou obrigatória a criação de um Conselho como instrumento de controle social e órgão responsável para acompanhar e monitorar os recursos, garantindo boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos; a principal atribuição do CAE é a análise da prestação de contas do gestor municipal, registrada no Acesso Público Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC Online, para a emissão do Parecer Conclusivo acerca da execução do

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Programa no Sistema de Gestão de Conselhos - SIGECON Online ¹³. O instrumento legal exige que o CAE possua um representante do poder executivo, dois representantes de entidades de trabalhadores da educação e discentes; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes das entidades civis organizadas, sendo que cada conselheiro titular terá um suplente do mesmo segmento; o mandato dos conselheiros é de quatro anos, não havendo remuneração.

O CAE de Matão foi instituído pela Lei Municipal nº 2.443, de 29 de maio de 1.995, determinando a composição de 15 (quinze) membros titulares e suplentes na sua composição mais o presidente, com mandato de quatro anos; análise das atas das reuniões mensais realizadas pelo CAE no período compreendido entre 23 de março de 2015 a 03 de outubro de 2016 apontam que nos últimos 15 (quinze) encontros ordinários não houve presença absoluta de todos os seus membros; a maior presença registrada foi na reunião do dia 23/03/2015, contando com 12 conselheiros; a menor presença ocorreu na reunião do dia 03/10/2016, contando 5 conselheiros; a média da participação dos conselheiros – *no período mencionado* – é de aproximadamente 9,3 membros/reunião, resultando no percentual de 58,12%.

Os temas recorrentes que são discutidos nas reuniões versam sobre alteração de cardápio, debate sobre melhorias na qualidade da merenda, informes sobre os pregões e as chamadas públicas visando à aquisição dos alimentos, necessidade de melhoria no atendimento aos alunos, buscando qualidade, aceitabilidade e o fim do desperdício de alimentos, destacando o expresse impedimento das copeiras exercerem as funções das cozinheiras, devendo apenas orientar no preparo e na distribuição dos alimentos, saladas cruas, verduras e lanches em geral. Na reunião de maio de 2015 a Nutricionista pediu para constar em ata que em cumprimento à Resolução do MEC/FNDE/PNAE, Matão passaria a cumprir as exigências de destinar 30% dos repasses em favor da AF. Os encontros ainda servem para informar os conselheiros sobre as visitas realizadas pela equipe do Departamento de Alimentação junto às Unidades de Ensino - UE no sentido de verificar os estoques, sanear dúvidas de preparo e fornecimento de refeições, além de orientar sobre as formas de prevenção de armazenamento e distribuição dos alimentos servidos prontos e daqueles que

¹³ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar>. Acesso em: 10.nov.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

são manipulados pelas Creches. Em junho de 2015 houve uma espécie de prestação de contas dos serviços realizados, do número de visitas *in loco*, orientando as quantidades que podem ser objeto de armazenamento; a meta estabelecida pelo CAE para o segundo semestre de 2015 era obter transporte e motorista disponível para realização das visitas nas unidades escolares para efetuar o melhor controle nos estoques das Unidades, evitando o desperdício, ressaltando os cuidados sobre a higiene, tendo efetivado palestra sobre alimentação saudável. No mês de agosto/2015 informava o Departamento de Alimentação que em breve estaria finalizando o planejamento para a realização do teste de aceitabilidade a ser realizado nas escolas estaduais e municipais. Em setembro/2015 houve a mudança da Nutricionista, tendo sido expressamente consignado em ata que a nova Nutricionista assumiria toda a parte operacional (elaboração de cardápios, quantidades e ajustes necessários) No mês de setembro/2015 iniciou-se as visitas nas UEs, passando as orientações necessárias sobre estocagem; tendo sido realizado o teste de aceitabilidade em 03/11/2015. Em novembro de 2015 informou a todos os conselheiros sobre o I Encontro da Agricultura Familiar de Matão, evento promovido pela Prefeitura de Matão. Em fevereiro de 2016 enfatizava sobre a importância dos cuidados a serem adotados desde o preparo até sua distribuição, evitando a ocorrência de doenças provocadas pelo consumo de alimentos contaminados. Houve ainda o convite para que todos os conselheiros participassem das visitas nas Unidades, acompanhando a distribuição dos alimentos, e ainda houve um debate sobre a necessidade do cumprimento das normas do PNAE, que exige que 30% dos investimentos sejam direcionados exclusivamente à AF.

Em abril de 2015 participamos da reunião ordinária do CAE como pesquisador convidado podendo relatar quais foram às deliberações mais importantes: melhoria dos valores nutricionais, elaboração do cardápio levando-se em conta os aspectos locais dos produtos adquiridos da AF, tendo recebido cópia das Atas das outras reuniões, das quais destacamos os assuntos mais importantes. Em maio de 2015, no novo encontro do CAE, informava-se a necessidade da realização de visita nas Unidades para verificação dos estoques armazenados visando o não desperdício de alimentos; em junho/2016 ficou registrado em ata que o número de alunos atendidos pela Merenda Escolar era por volta de 11.000 estudantes e que, apesar dos desafios enfrentados era notória a satisfação de todos os envolvidos no trabalho (conselheiros, gestores, equipes de trabalho e alunos), ressaltando-se a importância

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

dos encontros mensais do CAE para informar, reavaliar, melhorar e alterar o planejamento, dentro do possível, contribuindo para um resultado favorável e sucesso coletivo.

A última reunião do CAE realizada no final de 2016 registra a presença de representantes da APRUMMA- Associação dos Produtores Rurais de Matão e do Assentamento do Complexo Monte Alegre, entidade que foi criada com forte incentivo do Poder Público de Matão, solicitaram a substituição na medida do possível da batata inglesa por batata-doce; da laranja por goiaba e abacaxi; do mamão papaia pelo mamão formosa, para que todos os associados possam diversificar suas plantações, garantindo a venda institucional, gerando emprego e renda para a AF Local.

Como pesquisador convidado destacamos que nas primeiras reuniões do CAE denota-se forte preocupação com a gestão parcial do Programa, enfatizado pelas visitas, testes de aceitabilidade e armazenamento dos produtos, discussões sobre os valores do repasse, dentre outros aspectos internos do próprio gestor e, que ao longo dos encontros o assunto sobre a necessidade de readequação dos cardápios e do cumprimento da meta dos 30% ganhou força justamente quando houve por parte do Gestor a criação de uma Agenda Institucional; ao final de 2016, com a efetiva participação dos agricultores nas reuniões o assunto passou a ser prioridade dentro do CAE.

3.4 Departamento de Educação – obstrução no levantamento de dados complementares

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura encontra-se estruturada em diversos departamentos que cuidam das áreas da Cultura (Diretores, Auxiliares) e, mais especificamente da questão educacional. Essa última é formada pelo Departamento de Educação, subdividido em Diretoria de Departamento de Creches, Diretoria de Departamento de Emeis, Diretoria do Departamento de Alimentação, dentre outras.

Por sua vez, as Creches e Emeis são gerenciadas por Diretoras e coordenadoras que se submetem hierarquicamente às Diretorias de Creches e Emeis e, conseqüentemente ao Departamento de Educação, como órgão centralizador.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Em cada Creche e em cada Emei, temos as Diretoras, as Coordenadoras, as Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – ADIs, Professoras, Cozinheiras e demais servidores administrativos e que cuidam da limpeza e da manutenção daquela unidade específica.

Durante os últimos anos, por decisão do então Secretário Municipal de Educação, as Diretoras das Creches e das Emeis eram escolhidas pela comunidade formada pelos pais dos alunos, forma democrática encontrada para que a pessoa escolhida tivesse mais representatividade e possibilidade real de conduzir com efetividade o processo de Ensino/Aprendizagem, delegando poderes à comunidade como partícipes fundamentais do que acontece na Unidade Escolar.

Durante o desenvolvimento da nossa pesquisa, visitamos pelo menos duas Unidades de Ensino, a Creche que atende aos moradores dos bairros BNH, Las Lomas, Jardim das Acácias, Aeroporto, Jardim Buscardi e adjacências e uma EMEF, Escola Municipal de Ensino Fundamental, que atende aos moradores dos bairros Nova Cidade, Monte Carlo, Paraíso, Aeroporto e entorno. Na oportunidade pudemos verificar a limpeza das Unidades, a preocupação de todos os servidores com as crianças que passam grande parte do dia no local, o asseio dos banheiros, dos corredores e da cozinha, a boa disposição e tamanhos das salas de aula, a manipulação de alimentos preparados diretamente pelas cozinheiras em cada uma das unidades, ou pré-preparados pela Cozinha-Piloto, além da oferta de lanches, sucos e outros alimentos. Verificamos ainda que os cardápios semanais encontram-se afixados nos quadros na entrada das unidades, informando aos pais quais serão os alimentos consumidos pelos filhos naquela semana.

Deixamos para voltar às mesmas unidades escolares ao final do nosso trabalho, quando então iríamos destacar a quantidade exata de servidores e de alunos atendidos na Creche e na EMEF; todavia, após contato inicial com a Secretaria Municipal de Educação, cujos componentes integram o novo governo iniciado em janeiro de 2017 (gestão 2017-2020), nossa presença pessoal nas UEs foi vetada, sob a alegação, feita pela atual Secretaria de Educação e Cultura, de que existiriam mais dois pedidos de visita in loco por outros pesquisadores e que como eles estão no início de Governo isso não seria possível, podendo autorizar a formulação de perguntas e demais informações por escrito, que seriam encaminhadas às respectivas unidades, respondidas e depois encaminhadas aos interessados.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Vencidos pela burocracia enfrentada pela primeira vez ao longo desse processo de pesquisa e de compilação de dados decidimos por não encaminhar pedido por escrito e por entender que nada substituiria a presença in loco como já realizada anteriormente, a título de conhecimento dos locais objetos de estudo, o que não descaracterizou nosso trabalho, mas que se transformou, pela primeira vez, num entrave digno de registro porque se fatos semelhantes tivessem acontecido muito provavelmente não teríamos produzido a pesquisa que conseguimos finalizar, justamente porque não houve, em momento algum cerceamento de informações, impedimentos de visitas, obstrução de um trabalho de pesquisa que apesar de nossa contribuição não é nosso e sim da comunidade de Matão e da comunidade científica como um todo.

A coleta de dados, em qualquer pesquisa, é a fonte mais rica de informações. Alguns pesquisadores levam anos a fio para obter dados fidedignos que irão sustentar suas linhas de pesquisa; outros desistem do seu objeto de pesquisa porque não conseguiram obtê-los juntos aos órgãos pesquisados; em que pese à existência da Lei da Transparência, Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentando o acesso a informações junto aos órgãos públicos das três esferas de governo, é inegável que muitos dados, muitos números e muitos elementos de pesquisa não são claramente apresentados nos sítios oficiais dos órgãos públicos, dificultando sobremaneira o trabalho dos pesquisadores que poderiam auxiliar o próprio Ente Federal na readequação das Políticas Públicas já que tais análises extrapolam os muros das Universidades, passando a ser do conhecimento não só da comunidade científica como também de qualquer cidadão e do próprio governo.

3.5 Estudantes

Análise das prestações de contas dos exercícios de 2010 a 2015 apresentam o número total de alunos que são beneficiados pelo Programa no município de Matão, distribuídos em cada uma das fases educacionais: o maior número de alunos (15.698) foi verificado no ano letivo de 2010; o menor contingente ocorreu no ano letivo de 2015 (14.767). Neste ano, foram atendidos os seguintes alunos: 1.659 das Creches, 1.593 da Pré-Escola, 7.276 do Ensino-Fundamental, 310 do Ensino de Jovens e Adultos, 3.539 do Ensino Médio, 390 da AEE. A média, nos últimos seis anos é de 15.329 alunos e de 22.226 refeições diárias.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

4. ESTUDO DA LEGISLAÇÃO - RETROSPECTO DAS CHAMADAS- PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1 Chamada Pública: nova modalidade de aquisição de produtos

Estudo de revisão da legislação envolvendo as compras pelo poder público, indica que antes de 2009, toda e qualquer contratação de serviço ou aquisição de produto pelo Poder Público, passava, obrigatoriamente pelas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, com modalidades diversas: compra direta, dispensa inexigibilidade, carta-convite, tomada de preços e concorrência pública, nos termos do Estatuto Jurídico da Licitação editada em 1993 ou ainda através do Pregão Presencial e Pregão Eletrônico, novas modalidades trazidas no bojo da Lei de 2002; em todas elas a regra do critério de escolha é o menor preço, possibilitando a contratação de serviços e de obras mais complexas através do binômio melhor técnica/ menor preço.

Ao baixar a Resolução nº 038/2009 (BRASIL - MEC: 2015) o FNDE criou uma nova modalidade de dispensa de licitação denominada Chamada Pública, facultando sua utilização pelos gestores no âmbito da aquisição da alimentação escolar, além de inovar na forma de escolha do vencedor do processo de compra, elegendo como critério de desempate entre duas propostas de valores idênticos, duas variáveis: a primeira a *territorialidade* (local, regional, estadual e nacional) seguida da *ordem de preferência subdividida em Grupos Formais* (Quilombolas, produtores orgânicos, Associações, Sindicatos e Cooperativas) e *Grupos Informais* (agricultores individuais).

A construção do texto legislativo, primeiro criando a dispensa de licitação, segundo facultando a utilização da Chamada Pública e terceiro, juntando critérios de desempate, de territorialidade e de preferência subdividido em dois grupos, tudo num único instrumento legal resultou, durante anos, dúvida interpretação por parte de inúmeros gestores do Programa, cada qual decidindo a melhor forma de promover a aquisição dos gêneros da AF em cumprimento à maior novidade e exigência legislativa trazida pela Resolução de 2009 em seu artigo 18, *in verbis*:

Art. 18. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009.¹⁴

Consulta realizada nos trabalhos que tiveram como objeto a avaliação da eficiência e da eficácia do cumprimento da Resolução do FNDE/PNAE em diversos municípios do país aponta a utilização de critérios diferenciados: alguns mantendo as aquisições através de pregões (onde o critério sempre é o de menor preço, com a possibilidade adicional da disputa de renovação de lances menores a cada rodada) e outros que implementaram o processo de Dispensa pela Chamada Pública, tentando interpretar o espírito que moveu o legislador no momento da elaboração da norma jurídica, vez que sempre esteve arraigado no cerne da Administração Pública que ela só pode comprar ou contratar produtos e serviços pelo menor preço, persistindo durante anos uma resistência em entender que o critério de escolha e de preferência não tratou do menor preço de forma expressa; todavia, não se há negar que o Governo, ao eleger a territorialidade e a preferência como critério de desempate, indiretamente induziu muitas prefeituras a elaborar editais elegendo o preço como elemento principal e a territorialidade (os agricultores mais próximos com preferência sobre os mais distantes) e a preferência (Grupos Formais, com personalidade jurídica com preferência sobre os Grupos Informais, composto de agricultores pessoa física) como elemento de desempate.

Em Matão não foi diferente. Os documentos públicos que foram manipulados apontam que durante muito tempo foi utilizado o critério de compra pelo menor preço por item e, em caso de empate, os critérios de desempates previstos na Resolução, justificando que outras Prefeituras estavam fazendo o mesmo assim como o próprio Governo Federal, indiretamente falando, citando como exemplo a compra, em 2013, pelo IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Valença- Bahia, que realizou dispensa de licitação, do tipo menor preço por item (BRASIL - IFBA: 2014).

Seminário desenvolvido pelo Ministério da Educação sobre a avaliação do PNAE questionou os tópicos controvertidos da Resolução, sugerindo alterações no texto de alguns

¹⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8166-res038-16072009-pdf&Itemid=30192. Acesso em 12.nov.2015.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

artigos, justamente para o saneamento de dúvidas de interpretação, afirmando textualmente que o preço não era critério de seleção (MEC: 2014).

No dia 03 abril de 2015, cerca de seis anos depois da edição da Resolução de 2009, finalmente houve, através da Resolução CD/FNDE/MEC nº 4, a devida readequação textual dos artigos 25 a 32, retirando o critério de desempate e estipulando que os projetos de venda habilitados serão divididos em grupo de projetos de fornecedores locais, do território rural, do estado e do País, sendo que o grupo de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais, que o grupo de fornecedores do território terá prioridade sobre os do estado e que o grupo do estado terá prioridade sobre o País. Pela nova redação, respeitado o primeiro critério da territorialidade segue-se a seguinte ordem de preferência ou de prioridade: (i) Assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e/ou quilombolas, (ii) Fornecedores de alimentos certificados como orgânicos ou agroecológicos (nos termos da Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003); (iii) Grupos Formais (Organizações produtivas que possuem DAP/PRONAF - JURÍDICA, como as Associações, Sindicatos e Cooperativas; (iv) Grupos Informais (Agricultores Familiares que possuem DAP-Física, organizados em grupos; e (v) Fornecedores Individuais que igualmente detenham DAP-Física.

Como já dito, Matão – *a exemplo de outros entes federados* – teve dificuldades em interpretar a norma editada ainda em 2009 quando abriu seus primeiros Processos de Chamada Pública, exercício de 2010, buscando a exegese de forma temperada, contemplando como critério de julgamento os aspectos territoriais e o de menor preço, justamente porque em todos os demais processos licitatórios o menor preço é critério primordial para contratar com o Poder Público, à exceção do Leilão Público, onde ocorre a renovação do preço maior, mais vantajoso para a Administração; portanto, o primeiro desafio foi a quebra do velho paradigma de que a Chamada Pública não é um processo licitatório de compra institucional tradicional, determinado por Lei, antes disso, trata-se de um processo de compra social (JESUS: 2012) nascido de uma Política Pública com objetivos claros e determinantes: fomentar a AF, propiciando a abertura de mercados, a geração do emprego, da renda e a valorização do homem do campo.

O segundo desafio foi descortinar a lógica do critério da territorialidade e da preferência; exercício realizado pelo município de Conchal-SP, propiciando que os servidores do Departamento de Licitação participassem de vários fóruns, encontros e debates sobre o

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

tema; ainda assim, persistiram dúvidas quanto ao fiel critério de escolha trazido na Resolução, fazendo com que procurassem outros municípios vizinhos (Holambra, Arthur Nogueira, Araras e Mogi-Mirim) para finalmente descobrir que os responsáveis pelas compras públicas também compartilhavam as mesmas dúvidas sobre a hermenêutica da norma jurídica (JESUS: 2012).

Atualmente, com a clareza textual da Resolução editada em 2015, esta fase restou superada, fazendo com que o retrospecto histórico do amadurecimento legislativo se transformasse em fonte rica de pesquisa, delimitando e retratando um período de incertezas procedimentais com relação ao tema; atualmente, conforme afirma SARAIVA (2013) a Chamada Pública do MEC/FNDE/PNAE encontra-se incorporada pela maioria dos municípios brasileiros, sendo também denominada de Licitação Sustentável.

4.2 Retrospecto histórico das Chamadas Públicas 2010/2015

O município de Matão implementou o processo de Chamada Pública em 2010, desde então, até a finalização da nossa pesquisa, já havia realizado 20 (vinte) edições, número que possibilitou a superação de diversos entraves e desafios verificados na Fase Interna do processo e que ainda atormentam parte dos gestores do setor de Compras: dificuldade na obtenção de pesquisa de preços, necessidade de divulgação diferenciada do Edital, abertura de um canal diário de atendimento e pré-análise de documentos dos interessados que não possuem expertise para a juntada dos seus documentos de habilitação – porque apesar da Chamada Pública significar um processo de compras menos burocrático, persiste ainda a necessidade da juntada de alguns documentos em envelopes lacrados - dentre outras dúvidas que vão sendo dirimidas via telefone no prazo de abertura do Edital, tais como: *onde será a entrega, quem irá analisar as amostras, quem receberá os produtos, como será a programação e a forma de pagamento*, todas elas questões que já se encontram respondidas no Edital, mas que alguns interessados não conseguem interpretar literalmente.

O Departamento de Alimentação de Matão, com algumas variações, adquire diversos produtos para o cardápio da Merenda Escolar, tais como: a) Carne: bovina, suína e de frango; b) Estocáveis: arroz, feijão, macarrão, óleo de soja, leite integral, suco de uva/laranja, biscoitos, bolachas, cereais barra, doce de leite, farinha de trigo, molho refogado e alho; e c) Hortifrutigranjeiros da Agricultura Familiar: hortaliças, frutas, cebola, mel de abelha, dentre

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

outros; com exceção dos hortifrutigranjeiros, destacados dessa lista para ser adquiridos através da Chamada Pública, todos os demais gêneros são adquiridos através de processo licitatório tradicional, com o critério do menor preço; todavia, como veremos na análise individual das Chamadas realizadas nos últimos cinco anos, chegou a inserir produtos estocáveis na Chamada Pública, numa clara tentativa de atingir a meta exigida pelo MEC/FNDE/PNAE, resultando em participação da AF de outros estados uma vez que poucas Cooperativas ou Associações da Região possuem a expertise de produção, embalagem e industrialização dos produtos dos seus cooperados ou associados, redundando em investimentos que foram injetados fora da cidade e da microrregião.

Na análise de todos os processos da chamada Compra Social realizada pela Prefeitura de Matão, procurou-se enfatizar o total de itens desejados, a existência ou não de produtores locais, o percentual e os produtos que foram adquiridos desses produtores em especial de modo a estabelecer um panorama que permitisse identificar entraves e soluções ocorridas ao longo do processo.

Em 20 de maio de 2010 foi realizada a Primeira Chamada Pública, através do Processo Licitatório 052/2010, estimando a aquisição de 21 itens de gêneros hortifrutigranjeiros: banana, melancia, ovos, abacaxi, cebola, batata, cheiro verde, tomate, chuchu, pepino cenoura, repolho, acelga, alface, laranja, abobrinha, mandioca, almeirão, rúcula e mamão papaia, ao custo global estimado de R\$ 246.792,62, para um consumo de seis meses, entre junho a dezembro de 2010.

O edital foi retirado por 17 (dezesete) agricultores da cidade de Matão e cidades vizinhas, culminando na contratação de apenas 5 (cinco) deles, todos de Matão, com o fornecimento de abobrinha, alface, rúcula, cheiro verde e almeirão em quantidades que não foram suficientes para atender às necessidades da Prefeitura.

Os contratos somaram R\$ 23.100,00 (9,36% do valor total estimado), fazendo com que os produtos remanescentes fossem adquiridos na modalidade tradicional através do Pregão Presencial, abrindo o leque para qualquer interessado do ramo desde que atendidas todas as exigências de documentação do Processo Licitatório, situação que evidentemente afastou os pequenos produtores uma vez que a Chamada Pública, por determinação de Lei dispensa toda a formalidade exigida num processo licitatório. Todavia, como primeira experiência foi muito interessante e animadora abrindo um futuro promissor para a

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Administração e para os pequenos produtores que se interessassem em comercializar seus produtos com o Poder Público.

Em 2011, foram realizadas quatro Chamadas: a 001/2011, de 06 de janeiro de 2011 que estimou a compra de 20 (vinte) gêneros alimentícios hortifrutigranjeiros, com pequenas variações em relação à lista da primeira Chamada realizada em 2010 e prazo de entrega previsto para cinco meses, entre janeiro a maio de 2011.

Os pequenos produtores de Matão venderam alface, cheiro verde, repolho e acelga, significando apenas 2,12% do valor estimado.

Na Chamada 002/2011 de 07 de abril de 2011, pretendia-se adquirir 21 (vinte e um) gêneros para o período de 4 (quatro) meses, entre maio a agosto de 2011. Os produtores de Matão venderam 7,7% dos produtos (chuchu, laranja, cheiro verde, repolho, acelga e alface). Único produtor de Araraquara vendeu a banana, participando com 4,91% do valor estimado.

Na Chamada 003/2011, de 21 de julho de 2011, com 22 (vinte e dois) itens, os produtores locais venderam cerca de 4,46% do valor estimado, tendo concorrido com produtores de Araraquara e Tabatinga que venderam cerca de 9,37% do valor estimado.

Na Chamada 004/2011, realizada em 10 de novembro de 2011, o Departamento de Alimentação decidiu incluir produtos que não são da AF local nem regional como óleo de soja refinado, feijão, macarrão, leite integral e biscoito de chocolate, resultando na revogação do certame por falta de interessados.

Em 2012 o município realizou cinco Chamadas: a 001/2012, de 05 de janeiro de 2012, contendo 21 (vinte e um) gêneros, incluindo o mel de abelha. Este foi o primeiro processo de compra que acusou a participação de Grupo Formal, através da Cooperativa de Araraquara, Rincão e Região (ASSPRAR) vencedora de 13 (treze) itens com participação de 66,55% do valor estimado. Os produtores de Matão venderam 4,70% do valor estimado.

Na Chamada 002/2012, de 16 de fevereiro de 2012, a Prefeitura de Matão decidiu, uma vez mais, inserir produtos que não são reconhecidamente da AF Local ou microrregional, estimando a compra de 12.000 frascos de óleo de soja e de 55.800 litros de leite integral para nove meses.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Na abertura do processo, registrou-se a presença de única interessada, representando o Grupo Formal, através da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda., da cidade de Nova Palma do Rio Grande do Sul, com 24 (vinte e quatro) produtores familiares.

Conforme descrito em ata, os preços ofertados pela Cooperativa para o Leite (23,32% mais caro) e para o Óleo de Soja (31,77% mais caro) fizeram com que a Administração revogasse o processo, cancelando a compra.

Na Chamada 003/2012, realizada em 15 de março de 2012, estimava a compra de 18 (dezoito) itens hortifrutigranjeiros e mel. Esse foi o segundo processo de compra que acusou a participação da ASSPRAR, da região que vendeu cerca de 23% do valor estimado.

Em 2013 a ASSPRAR, Associação dos Produtores Rurais de Araraquara, Rincão e Região passou a ser investigada pela Polícia Federal de Araraquara, através da “Operação Schistosoma”, culminando, tempos depois, na prisão de diversos servidores públicos de Araraquara, envolvidos no esquema de facilitação da Entidade nos processos de compra, uma vez que, segundo apurado pela polícia¹⁵, a Associação utilizava DAP de terceiros, mas comprova produtos junto ao CEASA para revender aos municípios.

Conforme já relatado, a ASSPRAR e a COAF de Bebedouro, integram a “máfia caipira” contra a Merenda Escolar e contra o fortalecimento da AF na região, institucionalizada por representantes desses Grupos Formais para a prática de atos ilícitos e desvio de dinheiro público, com a conivência e a efetiva participação de servidores públicos de carreira ou agentes políticos integrantes de cargos de confiança, através de esquema de compra e venda de produtos que, em tese, deveriam ser oriundos da AF mas que na realidade eram adquiridos em entrepostos como o do CEASA, praticando preços acima do mercado, utilizando DAPs físicas dos seus Associados/Cooperados, sem o conhecimento ou consentimento dos pequenos produtores, que foram tomados de surpresa quando o escândalo ganhou as manchetes de jornais locais, regionais e nacional.

Segundo as informações do Departamento de Compras e Licitações, até onde se apurou, não houve ingerência da Cooperativa COAF nem da Associação ASSPRAR nos processos deflagrados pelo Município de Matão, nem conivência ou participação de

¹⁵ Disponível em

[:https://www.acidadeon.com/araraquara/politica/NOT,3,7,1187132,Napeloso+e+outros+17+servidores+sao+denunciados+por+estelionato.aspx](https://www.acidadeon.com/araraquara/politica/NOT,3,7,1187132,Napeloso+e+outros+17+servidores+sao+denunciados+por+estelionato.aspx). Acesso em 19.ago.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

servidores ou de agentes políticos no esquema da “máfia caipira”, enfatizando a Diretora do Departamento que a Prefeitura encaminhou cópia de todos os processos de compra atendendo ao ofício requisitório da Polícia Federal de Araraquara.

Os outros itens foram disputados por pequenos produtores individuais das cidades de Araraquara, Motuca, Tabatinga e Rincão. Matão teve único representante local que vendeu apenas a laranja, participando com 1,48% do valor estimado.

Na Chamada 004/2012, ocorrida no dia 12 de abril de 2012, desejava-se a compra de quatro 4 itens de hortifrútiis, para entrega em 26 semanas. O número reduzido de itens afugentou Grupos Formais e possibilitou, pela primeira vez que os pequenos produtores de Matão vendessem cerca de 83% do valor estimado.

Na Chamada 005/2012, de 02 de agosto de 2012, renovou-se a intenção de compra dos mesmos quatro gêneros de hortifrútiis da chamada anterior e do mel de abelha para entrega em 26 semanas. Os produtores locais venderam cerca de 56,90%, dividindo alguns itens com produtores de Tabatinga.

Em 2013, foram realizadas cinco processos de compras: na Chamada 001/2013, de 03 de janeiro de 2013 desejava-se a aquisição de 12 (doze) gêneros e o mel de abelha para quatro meses, entre janeiro de abril de 2013.

Pela primeira vez a Prefeitura acusava a participação da Cooperativa de Produtos Orgânicos – COAF, da cidade de Bebedouro que segundo informações posteriores, nasceu com fortes objetivos de bem representar a Agricultura Familiar de Bebedouro e Região, mas que, infelizmente virou manchete, ganhando contornos da institucionalização de uma verdadeira “máfia caipira” em desfavor da Merenda Escolar e do fortalecimento da AF, originando a operação “Alba Branca” da Polícia Federal, que detectou superfaturamento nos produtos e diversas apreensões de servidores envolvidos em esquema com políticos de expressão em nossa região.

Neste processo de compra a COAF vendeu 47,36% do valor estimado. Os produtores de Matão venderam 8,52% e a cidade de Tabatinga, representada por dois produtores vendeu cerca de 38,35% do valor estimado.

Outro registro importante é que nesta Chamada Pública houve alteração do limite da contratação, de R\$ 9.000,00 por ano, por DAP, para R\$ 20.000,00 por ano, por DAP, nos termos da nova redação da Resolução do FNDE/PNAE.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Na Chamada 002/2013, de 14 de março de 2013, pretendia-se a aquisição de 12 (doze) gêneros. Novamente registrou-se a presença da COAF de Bebedouro que vendeu 51,77% do valor estimado. Um produtor de Tabatinga vendeu mel e tomate no percentual de 29,82% do valor estimado e o único produtor de Matão vendeu apenas 11,47%.

Na Chamada 003/2013, realizada no dia 13 de junho de 2013, estimou-se a aquisição de 12 (doze) gêneros alimentícios. A COAF arrebatou 48,60% do valor estimado, ganhando a maioria dos itens. Tabatinga vendeu 26,19% e Matão, representada mais uma vez por único produtor, vendeu apenas 12,49% do valor estimado.

Na Chamada 004/2013, do dia 19 de setembro de 2013 - estimou-se a aquisição de 15 (quinze) gêneros alimentícios (hortifrúteis) para três meses. Com percentual de 51,37% a COAF vendeu mais da metade dos itens. Tabatinga vendeu 14,38%, Araraquara vendeu 7,69% e Matão, com dois produtores locais, vendeu 7,41%.

Na Chamada 005/2013, de 05 de setembro de 2013, foi lançado apenas um item a alface crespa ou americana, no total de 1.180 pés, para três meses de entrega, entre outubro a dezembro de 2013.

Registrou-se a presença de apenas dois interessados, a COAF, como Grupo Formal e um agricultor Familiar de Araraquara, representando o Grupo Informal. Não houve participação de produtores de Matão.

Consta do processo que o agricultor de Araraquara foi o vencedor do processo, mesmo tendo ofertado preço maior do que o estimado. Houve recurso por parte da COAF alegando que ela deveria ter sido escolhida, primeiro porque o critério legal dá preferência ao Grupo Formal depois ao Grupo Informal e porque o seu preço era menor. Por sua vez, o município de Matão manteve a decisão justificando que os critérios legais não falam de preço, que pode até ser maior, e sim o da localização, devendo contratar primeiro com os produtores Locais, depois com os da região.

No ano de 2014, o município realizou quatro Chamadas Públicas, ressaltando que as Chamadas 001/2014; 003/2014 e 005/2014 foram destinadas à contratação de Projetos ligados à área de Assistência e Bem Estar Social, contratando oficinairos para cursos de teatro, música e outras matérias, ligadas à Defesa dos Interesses e Direitos da Criança e do Adolescente.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

As Chamadas Públicas ligadas ao PNAE foram a 002/2014 e 004/2014: na Chamada 002/2014, de 16 de janeiro de 2014, estimava-se a compra de 19 (dezenove) itens. Após a declaração dos vencedores desta chamada pública, a COAF - Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar da cidade de Bebedouro se insurgiu contra as regras e os critérios adotados pela Comissão de Licitação para decidir quem forneceria para a Prefeitura.

Conforme consta dos documentos do processo, em 30 de janeiro de 2014, foram aclamados como vencedores, dentro do critério de seleção, primeiro os Grupos Informais e segundo as Cooperativas, ficando ressaltado que antes da abertura das Propostas e dos Documentos houve a leitura do e-mail recebido da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário de São Paulo, cuidando do assunto pertinente aos critérios de seleção nas Chamadas Públicas, uma vez que grande maioria dos municípios continuava realizando o processo de compra do PNAE pelas regras da Resolução de 2009, sendo que neste Processo de Matão todos os presentes foram cientificados de que os critérios adotados seriam os da Resolução de junho de 2013, mais benéfica aos Grupos Informais.

Pelo critério já mencionado, a COF de Bebedouro contratou apenas três itens. Houve ainda a participação de produtores de Ibitiúva, Tabatinga e de Matão. Os produtores de Matão venderam apenas 3,56% do valor total enquanto que os demais venderam cerca de 93,82% do valor total estimado.

Na Chamada 004/2014, ocorrida em 26 de junho de 2014, estimou-se a aquisição de 12 (doze) gêneros alimentícios. Esta chamada recebeu a visita do Sindicato Rural de Ibitinga, representando o Grupo Informal da Agricultura Familiar, além de outros interessados, culminando na recepção de 23 (vinte e três) Projetos de Venda.

Neste processo ficou evidenciada a dificuldades na interpretação das várias resoluções sobre a aquisição dos produtos da AF. Até então, Matão vinha utilizando apenas o critério de menor preço, passando a partir deste processo a exigir também o critério de diferenciação entre Grupos Formais e Informais; persistindo ainda a dúvida de interpretação do artigo 25 da Resolução FNDE 026/2013, estabelecendo a preferência hierárquica entre Grupos Formais, Grupos Informais e Fornecedores Individuais.

Assim, movido pelos aspectos legais o Sindicato dos Agricultores Familiares de Tabatinga entrou com recurso contra a decisão da Comissão de Licitação que desclassificou alguns itens trazidos pelos Agricultores de Tabatinga. A Prefeitura de Matão manteve seu

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

entendimento pelo critério do menor preço, infirmo que o critério hierárquico somente é utilizado no caso de empate dos Projetos, abrindo a ordem de preferência desejada pela Lei, justificando sua decisão juntando documento contendo apresentação realizada pelo MEC que ao fazer a análise interpretativa dos comandos legais, sugeria alteração textual de alguns artigos como forma de saneamento das dúvidas de interpretação ainda correntes em diversos municípios brasileiros. Assim, os produtores de Matão participaram com 17,25% do valor estimado.

No ano de 2015, foram realizadas três Chamadas: na Chamada 004/2015, do dia 19 de março de 2015. Uma vez mais o Departamento de Alimentação inseriu gêneros alimentícios que histórica e culturalmente não integram a AF Local ou da região, insistindo em abrir processo de Chamada Pública para adquirir feijão, macarrão parafuso e espaguete, cereais em barra, cereal matinal, suco de uva, suco de laranja, doce de leite, óleo de soja, farinha de trigo, leite integral, cookies, arroz agulhinha, molho refogado, além do mel de abelha que já vinha sendo adquirido, totalizando 15 (quinze) itens para seis meses, entre maio a setembro de 2015. Valor estimado R\$ 507.924,00.

Entretanto, na abertura da sessão, registrou-se a presença do Sindicato Rural de Tabatinga e de uma produtora individual de Urupês, não havendo interesse de produtores locais. O mel foi o único produto adquirido, tendo ficado desertos os demais itens.

Na Chamada 005/2015, mesma data da Chamada anterior, estimava-se a compra de 13 (treze) hortifrúteis mais o alho e a mistura de maionese (composto de batata, cenoura e vagem em cubos, higienizado e embalado a vácuo), para sete meses, entre abril a outubro de 2015. Registrou-se grande número de interessados de Matão, Araraquara, Ibitinga, Tabatinga, Bebedouro, Ibitiúva e Pitangueiras.

Os produtores de Matão venderam cerca de 7,12% do valor estimado. Na Chamada 006/2015, de 26 de junho de 2015, insistiu o Departamento de Alimentação em reeditar o primeiro processo realizado no início do ano, desejando adquirir produtos que não integram a AF: feijão, macarrão parafuso e espaguete, cereais em barra, suco de uva, suco de laranja, doce de leite, farinha de trigo, leite integral, cookie, arroz e molho de tomate, adicionando três itens que possivelmente poderiam ser vendidos pela AF, como o chuchu e o alho. Uma vez mais, afugentaram-se os produtores de Matão que não participaram.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

A disputa ficou entre os Grupos Formais da COAF de Bebedouro, da Cooperativa de Produção e Consumo Familiar Nossa Terra Ltda., de Erechim, Rio Grande do Sul, e da Cooperativa Vinícola Garibaldi Ltda., de Garibaldi, Rio Grande do Sul.

Apesar de valores expressivos em alguns processos das Chamadas Públicas, importante ressaltar que na prestação de contas do MEC/FNDE/PNAE, diversas aquisições que o município de Matão entendia como sendo destinadas à AF não foram assim consideradas pelo ente Governamental, citando como exemplo os contratos celebrados com as Cooperativas do Rio Grande do Sul, uma vez que o feijão, o macarrão espaguete, o cereal em barra, o doce de leite, o cookie, o arroz e o suco de uva não entraram no percentual da AF Local ou Regional, porque não são produtos típicos da cidade ou da região.

Essa resistência do gestor em não incluir produtos que não são da AF local ou regional advém dos procedimentos burocráticos criados pelo gestor, uma vez que os pedidos dos produtos que serão comprados nascem no Departamento de Alimentação, local do recebimento e da composição do cardápio, cabendo ao Departamento de Compras e Licitações a adequação desses produtos no edital de Chamada Pública, desnaturando a exigência da lei que expressamente infirma que os cardápios devem se adequar às características locais.

Finalizadas as vinte Chamadas Públicas é possível identificar na Tabela 3 abaixo, a aquisição de 32 produtos, com ligeiras alterações em razão da sazonalidade de alguns gêneros, além das readequações no cardápio feitas pela Nutricionista em conjunto com o Departamento de Alimentação, em razão do teste de aceitabilidade aplicado na clientela estudantil, permitindo, por exemplo, a inclusão do mel de abelha, da goiaba, da beterraba, da vagem, da mandioca, do pimentão e do brócolis, definindo uma cesta de produtos que em sua grande maioria são produzidos na cidade e na microrregião.

A análise da lista e dos processos das Chamadas Públicas permite ainda identificar alguns entraves e desafios no efetivo cumprimento da regra da compra de 30% dos valores repassados em favor da AF, com ênfase para produtos que ainda não são produzidos na cidade ou na região, caso do mamão papaia, da maçã, da pera, do alho e da batata inglesa, mas que podem vir a ser ofertados futuramente e que podem ser imediatamente substituídos pela manga, pela goiaba, pelo mamão formosa e pela mandioca, pelo inhame, batata doce ou cará e ainda de produtos que definitivamente não integram a AF Local nem regional, caso do

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

macarrão, do feijão, do arroz, do leite e dos sucos, que exigem produção, manipulação e embalagens e que somente vem sendo adquiridos de grandes Cooperativas e Associações oriundas do Rio Grande do Sul que estão um passo à frente do Estado de São Paulo justamente porque culturalmente falando possuem organizações familiares desde sua formação.

Fica evidente também que o município de Matão, nos últimos cinco anos não conseguiu atrair os produtores locais para participar da Compra Social, tampouco cuidou de criar uma agenda institucional que possibilitasse o estreitamento dos laços, demonstrasse sua demanda, ampliasse a divulgação dos Editais, decidindo por realizar as Chamadas Públicas sem, contudo dimensionar quem ou quais produtores locais poderiam integrar o processo, ou seja, não traçou metas nem estratégias para conhecer a realidade rural no território de Matão que possui diversos agricultores com possibilidades concretas de suprir a Merenda Escolar com itens de hortifrutigranjeiros.

Devido à ausência comprovada da Agricultura Familiar Local ou Regional nos processos de compras, seguidas vezes o município se viu obrigado a encerrar o processo de Compra Social, abrindo processos normais de compras para conseguir adquirir os produtos remanescentes, canalizando investimentos para grandes corporações ou atravessadores que não geram nem emprego, nem renda no território, tampouco possibilitam a Segurança Alimentar em sua plenitude.

Segundo informações dos servidores do Departamento de Compras e Licitações - DCL, os itens que não conseguem ser adquiridos nas Chamadas Públicas são reunidos num processo tradicional de compras (Pregão) lançado imediatamente após a concretização da Compra Social, o que demonstra certa resistência do gestor em substituí-los por produtos que existem na cidade ou microrregião, desnaturando parcialmente os objetivos da Política Pública que exige expressamente que os cardápios devem se adequar às características locais.

Citamos como exemplo os dois tipos de banana (maçã e nanica), a melancia, a laranja, o abacaxi, a cebola, a batata, o mamão papaia, a maçã e a pera, que não foram adquiridos da AF nos anos de 2013, 2014 e 2015; a acelga que foi comprada nos três primeiros anos e deixou de ser adquirida nos últimos três anos, da rúcula que só foi adquirida no ano de 2010, do pepino que só foi comprado nos anos de 2010, e de 2015 e da couve-flor, que só conseguiu ser adquirida nos últimos anos (2013, 2014, 2015); outros dois itens que

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

notoriamente não são ofertados pela AF são a mistura de batata, cenoura e vagem e a mistura de abobrinha, mandioca, cenoura e vagem, uma vez que o município exige produtos pré-cortados, limpos e embalados à vácuo, capacidade de manipulação e de industrialização inexistente na cidade e na microrregião, alijando a AF Local dessa possível comercialização (Tabela 3).

Tabela 3 – Resumo dos produtos adquiridos da AF entre 2010/2015.

PRODUTOS	ANOS					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Banana Maçã(kgs)	3.780	6.020	2.240	0	0	0
Banana Nanica (kgs)	17.550	24.020	10.688	0	0	0
Melancia(kgs)	13.440	20.920	7.680	0	0	0
Abacaxi(pçs)	3.120	7.280	2.400	0	0	0
Ovos (dzs)	2.700	4.300	1.680	0	0	0
Cebola (kgs)	6,900	14.830	5.680	0	0	0
Cheiro Verde (mçs)	3.240	5.080	6.960	5.730	7.390	3.500
Tomate (kgs)	10.000	16.800	6.400	17.960	24.200	13.280
Chuchu (kgs)	1.560	2.490	960	3.180	4.380	9.500
Pepino (kgs)	1.680	0	0	0	0	6.000
Batata (kgs)	14.850	40.000	16.800	0	0	0
Cenoura (kgs)	3.780	5.940	2.080	5.700	4.570	4.400
Repolho (pçs)	1.540	2.378	3.140	3.610	3.100	3.840
Acelga (pçs)	1.430	2.268	3.140	0	0	0
Alface (kgs/pés)	9.450	9.500	19.200	9.530	22.700	13.800
Laranja (kgs)	8.100	12.820	4.800	0	0	0
Abobrinha (kgs)	1.560	2.610	480	3.120	3.570	1.790
Mandioca (kgs)	10.800	11.240	2.560	1.000	2.600	2.480
Almeirão (mçs)	4.900	880	0	0	0	13.000
Rúcula (mçs)	4.550	0	0	0	0	0
MamãoPapaia (pçs)	4.752	6.084	2.304	0	0	0
Maçã (kgs)	0	13.440	4.308	0	0	0
Pera (kgs)	0	12.980	3.824	0	0	0
Mix Bat-Cen-Vagem (kgs)	0	0	0	3.540	0	8.200
Mix Ab.-Mand.-Cen.Vag.(kgs)	0	0	0	3.540	0	0
Alho (kgs)	0	2.030	1.120	0	0	8.000
Mel de Abelha 10 grs (kgs)	0	0	0	1.200	0	0
Mel de Abelha 10 grs (sachê)	0	40.000	100.000	0	0	15.000
Mel de Abelha7 grs (sachê)	0	0	0	0	0	15.000
Couve (Pão de Açucar) kgs	0	0	0	4.100	7.850	7.500

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

PRODUTOS	ANOS					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Beterraba	0	0	0	2.840	4.000	0
Vagem	0	0	0	2.070	0	0
Goiaba	0	0	0	0	2.600	0
Pimentão	0	0	0	0	2.600	4.000
Brócolis	0	0	0	0	0	1.680

(Fonte: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Matão-SP).

Portanto, a readequação da lista de produtos passa obrigatoriamente pela urgente identificação de qual é o leque de produtos existentes na cidade e na microrregião e quais deles poderiam ser substituídos, iniciando-se a discussão com os produtores através do CAE, passando pela Nutricionista, pela Diretora do Departamento de Alimentação e ainda pela Secretaria de Educação, conjunto de atores e de gestores que podem se quiserem alterar a realidade.

4.3 Entraves e desafios na busca da efetividade

O acervo digitalizado disponibilizado pelo DCL demonstra que na maioria esmagadora das Chamadas Públicas, com apenas duas exceções, houve dificuldade em adquirir gêneros produzidos pelos agricultores familiares locais, estabelecidos no território de Matão, zona urbana e rural, elencando como entraves a falta de informações sobre a existência dessa demanda, ou ainda por total desconhecimento da abertura dos inúmeros processos, apesar do registro feito pela Diretora do DCL de que todas as Chamadas Públicas foram precedidas de ampla divulgação nos meios tradicionais de comunicação, site oficial do Município (www.matao.sp.gov.br) jornais e rádios locais, além da divulgação e disponibilização dos Editais na Casa da Agricultura de Matão.

Segundo os servidores do DCL, outros prováveis entraves impeditivos de maior participação da AF Local seriam: a) exigência do Cadastro DAP; b) inexistência de produtos para ofertar; c) dificuldades na elaboração do Projeto de Venda e juntada de documentos, considerados burocráticos e de difícil compreensão; d) descrédito com o Programa, em razão dos escândalos da máfia caipira, utilizando nomes e DAPs de produtores para simular vendas;

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

e) poder de influência do agronegócio, fortíssimo na região, que acaba convencendo alguns pequenos produtores a arrendar suas terras para a monocultura e plantio de cana-de-açúcar.

Os documentos manipulados informam que Matão inaugurou o Processo de Compra Social em maio de 2010, modalidade Chamada Pública nº 001/2010, precedido de Reunião com os Produtores Rurais de Matão, ocorrida em 22 de fevereiro de 2015 na Sede do Sindicato Rural de Matão, evento agendado pelo DCL como forma de sensibilizar os agricultores locais sobre o total interesse do Poder Público numa parceria que beneficiasse as duas partes envolvidas, além dos milhares de clientes da Merenda Escolar da cidade que passariam a receber produtos da terra, gerando emprego e renda na cidade.

Em 2014, após quatro anos da implantação da Chamada Pública, a municipalidade já reconhecia as enormes dificuldades na efetividade do cumprimento das normas do FNDE/PNAE, vez que não conseguiu atingir – *em nenhuma das oportunidades* – a compra de 30% dos repasses em favor da AF, passando a realizar, além das Chamadas, processos complementares e tradicionais de compra (Pregão) para adquirir diversos itens não comercializados no processo de compra social; além disso, em muitas oportunidades não acusou a presença de produtores locais, destacando-se, ao contrário, a comercialização de diversos itens com produtores cadastrados com DAP Física e ainda representados por Cooperativas, Associações e Sindicatos das cidades vizinhas de Araraquara, Ibitiúva, Urupês, Bebedouro, Tabatinga, Ibitinga e Itápolis, detentoras de DAP Jurídica, registrando também em algumas oportunidades a presença de grandes Cooperativas da Região Sul do país; conjunto de atores que passaram a ocupar lugar de destaque no processo de compra social do município, sobrepondo-se aos agricultores locais e da microrregião.

Essa constatação foi discutida com o Sindicato Rural, restabelecendo-se a intenção de uma segunda rodada de reuniões com os agricultores locais; entretanto, relata a Diretora do DCL que esse segundo encontro não foi realizado, permanecendo o procedimento complementar da compra dos itens remanescentes e não comercializados nas Chamadas Públicas através da compra tradicional por Pregão, com fornecedores normais que não são produtores, mas sim apenas representantes ou comerciantes que atuam nesse tipo de mercado que não possuem, na maioria dos casos, nenhuma ligação com o cultivo da terra, deixando escapar considerável fonte de divisa que poderia ser injetada na cidade e na microrregião,

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

beneficiando os pequenos produtores e suas famílias e, concomitantemente, todo o comércio local.

Perguntada sobre a possibilidade da mudança de alguns itens da Lista de produtos, fato que poderia significar um atrativo maior da AF local e regional, informou a Diretora que os itens desejados são elaborados pelo Departamento de Alimentação e somente eles podem retificar, alterar ou substituir produtos da lista, uma vez que o DCL recebe o pedido de abertura da Chamada Pública já contendo os itens e quantidades determinados em ofício subscrito pela Nutricionista, pela Diretora do Departamento de Alimentação e pelo Secretário da Educação, restando ao setor de Compras à efetivação do processo na sua fase externa.

A tabela 4 ilustra o resumo consolidado das Chamadas Públicas, indicando o ano, o valor repassado pelo MEC/FNDE, o valor que deveria ter sido destinado à AF (30%), o valor contratado da AF Regional (grupos formais e informais de outras localidades), o percentual dessa contratação, o valor contratado da AF Local (grupos informais) o percentual dessa contratação e o percentual total atingido pelo gestor com a Compra Social.

Nota-se um crescimento no montante de repasses anuais entre 2010 a 2013, passando de R\$ 1.094.520,00 para R\$ 1.415.020,00; uma queda em 2014 aos patamares de 2012 e novamente uma retomada no ano de 2015, com o maior repasse recebido pelo município desde a criação do Programa, da ordem de R\$ 1.501.356,00; em contrapartida, os valores consolidados, contratados com a AF apontam que o município de Matão não conseguiu cumprir, em nenhum momento, as exigências do MEC/FNDE/PNAE, ficando muito abaixo das exigências nos anos de 2010 (2,11%) e 2011 (6,25%), aumentando a participação da AF na Merenda Escolar nos anos de 2013 (10,92%) e 2015 (15,22%), melhorando sua marca em 2014 (20,37%) e alcançando seu melhor desempenho em 2012 (21,76%).

A média de desempenho do gestor atinge apenas 12,77% do valor repassado pelo Programa à AF, sendo 10,18% para a AF Regional e 2,59% para a AF Local, estando muito aquém das metas estabelecidas pela Política Pública universal do PNAE (Tabela 4).

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Tabela 4- Análise do resultado das Chamadas Públicas – Período 2010/2015.

ANÁLISE DAS CHAMADAS PÚBLICAS – COMPRA SOCIAL							
ANO C.P.	REPASSE R\$	30% AF R\$	AF REG. R\$	AF R %	AF LOCAL R\$	AF L %	AF TOTAL %
2010	1.094.520,00	328.356,00	-	-	23.100,00	2,11	2,11
2011	1.067.700,00	320.310,00	39.595,41	3,71	27.167,40	2,54	6,25
2012	1.169.136,00	350.740,80	206.397,72	17,65	48.020,40	4,11	21,76
2013	1.415.020,00	424.506,00	112.934,50	7,98	41.555,80	2,94	10,92
2014	1.128.536,00	338.560,80	198.392,91	17,58	31.466,00	2,79	20,37
2015	1.501.356,00	450.406,80	212.815,20	14,17	15.712,00	1,05	15,22
MÉDIAS				10,18%		2,59%	12,77%

(Fonte: FNDE/MEC ¹⁶ e Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Matão).

A leitura dos dois diagnósticos – *lista de produtos adquiridos e valores contratados com a AF* – refletem a necessidade de um firme posicionamento do gestor no sentido de implementar ferramentas e estratégias que auxiliem no efetivo cumprimento da Resolução do MEC/FNDE/PNAE e que, ao mesmo tempo fortaleça a AF Local, como primeira beneficiária do Programa que visa a Segurança Alimentar e o desenvolvimento territorial e microrregional com a geração de emprego e renda, dando condições reais de empoderamento, autonomia e independência aos agricultores locais que existem em número considerável na cidade e no entorno e que, segundo informações colhidas junto à CATI-Matão não participam com mais entusiasmo porque não houve, até o momento, uma aproximação entre eles e o Poder Público, mesmo porque muitos ainda desconhecem a burocracia do processo, temem não conseguir cumprir as entregas contratadas, não sabem como irão receber pelos produtos comercializados e também porque questionam alguns itens colocados no processo que não são reconhecidos como produtos tradicionais da AF.

4.4 Prestação de Contas do PNAE Matão

O Setor de Prestação de Contas do município integra o Departamento de Contabilidade, célula ligada à Secretaria Municipal de Fazenda; todos os relatórios e dados pertinentes aos Convênios existentes entre o município de Matão e os órgãos Estadual e Federal são fiscalizados, alimentados no sistema e encaminhados rotineiramente. No caso do

¹⁶ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso em 26.out.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

MEC/FND/PNAE o acompanhamento da prestação de contas e envio dos dados ao sistema é realizado conjuntamente pela servidora pública municipal e pelo presidente do CAE, conforme determinação do Programa.

Os dados do PNAE de Matão, relativos às prestações de contas dos exercícios de 2010 a 2015 foram fornecidos através de documentos digitalizados e em formato papel, o que possibilitou a elaboração de uma tabela comparativa do número de alunos das Creches, Pré-Escola, Ensino Fundamental, EJA - Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio e do AEE – Atendimento Educacional Especializado nos últimos cinco anos.

Análise dos dados contidos na Tabela 5 aponta crescimento do número de alunos nas Creches e no Ensino Médio, pequena redução nos alunos da Pré-Escola e no Ensino Fundamental e perceptível recrudescimento no número de alunos do EJA; em contrapartida, o número total de alunos manteve-se igual durante os cinco, registrando o maior número em 2010 (15.698) e o menor número em 2015 (14.767) o que resultou na média de 15.329 alunos; as refeições servidas diariamente, já consideradas todas as refeições servidas nas escolas de tempo integral, foram aumentando com o passar dos anos, partindo de 20.819 (2010) para 24.515 (2014), tendo sido reduzidas no para 23.531 (2015); resultando, em média, cerca de 22.226 refeições diariamente servidas pelo Programa do PNAE.

Tabela 5 – PNAE Matão –Prestação de contas – Resumo.

ANO	NÚMERO DE ALUNOS ¹⁷						ALUNOS	REFEIÇÕES
	Creche	Pré-Escola	Ens.Fundam.	EJA	Ens. Médio	AEE		
2010	1.041	1.811	9.025	842	2.979	-	15.698	20.819
2011	1.283	1.718	8.895	663	3.018	-	15.577	21.126
2012	1.408	1.643	8.659	496	2.959	-	15.165	21.177
2013	1.434	1.604	8.465	122	3.830	-	15.455	22.191
2014	1.612	1.573	7.648	280	3.787	411	15.311	24.515
2015	1.659	1.593	7.276	310	3.539	390	14.767	23.531
MÉDIAS							15.329	22.226

(Fonte: Setor de Prestação de Contas - Convênios, Prefeitura Municipal de Matão).

¹⁷- Número total de alunos atendidos e de Refeições Diárias servidas nas Creches, Pré-Escola, Ensino Fundamental, Educação Jovem e Adulto, Ensino Médio, AEE E MAIS EDUCAÇÃO, Rede Pública/Entidades Filantrópicas.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Para melhor visualização do caso estudado no município de Matão, foi elaborado um quadro comparativo dos valores repassados, do número de alunos atendidos, das refeições servidas diariamente e dos percentuais contratados com a AF Local e AF Total; esse diagnóstico permitiu comparar que em 2011, o repasse do FNDE foi menor do que em 2010, entretanto mesmo com o número de alunos sofrendo pequena variação para baixo, o número de refeições diárias subiu, detectando um leve aumento na aquisição de produtos da AF Local, triplicado na aquisição da AF como um todo; o menor repasse do FNDE foi no ano de 2011, em compensação este também foi o ano que contabilizou o segundo maior número de alunos atendidos pelo Programa; em 2014, houve o maior número de refeições diárias e, ao mesmo tempo a segunda melhor marca da Administração na compra da AF como um todo; o melhor índice de investimentos na AF como um todo ocorreu em 2012, com o percentual de 21,76%, oportunidade em que também a AF Local foi mais beneficiada chegando ao patamar de 4,11% de contratações; todavia, tratando apenas da AF Local, destaca-se que, com exceção do bom índice de 2012, poucos produtos foram adquiridos dos agricultores de Matão, com contratos que significaram em média 2,59% do valor total dos repasses, número que chegou a apenas 1,05% no ano do maior repasse do Programa (2015) que chegou ao total de R\$ 1.501.356,00 (Tabela 6).

Tabela 6- Diagnóstico comparativo PNAE – 2010/2015 – Valores, Alunos, Refeições, Percentual de aquisição com a AF Local, Percentual de aquisição com a AF total.

ANO	VALOR REPASSADO	ALUNOS	REFEIÇÕES	% AF L	% AF T
2010	1.094.520,00	15.698	20.819	2,11	2,11
2011	1.067.700,00	15.577	21.126	2,54	6,25
2012	1.169.136,00	15.165	21.177	4,11	21,76
2013	1.415.020,00	15.455	22.191	2,94	10,92
2014	1.128.536,00	15.311	24.515	2,79	20,37
2015	1.501.356,00	14.767	23.531	1,05	15,22

(Fonte: FNDE e Setor de Prestação de Contas – Convênios da Prefeitura Municipal de Matão).

O quadro comparativo traz ainda outro dado importante: de um lado a estabilização do número de alunos na casa de 15.000 beneficiários do Programa, aumento no número de refeições diariamente servidas por conta da escola de tempo integral (22.200) estabilização do montante dos repasses, em média de R\$ 1.229.000,00 e, de outro lado, uma

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

latente despreocupação do Gestor com o não atingimento das metas exigidas pelo PNAE, verificando a baixa média de apenas 12,77% em favor da AF, considerando os Grupos Formais e Informais e questões territoriais, além de uma oscilação negativa e preocupante no que concerne aos contratos firmados com a AF Local, que até o momento não foi beneficiada como deveria pela universalidade da importante Política Pública do MEC/FNDE/PNAE.

Interessante verificar que no último processo de compras realizado ao final do ano de 2015, Matão contratou R\$ 695.892,50, valor que por si só faria com que tivesse não só atingido como também superado a meta dos 30% com a Agricultura Familiar; todavia, esse não foi o índice apurado pelo MEC/FNDE/PNAE que registrou, uma vez mais, a tímida participação da AF no processo, totalizando apenas 15,22% do total repassado de R\$ 1.501.356,00, ou seja, significa dizer que neste ano de 2015 Matão comprou apenas R\$ 244.270,62 da AF. Essa diferença entre aquilo que o município contratou e os números consolidados após a prestação de contas, ocorreu porque, conforme já ilustrado no retrospecto histórico das Chamadas Públicas, Matão escolheu contratar produtos que não existem na AF Local ou Regional com grandes Cooperativas do Sul do país, fato que não foi considerado pelo MEC/FNDE/PNAE justamente porque não são produtos locais nem foram adquiridos de produtores locais, entrave principal verificado no histórico consolidado do município de Matão e que requer atitudes mais fortes do gestor na busca da efetividade do Programa, uma vez que nos últimos cinco anos o índice máximo atingido não passou da casa de 22%, conforme verificado no ano de 2012, o melhor índice alcançado.

As revisões bibliográficas, as avaliações nacionais e estaduais bem como os trabalhos de pesquisa de avaliação da efetividade do PNAE em inúmeros municípios brasileiros que antecederam o estudo de caso realizado em Matão demonstram que os gestores locais, a exemplo de tantos outros gestores espalhados pelo nosso imenso país, resolveram atingir a meta exigida pela Lei através de ações desarticuladas das realidades locais, não enfrentando as especificidades e culturas territoriais, decidindo pela inserção de produtos que não existem na cidade ou no seu entorno ou ainda por produtos que não são oriundos da AF, deixando de ouvir a rede de atores que compõem o Programa e imaginando que a simples alteração do Edital, estabelecendo a Chamada Pública por si só faria com que os produtores fossem sensibilizados a participar.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

A falta de interesse e de vontade de política em estabelecer um compromisso viável e uma agenda institucional também aconteceu no município de Matão, deixando de conhecer importante grupo de produtores rurais locais e da microrregião, negando a possibilidade da criação e do fortalecimento dos laços entre o Poder Público e inúmeras famílias de agricultores que vivem daquilo que plantam, perdendo uma enorme possibilidade de adquirir produtos mais baratos, com mais qualidade e com menos agrotóxicos, além de descumprir os princípios nascidos com a Política do MEC/FNDE/PNAE, que busca beneficiar alunos e produtores em detrimento do mercado não produtor que sempre participou do processo de compra pública sem nenhum interesse com a qualidade, com o preço ou ainda com a geração de emprego e renda locais, atores paralelos que não integram o bojo da Lei, criada justamente para alterar essa realidade capitalista com a transferência de recursos públicos para pequenas famílias produtoras que necessitam do aparato social que consolide sua manutenção na terra, desde que possam sobreviver com dignidade, desde que possam sonhar com a independência, desde que possam criar seus filhos com a mesma qualidade de vida que observamos nas áreas urbanas, desde que sejam considerados parceiros das cidades, desde que possam ser definitivamente, reconhecidos como fornecedores de alimentos de qualidade para todos os alunos que diariamente consomem a Merenda Escolar.

Portanto, a superação dos entraves e desafios estão na ordem do dia para diversos municípios, dentre eles, o de Matão e não haverá mudança de realidade se não houver vontade política do gestor local, tarefa que passa, obrigatoriamente, pelo reconhecimento de que é possível mudar; a maioria dos entraves e desafios verificados em outras localidades segue um padrão, não sendo diferentes em Matão; no mesmo sentido, os exemplos de boas práticas em municípios menores ou maiores do que Matão não faltam e podem ser copiados, adaptados ou aperfeiçoados.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

5. FORTALECIMENTO DA AF

5.1 Estratégias para o fortalecimento da Agricultura Familiar Local

A pesquisa científica realmente possui predicados interessantes, um deles é descortinar, através da metodologia e da consolidação de dados quantitativos e qualitativos o objeto de estudo. Por mais que já se tenha informações sobre o assunto, por maior interesse que eles possam despertar e ainda por mais que já se saibam algumas respostas aos problemas formulados, nada supera o resultado final produzido pelo trabalho científico, que resulta na apresentação exata de um diagnóstico, que após coleta de dados, números e informações já existentes, passa pelo método da comparação, surgindo então situações lineares de comportamentos e alguns desvios do padrão observado, devido às características e especificidades variáveis em cada objeto de estudo sempre acompanhado dos elementos de causa e efeito.

O período que antecedeu nossa escolha pela realização do estudo de caso no município de Matão pode ser chamado de pré-histórico; não se conhecia nada sobre o passado, não se conhecia como o PNAE vinha sendo executado ao longo de cinco anos. Só se sabia que Matão adquiriria gêneros para a Merenda Escolar, através de processos exigidos pela Lei e que, conforme as publicações oficiais do MEC/FNDE/PNAE, não atingiu o índice de efetividade dos 30% exigidos pela Lei em nenhum dos exercícios anteriores.

Quando o gestor de Matão nos recebeu em seu gabinete, autorizando nossa presença nos órgãos da Administração Pública, não houve nenhuma exigência, não houve nenhum empecilho, não houve a proibição da manipulação de nenhum documento tampouco qualquer orientação aos servidores no sentido de não responderem às perguntas que fizemos, pelo contrário, além das respostas abertas, da possibilidade do diálogo franco, da manipulação e da posterior divulgação de todos os documentos solicitados, obtivemos cópia digitalizada da grande maioria deles, demonstrando a transparência e a boa vontade do gestor público. É óbvio que todos os documentos e informações necessárias para a feitura deste trabalho poderiam ser objeto de um pedido formal que o município acabaria tendo que disponibilizar em razão da Lei da Transparência; todavia, a riqueza de detalhes, a possibilidade do saneamento das dúvidas no mesmo momento em que os documentos foram analisados, além

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

do fato de poder analisar os documentos dentro dos órgãos onde os fatos aconteceram, não teriam o mesmo resultado, seriam apenas números e constatações frias, sem alma.

O único pedido do gestor de Matão ao conceder-nos a possibilidade de mergulhar no PNAE foi à de que, quando nosso trabalho de pesquisa estivesse na fase conclusiva, que deveríamos compartilhar os resultados, dividir com o Poder Público o que foi realizado nos últimos cinco anos.

Ao que tudo indica, a letargia de Matão começou a diminuir a partir de dezembro de 2015, quando ainda estávamos construindo nossa pesquisa que já demonstrava a inoperância e a ineficácia das ações voltadas ao PNAE, quando já se apresentavam números tímidos da participação da AF Local no processo de compra e quando – *conforme já se sabia* – o não cumprimento efetivo dos 30% dos valores repassados à AF tornou-se conhecido não apenas pelos gestores, como também pela comunidade acadêmica e científica, ocorreu um sentimento de insatisfação que passou a incomodar diversos servidores, situação que, ao que parece, passou a fazer parte da agenda de outras Secretarias, dando início a uma mudança da realidade em busca do tempo perdido que se transformou em ações mais concretas, mais incisivas, mais efetivas e muito mais sistematizadas.

5.2 Reunião do CAE

Em 26 de outubro de 2015 ocorreu a reunião ordinária mensal do CAE- Conselho Municipal de Alimentação Escolar, oportunidade em que, participando como convidado passamos a conhecer à dinâmica do Conselho, formado por servidores públicos, professores, pessoas ligadas à Educação e pais de alunos. Neste encontro, tratou-se da substituição da Nutricionista, sobre o teste de aceitabilidade dos produtos e gêneros servidos aos alunos da rede de ensino, com início para novembro, discussão sobre o conteúdo dos produtos estocáveis que iriam integrar a lista do Pregão Presencial de novembro/2015 e dos hortifrutigranjeiros que seriam incluídos na Chamada Pública a ser realizada até o final do ano, em virtude do saldo positivo da ordem de R\$ 510.000,00, oriundos dos recursos enviados pelo Governo Federal. Na oportunidade, a Diretora do Departamento de Alimentação mencionou que estávamos realizando uma pesquisa na Prefeitura sobre a Agricultura Familiar, levantando lista de produtos, processos de compra e prestação de contas, buscando

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

identificar, em especial, qual era a participação do agricultor de Matão no processo. Os Conselheiros presentes disseram que o assunto era do interesse do CAE e do município no sentido de fortalecer o processo de compra institucional.

5.3 Intervenção do gestor para alteração da realidade: criação da agenda institucional

Ao final de 2015, Matão passou a se preocupar com mais profundidade com relação aos assuntos do PNAE. Buscando estreitar o relacionamento com os agricultores da cidade, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Educação, através do Departamento de Alimentação passaram a cuidar de dois temas: o primeiro encontro da AF da cidade e a possível realização da Feira do Produtor, antiga reivindicação dos pequenos produtores de Matão que apontavam os benefícios trazidos pela feira que já vinha sendo realizada com sucesso na cidade vizinha de Araraquara desde 2014, chamada Feira Noturna de Araraquara. Para que essas duas agendas acontecessem, houve ainda a participação da Casa da Agricultura de Matão e de vereadores do município.

Os dois eventos acabaram acontecendo concomitantemente, primeiro com a edição da Lei criando a Feira, em setembro de 2015, depois com a realização do I Encontro da Agricultura Familiar em dezembro de 2015, seguido da publicação do Decreto regulamentando a Feira no início de 2016, da Reunião dos Agricultores para a criação da Associação em Janeiro de 2016 e da Reunião com os produtores, interessados em participar da feira, inaugurada em abril de 2016.

5.4 Criação da Lei da Feira do Produtor Rural

Em 22/09/2015 Matão deu um passo à frente promulgando a Lei Municipal nº 4.903, dispondo sobre a criação da Feira do Produtor Rural. Tempos depois, publicava o Decreto regulamentando o funcionamento da Feira, abrindo a discussão com os produtores interessados, em 29 de março de 2016 através de uma reunião preparatória (Figura 1). Na oportunidade, um dos principais questionamentos foi a questão da territorialidade, ou seja, se a Feira seria exclusiva para os produtores de Matão ou se abrigaria também os Assentados.

Convidados a participar do evento como pesquisador, pudemos observar que esta preocupação já havia sido tema do I Encontro da Agricultura Familiar de Matão, ocorrido ao

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

final de 2015 e ainda da reunião sobre a criação da Associação, que aconteceu no início de 2016, eventos os quais pudemos participar como pesquisador. A resposta dos organizadores desse encontro preparatório para a inauguração da Feira foi que todos os produtores de Matão e da microrregião poderiam participar desde que fossem da AF e que vendessem produtos cultivados em suas terras. Após a definição dos produtos que seriam comercializados, das exigências sobre a qualidade dos produtos, do uso de balanças de precisão, da afixação de tabelas de preços, utilização dos espaços, montagem de barracas e definição de dia e horário de funcionamento, a reunião foi encerrada com o agendamento da primeira edição da Feira, marcada para acontecer no dia 06 de abril de 2016, no estacionamento do Conjunto Poliesportivo Laert Tarallo Mendes.

Figura 1: Reunião sobre a Feira do Produtor Rural de Matão.



**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**



No dia 06 de abril de 2016 aconteceu à inauguração da Feira do Produtor Rural de Matão (Figura 2), evento que vem ocorrendo sempre às quartas-feiras, a partir das 17 horas.

Na oportunidade foi registrada a presença de grande público que não só acompanhou a inauguração como também adquiriu os produtos trazidos pelos 49 produtores que participaram deste primeiro dia. O sucesso foi tão grande que entusiasmou os produtores.

Praticamente todos os produtos foram vendidos antes das 22h00, o que comprova que a população de Matão necessitava de mais um local para poder adquirir os produtos e ao mesmo tempo poder desfrutar do agradabilíssimo Conjunto Poliesportivo que congrega os ginásios de esportes, as piscinas e o lago, além da pista de caminhada. Segundo dados da Secretaria de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico já haviam se cadastrado para expor os seus produtos aproximadamente 73 Produtores; de posse da lista, pudemos verificar que desse total, 37 deles são associados da APRUMMA.

Na inauguração da Feira, dos 49 expositores, 20 deles eram associados da APRUMMA (Figura 2), o que demonstra que a Associação está muito bem representada, garantindo o sucesso do empreendimento, importante divisor de águas para os produtores, na comercialização dos excedentes de produção, confirmando que o município de Matão realmente se engajou para mudar a realidade visando o fortalecimento da AF Local e da microrregião.

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

Figura 2 : Inauguração da Feira do Produtor Rural de Matão.



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

5.5 I Encontro da Agricultura Familiar de Matão

Logo após a edição da Lei criando a Feira do Produtor Rural, em setembro de 2015, a Prefeitura Municipal de Matão sinalizava que realmente pretendia mudar a realidade criando uma agenda institucional com a AF, ao sediar, em 04/12/2015 o I Encontro da Agricultura Familiar da cidade, tendo como objetivos debater o processo de compra social dos gêneros da Merenda Escolar, apresentar a demanda da Cozinha-Piloto sobre os produtos hortifrutigranjeiros consumidos e a questão da obrigatoriedade da compra de 30% dos repasses em favor da AF, bem como iniciar o debate sobre a regulamentação da Lei da Feira do Produtor Rural (Figura 3).

O evento ocorreu de manhã e a tarde, com os mesmos assuntos e tópicos de abordagem, facilitando a presença da maioria dos interessados; dentre os presentes estavam: o Prefeito de Matão (2013-2016), vereadores, produtores rurais de Matão e do Assentamento do Complexo Monte Alegre, com a presença da Diretora do Departamento de Alimentação Professora Rosemere, do Secretário de Educação e Cultura, do presidente do CAE, da Sra. Érica da CATI de Araraquara e do Sr. Carlos, representante do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, além dos palestrantes Jader Cappi Moraes da CATI-Matão, do Professor Moacir Bertaci e do Sr. André Francisco Muzatti, da APRAFT – Associação dos Produtores da Agricultura Familiar de Taquaritinga. Os dados que coletamos foram utilizados durante a apresentação, demonstrando o não cumprimento das regras do MEC/FNDE/PNAE.

Houve apresentação sobre os aspectos do PNAE e a obrigatoriedade da compra de 30% dos gêneros da AF, destacando-se a intenção do município em criar mecanismos que possibilitassem que a aquisição dos gêneros fosse dirigida aos produtores locais, gerando emprego e renda na cidade e seu entorno. Todos os presentes receberam material impresso sobre a apresentação, em especial contendo o retrospecto do PNAE em Matão, números obtidos nas Chamadas Públicas e minutas da futura Associação. Foram apresentados os repasses de 2010 a 2015 e os valores contratados com a AF que ainda não atingiram os 30% exigidos pela Resolução, com a firme determinação do Executivo em aumentar o percentual de aquisição dos produtos dos agricultores locais, já que a participação deles no processo acusou índices de contratação muito baixa.

A Diretora do Departamento de Alimentação fez apresentação sobre a média dos últimos cronogramas já realizados, informando aos presentes que durante as Chamadas

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Públicas são elaborados os cronogramas de entregas semanais para um período de seis meses. Lembrou que é exigida boa qualidade dos produtos e que os produtores recebem semanalmente pela entrega. Alguns números chamaram a atenção dos produtores como o da batata, por exemplo, cujo consumo está estimado em 32.640 kg por ano. Dentre os presentes, questionou-se a possibilidade de substituir esse produto pela mandioca, por exemplo, uma vez que o plantio de batata não ocorre na região. A Professora Rose enfatizou que as substituições sempre ocorrem ao longo do ano, citando a troca pela mandioca ou outro tubérculo, mas que é difícil ficar sem comprar a batata por conta da diversidade de alimentos que ela propicia. A Sra. Érica, da CATI de Araraquara lembrou aos presentes que o órgão estaria realizando em breve dois cursos de capacitação para o plantio de cebola e de batata, justamente para atender à demanda da Merenda Escolar da região, colocando-se à disposição dos interessados. O cronograma de entrega mencionado pela Professora Rose foi encartado num modelo de Edital de Chamada Pública distribuído aos presentes, contendo ainda todas as exigências para participar da sessão de compra social, como a da DAP Física ou Jurídica.

O Assistente Agropecuário da CATI-Matão, Jader Cappi Moraes, apresentou um seminário sobre o cadastro da DAP para os produtores em geral, lembrando que a DAP dos Assentados tem outras exigências específicas e ressaltou a importância do Associativismo.

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sr. Willian De Gaetano Bassi participou do evento falando sobre a Feira do Produtor, anunciando a todos que o decreto que regulamentará a Feira já está quase finalizado, sendo aguardado por todos.

O Professor Moacir Bertaci participou do encontro comentando sobre a importância da criação de uma Associação de produtores em Matão porque existem diversos canais de captação de recursos a custo zero e outros com juros inexpressivos que permitem que uma Entidade devidamente formalizada obtenha recursos para a compra de insumos e ferramentas utilizadas na agricultura, além de poder construir um barracão para futura operação de Packing-house que permita selecionar e embalar produtos, além de se transformar na sede da Entidade.

O Convidado da APRAFT, Sr. André Francisco Muzatti trouxe sua experiência com a formação da associação de produtores rurais de Taquaritinga, enfatizando que levaram mais de um ano para conseguir reunir pessoas que realmente demonstraram interesse na formalização da Associação que foi iniciada com 13 associados; hoje, possuem 24 associados

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

e alguns produtores aguardam a oportunidade de se associar reconhecendo que somente através do fortalecimento dos produtores é que se consegue participar das compras públicas de forma mais abrangente. O Sr. André colocou-se à disposição de todos, enviando posteriormente algumas minutas de Estatuto e de Ata de formação de Associação de Produtores Rurais.

Participaram do encontro 62 produtores rurais (Figura 3) que, após todas as explicações, decidiram se reunir para a formalização da nova Entidade, agendando a primeira reunião para janeiro de 2016, saindo todos convencidos de que somente através da Associação poderiam aspirar dias melhores.

Figura 3: I Encontro da Agricultura Familiar de Matão.



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

5.6 Sensibilização dos Agricultores para a criação de Associação

No dia 20 de janeiro de 2016, no auditório da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo, participamos como pesquisador convidado do encontro decisivo que selou o nascimento da Associação dos Produtores Rurais de Matão. A reunião foi aberta por integrantes do DCL e da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, trazendo todas as informações e documentos necessários para a abertura da nova Entidade, fazendo a leitura e a votação do Estatuto, definindo objetivos, prazo de duração, forma de admissão dos associados, definindo o valor da contribuição mensal, elegendo os Diretores e Conselheiros Fiscais, o tempo de gestão da primeira diretoria eleita e das futuras eleições, bem como a discussão das disposições gerais.

Desde a realização do Encontro da Agricultura Familiar, o assunto territorial já havia sido questionado uma vez que diversos agricultores que não residem em Matão participaram do evento; nesta reunião, novamente houve a participação de agricultores de Matão e do Assentamento localizado na divisa dos municípios de Matão, Motuca e Araraquara, questão que em tese poderia ser tida como limitadora para as ações que estavam sendo desenvolvidas por membros da Prefeitura de Matão, porque a própria Resolução do FNDE determina que a preferência, quando da contratação da AF se dá pelo critério territorial, inicia-se pela cidade, passando pela microrregião, depois para o Estado e finalmente para o país.

Essa definição legal já havia sido sustentada durante o I Encontro; todavia, essa linha territorial imaginária foi quebrada logo na abertura da reunião com os produtores e atores sociais presentes, interpelando os organizadores da reunião se os assentados do Complexo Monte Alegre poderiam integrar a Associação de Produtores de Matão ou não.

Como a reunião era para que os presentes decidissem sobre o futuro da AF, esse poder foi delegado aos presentes, mesmo porque a grande maioria já tinha conhecimento de que na história de formação do Assentamento Monte Alegre houve a participação de diversas famílias de Matão que foram assentadas na divisa entre Matão e Araraquara, não havendo como distinguir quem não era de Matão, uma vez que vários deles apresentaram documentos que comprovava sua ligação com o Município de Matão, como por exemplo, contas de energia elétrica de propriedade localizada em Matão, dentre outros, sendo que a grande maioria também argumentou que suas vidas giravam no entorno de Matão, apesar de residir

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

nos Assentamentos ligados aos Municípios de Motuca e de Araraquara; impossível também não reconhecer o poder de articulação dos Assentados, que participam com grande entusiasmo de todo e qualquer assunto que esteja ligado à agricultura, prova disso é que a grande maioria dos presentes era justamente de produtores dos Assentamentos do Complexo Monte Alegre; enquanto que os produtores de Matão estavam em menor número.

O que poderia parecer um impasse foi resolvido de comum acordo entre os presentes e, por unanimidade, ficou decidido que a Associação de Matão abraçaria o Assentamento do Complexo Monte Alegre em nome do desenvolvimento da microrregião, decidindo inclusive pelo nome da nova Entidade que apropriadamente recebeu o nome de APRUMMA - Associação dos Produtores de Matão e do Assentamento do Complexo Monte Alegre.

Na eleição dos membros da diretoria foi possível aglutinar produtores de Matão e do Assentamento, como forma de contemplar os dois grupos que doravante passa a ser somente um. O primeiro presidente da APRUMMA é produtor rural de Matão e o Vice-Presidente é do Assentamento e assim sucessivamente (Figura 4).

Figura 4: Reunião para a formação da APRUMMA.



**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**



Essa decisão da APRUMMA é inédita porque Matão nunca teve uma Associação de Produtores Rurais e, ao mesmo tempo, histórica, porque busca reparar ou recompensar inúmeras famílias matonenses que foram assentadas no Complexo Monte Alegre e que perderam, por assim dizer, a identidade que possuíam com a cidade de Matão, favorecendo a cidade e os territórios limítrofes, culminando na concretização do objetivo do Gestor que era iniciar um processo de organização dos produtores locais.

Sobre o Complexo Monte Alegre interessante observar que o mesmo divide-se em sete Assentamentos: quatro deles localizados em Motuca (Assentamentos 1, 2, 4 e 5); dois localizados em Araraquara (Assentamentos 3 e 6) e o Assentamento de Silvânia (Horto) de Matão. Pesquisa realizada por GAVIOLI; COSTA (2011) sobre o retrospecto da criação do Assentamento do Complexo Monte Alegre aponta que inúmeras famílias de agricultores e ex-bóias-frias de Matão foram assentadas, inclusive com o apoio da Igreja Católica, do Sindicato dos Metalúrgicos e da Prefeitura de Matão. No trabalho intitulado: As múltiplas funções da Agricultura Familiar: um estudo no Assentamento Monte Alegre relatam os pesquisadores que antes de virar um Projeto de Assentamento, a região do Horto Florestal produziu eucaliptos durante 40 anos. A partir de 1995, 44 famílias de trabalhadores rurais de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Araraquara ocupavam 700 hectares, criando o Núcleo I. Depois, vieram mais 42 famílias, criando o Núcleo II. Em 1998, 19 famílias de Silvânia, Distrito de Matão, eram assentadas na extensão do Assentamento, exercendo atividade de desenvolvimento de sistemas de policultivos orientados para o abastecimento das famílias e venda dos excedentes de milho, mandioca, arroz, feijão, laranja, limão, manga, goiaba e oleícolas atendendo aos Programas do PAA e PNAE. O contexto histórico do Assentamento revela a multifuncionalidade da agricultura: a família rural (oriundas das cidades vizinhas), o território, a sociedade e as políticas públicas, atendendo os princípios da AF.

FERRANTE (2011) apresenta também interessante trabalho pertinente ao assunto abre a discussão sobre o desenvolvimento de políticas públicas nos assentamentos, sob o olhar do “novo mundo rural” que recupere a renda e consolide a AF, estruturando as famílias de forma inclusiva e participativa, considerando as especificidades regionais e diversidades dos sujeitos sociais e políticos, em busca do fortalecimento das comunidades.

No referido artigo, fica evidente o reconhecimento do desenvolvimento de uma política pública para os projetos de assentamentos com premissas do desenvolvimento local através da articulação de todas as instâncias do poder público registrando que a nossa região já executou diversas medidas para a consolidação dos assentamentos, criando novas formas de relação com os assentados, através de uma abordagem municipal e microrregional, através de ações já concretizadas pelos Municípios de Araraquara, Motuca e em especial de Matão, em razão da distribuição territorial do Complexo Monte Alegre nesses três municípios. Essa convivência municipal, destaca a autora, é um fator complicador para a implementação de uma política local de desenvolvimento. Registra a participação da cidade de Matão na agenda política municipal, vez que desde os anos 80 já havia projeto de plantio de soja visando abastecer a usina de leite de soja da Merenda Escolar, também conhecida como “vaca mecânica”. Lembrou que em 1996 o Prefeito de Matão da época não só apoiou a ocupação da área pelas famílias de Matão, como enfrentou o poder de mando da justiça, questionando ações de reintegração de posse desencadeadas por Usinadas vizinhas. Outras gestões da Prefeitura de Matão continuaram apoiando o grande número de matonenses que foram assentados no Complexo Monte Alegre.

Por decisão de todos os presentes, a ata da criação da APRUMMA foi elaborada com o registro dos dois trabalhos (GAVIOLI; COSTA: 2011 e FERRANTE: 2011) porque

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

ambos refletem o resgate histórico que foi promovido pelos agricultores na noite de janeiro de 2016, transformando-se num feito muito importante para a AF Local e Regional, com uma nova abordagem do espaço municipal e microrregional.

Ao final do encontro, os Associados decidiram que aguardariam alguns dias para que todos pudessem trazer os documentos que faltaram, além do dinheiro relativo à adesão, necessário para a formalização da nova entidade, abrindo ainda um prazo para aqueles que não puderam participar, podendo associar-se na CATI-Matão.

**5.7 Entraves na formação da APRUMMA – Máfia Caipira da Merenda Escolar:
Caso COAF “Operação Alba Branca” – Caso ASSPRAR “Operação
Schistosoma”**

Enquanto a lista de interessados na formação da nova Associação permanecia na CATI-Matão, explodiu a primeira fraude da “máfia caipira” em detrimento da Merenda Escolar e do fortalecimento da AF regional, denominada pela Polícia Federal de Bebedouro de “Operação Alba Branca”, envolvendo diversos municípios paulistas e a COAF – Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar, com sede em Bebedouro.

Segundo investigação, houve superfaturamento na aquisição de gêneros para posterior pagamento de propina entre a Cooperativa e integrantes dos órgãos do governo (Municipais e Estadual). O GAECO - Grupo de Atuação Especial e de Repressão ao Crime Organizado, da Procuradoria de Justiça de São Paulo¹⁸, afirmou que 85% dos produtos comercializados pela COAF eram adquiridos do CEAGESP de Ribeirão Preto e somente 15% dos Agricultores Familiares Cooperados.

Conforme relatado nas análises das Chamadas Públicas, Matão, a exemplo de diversos outros municípios que foram citados, também firmou contrato com a COAF, já que essa entidade era reconhecidamente representativa na região; todavia, conforme declarações da Diretora DCL, em todas as oportunidades que a COAF participou em Matão, houve disputa entre a Cooperativa e outros agricultores e todos os contratos com a COAF tiveram valores justos, a preço de mercado, além de estampar nos termos contratuais as qualificações

18

Disponível

em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=14547738&id_grupo=%20118&id_style=1. Acesso em 25.jane.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

de todos os produtores rurais detentores de DAP Física; entretanto, informou a Diretora que, visando garantir os direitos dos Produtores Rurais em futuras Chamadas Públicas e, por sugestão do Departamento imediatamente acatada pelo Prefeito, houve a imediata alteração nos futuros editais, garantindo a participação de Associações, Cooperativas e Sindicatos, representando seus associados, cooperados e sindicalizados; entretanto, passando a exigir doravante que os contratos serão celebrados com os Produtores Rurais individuais que deverão assiná-los pessoalmente, sendo também únicos destinatários dos pagamentos efetuados pelos produtos entregues, pagamentos que são realizados na tesouraria da Prefeitura de forma personalíssima.

O caso COAF deixou alguns produtores em dúvida se deveriam ou não se associar à APRUMMA, fazendo com que os documentos permanecessem um longo tempo na CATI-Matão aguardando a maior adesão possível de interessados, postergando o nascimento formal da Associação.

Além do primeiro caso envolvendo a Cooperativa de Bebedouro, outro escândalo envolvendo a AF regional já estava em andamento desde 2013, comprovando a institucionalização da “máfia caipira”, quando houve a deflagração da “Operação Schistosoma” pela Polícia Federal de Araraquara. A operação, nascida após a denúncia do Ministério Público Federal prendeu – em agosto/2016 – 10 agentes políticos do município de Araraquara, envolvidos no esquema de fraude nos programas do PAA e do PNAE.

Foi apurado que a Associação dos Produtores Rurais de Araraquara, Rincão e Região (ASSPRAR) utilizava DAPs e notas fiscais emitidas em nome de terceiros, mascarando a verdadeira origem dos produtos; em alguns casos, os produtos sequer eram produzidos pelos acusados, mas adquiridos no comércio local ou em centrais de abastecimento, como o CEASA, e posteriormente revendidos para as prefeituras da Região.

Segundo a reportagem do site “A Cidade on”¹⁹ a citada Associação também comercializou produtos com os municípios de Américo Brasiliense, Matão, Motuca, Santa Ernestina e São Carlos; entretanto, nestes outros municípios não se apurou a participação de agentes públicos no esquema de utilização de DAP em nome de terceiros.

¹⁹Disponível em:

<https://www.acidadeon.com/araraquara/politica/NOT.3,7,1187132,Napeloso+e+outros+17+servidores+sao+denuciados+por+estelionato.aspx>. Acesso em 19.ago.2016

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

A Diretora do Departamento de Compras da Prefeitura de Matão confirmou que a ASSPRAR realmente participou de duas chamadas públicas no ano de 2012, vencendo 13 itens na primeira e cerca de 23% dos itens na segunda Chamada; todavia, até onde se apurou, não existiu a participação de agentes públicos de modo a facilitar ou beneficiar a referida Entidade que apresentou as DAPs dos seus Associados no momento das duas Chamadas as quais participou, de acordo com as exigências legais; relatou ainda a Diretora que o Departamento de Compras e Licitações recebeu ofício da Polícia Federal de Araraquara requisitando cópia integral dos processos de compra envolvendo a ASSPRAR, documentos que já haviam sido encaminhados.

Importante destacar mais uma vez que, após o episódio envolvendo a COAF e a ASSPRAR e, por sugestão do Departamento de Compras e Licitações, houve alteração nos futuros editais de compra, garantindo a participação de Associações, Cooperativas e Sindicatos, representando seus associados, cooperados e sindicalizados; entretanto, passando a exigir expressamente que os contratos serão celebrados de forma individual com cada produtor rural, únicos destinatários dos pagamentos realizados pela Prefeitura e únicos obrigados a entregar determinado produto, conforme descrito na DAP física individualizada.

Os episódios envolvendo a Cooperativa COAF e a Associação ASSPRAR comprovam a institucionalização da “máfia caipira” na região e o enfraquecimento da AF, colocando em xeque todo o conjunto de regras instituídas pela Política Pública do FNDE/MEC/PNAE, criada justamente para o fortalecimento dos pequenos produtores e suas famílias, desacreditando muitos produtores que tiveram seus nomes e suas DAPs físicas utilizadas de maneira ilícita.

5.8 APRUMMA – Posse e encaminhamentos iniciais

No dia 01 de setembro de 2016, finalmente aconteceu a solenidade de posse da diretoria da APRUMMA, entidade devidamente formalizada que a partir desta data passa a representar 64 Produtores da cidade e da microrregião (Assentamento do Complexo Monte Alegre), podendo participar do processo de compra social de Matão como Grupo Formal e entidade local, passando a ser uma das primeiras beneficiadas na comercialização dos produtos dos seus associados. Fomos convidados como pesquisador a participar da posse que contou com a presença de todos os seus associados, servidores públicos e do Prefeito de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Matão que recebeu das mãos do Presidente da APRUMMA, um requerimento solicitando a concessão de direito real de uso com promessa de doação futura de um imóvel visando a construção do barracão e da sede da nova entidade, pedido que foi prontamente deferido, já tendo determinado o Sr. Prefeito todas as providências para o encaminhamento de Lei para a Câmara Municipal até o final do ano para que o sonho do fortalecimento e da independência dos produtores rurais começasse a ser realizado.

Na mesma reunião a APRUMMA encaminhou também ofícios ao CATI-Matão solicitando a cessão de uma sala para sediar a Entidade provisoriamente, além de oficiar o ITESP, requerendo a cessão de uso da antiga Sede da CODASP (Horto Florestal) existente em Silvânia, para que parte das atividades da Associação seja desenvolvida no referido imóvel, estando aguardando, portanto, três interessantes desfechos que podem significar o crescimento e o fortalecimento da AF Local.

A partir da posse, ficou definido que os associados se reunirão uma vez por mês e que todos os interessados em se associar deverão primeiro participar de algumas reuniões para depois terem seus nomes submetidos à diretoria para começar a integrar a Entidade.

Em outubro de 2016, membros da diretoria da APRUMMA participaram pela primeira vez da reunião do CAE, entregando um ofício solicitando da Nutricionista e da Diretora do Departamento de Alimentação da Prefeitura que revejam a possibilidade de readequação do cardápio da Merenda Escolar, ligado aos produtos da AF, substituindo alguns produtos que não são tradicionalmente produzidos na cidade, a exemplo do mamão, papaia, da batata e da maçã, por outros produtos como a mandioca, o cará e o inhame, o mamão formosa e o abacaxi, tendo sido informados que o assunto será deliberado no Departamento de Alimentação; ainda neste mês de outubro, os diretores estiveram na Administração do Hospital Carlos Fernando Malzoni, apresentando o portfólio dos produtos que são produzidos pelos associados, colocando-se à disposição para sua comercialização com o Hospital que, depois da Prefeitura de Matão, é o segundo maior consumidor de gêneros, abrindo um novo e interessante canal de escoamento do excedente de produção dos associados.

Recentemente, diversos agricultores que atualmente vendem seus produtos na Feira do Produtor começaram a se interessar pela APRUMMA com o objetivo de se associarem, tendo procurado manter contato através dos servidores da Secretaria de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Planejamento e Desenvolvimento Econômico e da CATI-Matão. Todos eles foram convidados para participar da próxima reunião da Entidade que acontecerá em novembro; além disso, os diretores da APRUMMA estão ajudando a divulgar a Entidade em todas as oportunidades, como por exemplo, na reunião do Comitê Tietê-Batalha, que contou com a participação do Vice-Presidente da APRUMMA.

Hoje, a APRUMMA possui 64 Associados, conta corrente em banco e busca consolidar seu nome como mais uma ferramenta de fortalecimento da AF, aguardando ansiosamente sua participação na Chamada Pública de Matão e de outras cidades vizinhas.

5.9 Chamadas Públicas de 2016

Até a finalização desta pesquisa, Matão realizou duas Chamadas: a primeira foi a Chamada 002/2016 realizada em 28 de março de 2016 (Figura 5); como a APRUMMA ainda não havia obtido sua personalidade jurídica, o DCL se preparou para receber os produtores rurais informais da cidade, dos Assentamentos da região e das outras cidades, ressaltando o critério territorial da compra social: Grupos Formais (Assentamentos, Orgânicos, Associações, Cooperativas com DAP Jurídica) e depois dos Grupos Informais: produtores com DAP Física. O segundo Grupo, Formal e Informal, abrange produtores regionais, como os Assentados do Complexo Monte Alegre, mais próximos de Matão para depois, caso ainda sobre algum item a ser adquirido, os Grupos Formais e Informais das cidades mais distantes. Nesta Chamada, registrou-se a presença de 17 Produtores Individuais Locais (Matão) e Regionais (Assentamento Monte Alegre) e de duas Associações: CHICO BENTO, do Assentamento Bela Vista de Araraquara e da APROTABA – Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga.

O edital previu a aquisição de 14 itens (chuchu, abobrinha, cenoura, tomate, cheiro verde, alface, couve, almeirão, repolho, beterraba, brócolis, pepino, laranja e pimentão). O Grupo Informal (composto por produtores individuais de Matão) venceu 12 itens, dividindo algumas quantidades entre si. Acessando os contratos que foram celebrados, nota-se que a participação da Agricultura Familiar Local (Matão e Assentamento) foi abrangente, totalizando R\$ 284.659,23, com os valores divididos entre os Produtores, sendo que a maioria ficou dentro do limite dos R\$ 20.000,00 por DAP individual, nos termos da Lei;

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

coube à APROTABA, de Tabatinga, o valor total de R\$ 27.307,04, lembrando que o contrato não foi celebrado com a Associação, como era feito até o caso COAF (“máfia caipira”), e sim individualmente com cada um dos cinco associados indicados pela referida Associação. Os produtores do Assentamento do Complexo Monte Alegre ficaram com três itens, dividindo parte da quantidade do cheiro verde, da alface e do almeirão com o grupo informal de Matão. A Associação Chico Bento teve pedido de sua desclassificação requerido pelos outros participantes por descumprimento de documento relativo à sua habilitação jurídica nos termos exigidos no edital e cumprida pela outra Associação; sendo que a Associação de Tabatinga dividiu os itens tomate, cheiro verde e couve com os Assentados e produtores individuais de Matão, ganhando, sozinha o item 13, laranja in natura (9.500 kg).

Nesta Chamada, foi novamente enfatizada a importância da Associação e do cumprimento da Resolução que define o Grupo Formal como primeiro ente a contratar com a Administração. Outro fator importante que foi destacado durante a Chamada Pública é a necessidade da busca pela diversificação dos produtos, uma vez que houve divisão de quantidades de forma amigável entre todos que participaram, sob pena da realização de sorteio, já que o preço, no caso da compra social, não é critério de desempate. Isso ficou evidenciado com o item laranja in natura, vencido pela Associação da cidade de Tabatinga, que poderia ter sido adquirida de um produtor local.

A segunda Chamada foi a 006/2016, realizada em 21 de setembro, contendo 16 itens: tomate, alface, almeirão, couve-flor, abobrinha, cenoura, brócolis, beterraba, repolho, chuchu, cheiro verde, laranja, mandioca, banana nanica, maçã e mamão papaia. Apesar da impossibilidade da participação da APRUMMA neste segundo processo de compra, uma vez que os documentos da entidade ficaram prontos durante o lançamento do edital, os associados da AF Local (Matão e Assentamento) participaram em grande número graças ao bom resultado obtido na Primeira Chamada de 2016 e também devido à organização e maior consciência dos agricultores, que desde a formalização da entidade e da realização da Feira do Produtor, passaram a se interessar mais pelas compras institucionais, visitando semanalmente o DCL e o Departamento de Alimentação em busca de informações sobre a abertura da Chamada, tirando dúvidas sobre os documentos e a forma de elaboração do Projeto de Venda, sempre recebendo um bom atendimento dos servidores (Figura 5). A AF Local (Matão e Assentamento) foi representada por 32 agricultores (5 de Matão, 11 de Motuca e 16 de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Araraquara), registrando também a participação da APROTABA, representando 7 produtores. A AF Local (Matão e Assentamento) venceu 13 itens (81,25%) totalizando R\$ 87.855,00; a APROTABA venceu apenas dois itens (12,5%): o mamão papaia e a laranja, produtos que não são tradicionalmente plantados na cidade, mas que o Departamento de Alimentação insiste em inseri-los na Chamada da AF. Cumprindo as alterações determinadas pelo Gestor, os contratos da APROTABA foram feitos em nome dos seus associados/produtores, no valor total de R\$ 14.707,20. O único item não comercializado foi à maçã (6,25%) outro produto que, a exemplo da laranja e do mamão papaia, não possui retrospecto de plantio em nossa região.

Os números finais das Chamadas realizadas em 2016 demonstram um elevado aumento nas contratações, totalizando R\$ 414.528,47 com a AF (local/regional) e individualmente, de R\$ 372.514,23 com a AF Local e de R\$42.014,24 com a AF regional.

Figura 5: Chamada Pública 001/2016.



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

6. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS – ENTRAVES

6.1 Resultados finais de 2016 – Repasse FNDE x Compra Social em Matão

Em setembro, quando o município de Matão realizava a Segunda Chamada Pública, os repasses do FNDE para o exercício de 2016 ainda estavam sendo efetuados; consulta no site do órgão apontavam o repasse parcial de nove dos dez repasses anuais; o montante parcial dos repasses totalizavam R\$ 1.342.152,00, aguardando ainda o último repasse que aconteceria em dezembro/2016.

Antes de obter os dados consolidados, o que só veio acontecer em 2017, já havíamos feito uma projeção de que Matão receberia cerca de R\$ 1.491.280,00, número confirmado no dia 12 de fevereiro de 2017 através do site oficial do MEC/FNDE/PNAE e montante que se traduz no segundo maior repasse já recebido pelo município de Matão, ficando atrás apenas do valor recebido no ano de 2015 (R\$ 1.501.356,00).

A soma dos contratos formalizados com a AF (local/regional) nas duas Chamadas realizadas em 2016 totalizou o montante de R\$ 414.528,47; dividido entre AF Local (R\$ 372.514,23) e AF Regional (R\$ 42.014,24).

Para a comparação dos resultados obtidos, foram reproduzidos os números consolidados de 2010 a 2015 (Tabela 4) e elaborado um quadro contendo os números de 2016 (Tabela 7).

Os números de 2010 a 2015 informam que o maior índice de investimentos em favor da AF ocorreu em 2012 (21,76%) e que houve variações positivas entre 2010 e 2011, muito significativas em 2012, recrudescendo os investimentos em 2013, elevando o patamar de investimentos na AF no ano de 2014 e novamente diminuindo a participação da AF no ano de 2015, o que comprova uma não linearidade nem padronização nos percentuais de compra em favor da AF. A interpretação sobre a AF Local é ainda muito mais desoladora: iniciou 2010 com 2,11% e terminou o ano de 2015 em 1,05%, tendo alcançado seu melhor resultado em 2012, quando chegou a 4,11%.

A média de investimentos com a AF como um todo (regional e local) em cinco anos foi de 12,77% muito abaixo dos 30% exigidos pela Lei; desdobrando-se esses investimentos destaca-se que em média, foram investidos na AF Regional cerca de 10,18% e apenas 2,59% na AF Local (Tabela 4).

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Tabela 4 - Análise do Resultado das Chamadas Públicas – Período 2010/2015.

ANO C.P.	REPASSE R\$	30% AF R\$	AF REG. R\$	AF R %	AF LOCAL R\$	AF L %	AF TOTAL %
2010	1.094.520,00	328.356,00	-	-	23.100,00	2,11	2,11
2011	1.067.700,00	320.310,00	39.595,41	3,71	27.167,40	2,54	6,25
2012	1.169.136,00	350.740,80	206.397,72	17,65	48.020,40	4,11	21,76
2013	1.415.020,00	424.506,00	112.934,50	7,98	41.555,80	2,94	10,92
2014	1.128.536,00	338.560,80	198.392,91	17,58	31.466,00	2,79	20,37
2015	1.501.356,00	450.406,80	212.815,20	14,17	15.712,00	1,05	15,22
MÉDIAS				10,18%		2,59%	12,77%

(Fonte: FNDE/MEC ²⁰ e Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Matão).

Na Tabela 7, que apresenta os números finais dos repasses para o ano de 2016 e os valores contratados após a realização das duas chamadas públicas, denota-se significativa mudança do PNAE de Matão. O valor total de repasses de 2016 é o segundo maior do retrospecto histórico somente superado pelo repasse de 2015. Nos termos da Lei, Matão deveria ter investido R\$ 447.384,00 na AF como um todo; investiu quase isso, chegando à casa dos R\$ 414.528,47, estabelecendo, pela primeira vez na história do PNAE/Matão, o índice de 27,78%, com indiscutível mudança da realidade, aumentando efetivamente os investimentos em favor da AF Local, que culminou em repasses da ordem de R\$ 372.514,23, uma verdadeira ascensão para os produtores locais que saiu da média histórica de 2,59% no período 2010/2015 para significativos 24,97% em 2016, superando em mais de 20% sua melhor marca ocorrida ainda no ano de 2012 quando alcançou 4,11%, inaugurando um novo desafio para os gestores e demais atores que é não só manter o que foi obtido como consolidar a Política Pública até atingir os 30% exigidos pela Resolução MEC/FNDE/PNAE (Tabela 7).

Tabela 7 – Resultado final dos repasses do PNAE para Matão – Ano de 2016.

ANO C.P.	REPASSE (*) R\$	30% AF R\$	AF REG. R\$	AF R %	AF LOCAL R\$	AF L %	AF TOTAL %
2016	1.491.280,00	447.384,00	42.014,24	2,81	372.514,23	24,97	27,78

(Valor consolidado do PNAE/Matão. Fonte: FNDE/MEC, Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Matão.

²⁰ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso em 26.out.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

6.2 Finalização dos dados da Prestação de Contas-2016

A prestação de contas do ano de 2016 não havia sido efetivada pelo órgão responsável da Prefeitura até a segunda quinzena do mês de março. Obtivemos a informação da servidora que o prazo final da prestação de contas será até 30 de abril de cada ano e que já estava finalizando a documentação para alimentação do site do FNDE/MEC/PNAE; todavia, ressaltou que não enviaria os dados exatos dos alunos atendidos pela Política Pública porque não conseguiu essa informação de nenhum responsável pelo Departamento de Educação, tendo sido orientada a repetir os mesmos números registrados no ano de 2015.

Isso ocorreu, segundo a servidora devido à mudança de Governo, já que todos os servidores que atuavam na Secretaria e no Departamento de Educação foram remanejados para outras unidades escolares; os poucos cargos de confiança que existiam foram exonerados no final de 2016.

Essa descontinuidade das funções põe em dúvida um trabalho de dez anos, já que nunca se saberá exatamente quantos alunos foram realmente atendidos e quantas refeições foram fornecidas; a Tabela 8 demonstra que as unidades educacionais atendidas no período de 2010 a 2015 não repetiram os mesmos números de alunos atendidos e, por consequência, não houve repetição no número de refeições servidas, o que significa dizer que no ano de 2016 esses números também não foram iguais, lineares.

Essa falha durante a construção dos dados fidedignos do número de alunos atendidos/refeições servidas compromete seriamente a Política Pública desenvolvida em Matão porque os valores que serão repassados neste ano de 2017 levarão em conta o senso informado na prestação de contas, fazendo com que o município corra o sério risco de receber menos repasses do que aqueles necessários para atender a demanda deste exercício.

Ao que parece, os atuais gestores não se deram conta desse problema, assim explicado na Cartilha Nacional de Alimentação Escolar, editada em 2015 pelo FNDE/MEC/PNAE²¹:

PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ENTIDADE GESTORA. Primeiramente, cabe compreender como é feito o repasse dos recursos financeiros pelo FNDE, que efetua o cálculo do valor a ser repassado usando a seguinte fórmula: **TOTAL DE**

²¹ Disponível em www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?download...pnae... Acesso em 15.abr.2017.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

RECURSOS = N° de alunos declarados no Censo do ano anterior x Valor per capita definido pela autarquia x 200 (duzentos) dias de atendimento Os recursos são repassados em até 10 (dez) parcelas em uma conta específica e única para o recebimento dos recursos do PNAE e, portanto, devem ser utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados na preparação de alimentos (op citi, pg.29).

Com a inclusão do número de alunos do ano de 2016, a média de alunos atendidos no período de sete anos (2010/2016) é de 15.248 para uma média de 22.413 refeições diárias (Tabela 8).

Tabela 8 – PNAE Matão – Prestação de contas consolidada 2010/2016.

ANO	NÚMERO DE ALUNOS ²²						ALUNOS	REFEIÇÕES
	Creche	Pré-Escola	Ens.Fundam.	EJA	Ens. Médio	AEE		
2010	1.041	1.811	9.025	842	2.979	-	15.698	20.819
2011	1.283	1.718	8.895	663	3.018	-	15.577	21.126
2012	1.408	1.643	8.659	496	2.959	-	15.165	21.177
2013	1.434	1.604	8.465	122	3.830	-	15.455	22.191
2014	1.612	1.573	7.648	280	3.787	411	15.311	24.515
2015	1.659	1.593	7.276	310	3.539	390	14.767	23.531
2016	1.659	1.593	7.276	310	3.539	390	14.767	23.531
MÉDIAS							15.248	22.413

(Fonte: Setor de Prestação de Contas - Convênios, Prefeitura Municipal de Matão).

Na Tabela 9, atualizamos e consolidamos o retrospecto do PNAE para o período de 2010/2016, destacando-se o segundo maior volume de repasse em 2016 e os números alcançados nas Chamadas Públicas com a AF Local, cujo índice superou todos os resultados anteriores, partindo de 2,11% no primeiro ano (2010), alcançando o dobro desse percentual no ano de 2012 (4,11%), sofrendo acentuada queda nos anos de 2013 a 2015 e chegando ao maior patamar no ano de 2016, com a marca de 24,97%.

Os dados consolidados demonstram que Matão atingiu, com a AF como um todo (Regional/Local) seu melhor desempenho (27,78%) embora não tenha atingido a meta dos 30%.

²² Número total de alunos atendidos e de Refeições Diárias servidas nas Creches, Pré-Escola, Ensino Fundamental, Educação Jovem e Adulto, Ensino Médio, AEE E MAIS EDUCAÇÃO, Rede Pública/Entidades Filantrópicas.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Tabela 9 – Resultado consolidado – Chamadas Públicas e percentuais atingidos – 2010/2016.

ANO C.P.	REPASSE R\$	30% AF R\$	AF REG. R\$	AF R %	AF LOCAL R\$	AF L %	AF TOTAL %
2010	1.094.520,00	328.356,00	-	-	23.100,00	2,11	2,11
2011	1.067.700,00	320.310,00	39.595,41	3,71	27.167,40	2,54	6,25
2012	1.169.136,00	350.740,80	206.397,72	17,65	48.020,40	4,11	21,76
2013	1.415.020,00	424.506,00	112.934,50	7,98	41.555,80	2,94	10,92
2014	1.128.536,00	338.560,80	198.392,91	17,58	31.466,00	2,79	20,37
2015	1.501.356,00	450.406,80	212.815,20	14,17	15.712,00	1,05	15,22
2016	1.491.280,00	447.384,00	42.014,24	2,81	372.514,23	24,97	27,78
			MÉDIAS	10,65		5,78	14,92

(Fonte: FNDE/MEC ²³ e Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Matão).

6.3 Atraso no pagamento dos produtos da AF

Importante registrar que durante o segundo semestre de 2016, apesar da expressa disposição existente nos contratos firmados com a AF Local e microrregional de que os produtos entregues seriam pagos semanalmente, houve atrasos parciais em alguns contratos, fazendo com que diversos produtores reclamassem diretamente à Prefeitura; alguns chegando até a não efetivar as entregas programadas em virtude da falta de capital para custear suas despesas; esse fato foi reconhecido pelos gestores alegando dificuldades em repasses estaduais e federais e ainda da enorme dificuldade de caixa vivida pelo município que deixou outros fornecedores aguardando o pagamento de suas notas; todavia, no caso da Compra Social, essa situação não deveria ter existido porque os pequenos produtores não fornecem produtos transformados, nem revendem produtos fabricados por outros fornecedores, sustentam os estudantes com matéria prima resultante do seu suor, obtida graças ao trabalho braçal diário de inúmeras famílias que sustentam os alunos e que se sustentam graças ao PNAE; espera-se que os atuais gestores não repitam a mesma burocracia do empenhamento prévio, da liquidação e do pagamento *a posteriori*, utilizada para os fornecedores em geral, porque os integrantes da AF não são fornecedores comuns e sim parceiros de primeira hora do município, da Secretaria de Educação, do Departamento de Alimentação e dos 23.000 estudantes da rede de ensino da cidade de Matão.

²³ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso em 26.out.2016.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

7. CONCLUSÃO

Este estudo procurou demonstrar a importância da Política Pública ligada ao binômio educação/alimentação, entes estruturantes indissociáveis na busca efetiva da sustentabilidade socioeconômica da Agricultura Familiar no Brasil e da alimentação de qualidade, atualmente fornecida a milhões de estudantes em quase todo o território nacional, através da construção de um diagnóstico resultante das avaliações efetuadas pelo Governo e por pesquisadores de Instituições de Ensino Público ou Privado que enfrentaram o tema da eficiência e da eficácia do Programa que completou 61 anos de existência e que, nos últimos 22 anos alterou significativamente a vida de inúmeros cidadãos, iniciando esse processo em 1994 com a descentralização do Programa e ofertando aos municípios a possibilidade de se transformar em gestores da compra da Merenda Escolar, gerando emprego e renda para inúmeros agricultores locais e regionais, criando ainda o CAE- Conselho de Alimentação Escolar, empoderando servidores, alunos, professores e outros membros da sociedade civil ao elegê-los como fiscalizadores de todo o processo da chamada compra social ou licitação sustentável até sua finalização quando do fechamento da prestação de contas.

Percorreu-se um longo caminho. Confirmou-se, através das avaliações, que ao se criar a obrigatoriedade da compra de no mínimo 30% dos repasses anuais em favor da AF foi iniciado um novo marco na história desta Política carimbando uma parte do dinheiro entregue aos gestores através de ação afirmativa, buscando a Segurança Alimentar nas duas pontas do Programa: produtores e estudantes, tendo como filosofia a sustentabilidade socioeconômica dos pequenos produtores e de suas famílias, institucionalizando a compra, estatuidando a exceção dentro do sistema das licitações públicas que não leva o preço como critério final e sim a territorialidade e a preferência dos Grupos Formais em detrimento dos Grupos Informais.

Desde 2009, inúmeros trabalhos de pesquisa foram realizados, tentando encontrar respostas de como os gestores enfrentaram os desafios e superaram (*ou não*) os entraves para o cumprimento (efetividade) das regras exigidas pelo MEC/FNDE/PNAE; existem relatos de pleno êxito, conquistado graças à vontade política dos gestores que resolveram abraçar o Programa como uma extensão da Política Pública municipal, criando condições efetivas para

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

que os produtores locais realmente fossem valorizados, incentivando a organização dos grupos através do associativismo e do cooperativismo, criando leis específicas que beneficiam a AF Local, elaborando agenda de articulação constante, criando feiras exclusivas para a comercialização da produção excedente, estabelecendo um canal de comunicação permanente entre todos os atores, readequando os cardápios aos produtos regionais e locais, empoderando os agricultores, oferecendo-lhes a possibilidade de expansão de seus horizontes e garantindo a compra dos seus produtos; ou seja, sendo elemento motriz da geração de emprego e renda de maneira sustentável.

Entretanto, importante ressaltar também que alguns municípios brasileiros, no afã de cumprir a meta estabelecida pelo MEC/FNDE/PNAE, não contemplaram o fortalecimento da AF Local; pelo contrário, como se ela não existisse, decidiram pela compra de produtos que não são produzidos pelos produtores locais ou regionais, contratando Cooperativas ou Associações de outras cidades e até de outras Regiões do país, beneficiando aquelas Agriculturas Familiares e, em alguns casos, colocando forte suspeita de que os produtos podem não ser originários da AF.

Como o MEC/FNDE/PNAE faz constantes avaliações sobre a efetividade da maior Política Social do mundo é bem possível que em pouco tempo criará novos indicadores de avaliação, desenvolvendo novas metodologias que comprovem a aplicação das exigências legais e a eficiência desejada para o Programa; enquanto isso não acontece, cabe aos gestores fazer o dever de casa, propiciando o fortalecimento da AF de forma concreta.

No diagnóstico que avaliou 21 municípios com relação ao cumprimento das metas do PNAE, o que ficou claro e evidente é que, havendo interesse real do gestor, é possível estabelecer a Compra Social em âmbito local ou na microrregião. O primeiro desafio é descobrir quem produz, quanto produz, tentando incentivar esses potenciais produtores a participar das compras institucionais, abrindo as portas das Prefeituras, municinando-os de todas as informações necessárias, colocando o Poder Público à disposição, incentivando e até custeando a criação de uma entidade de classe, através de Associações ou Cooperativas, criar e disponibilizar feiras específicas para que possam comercializar os produtos excedentes, mantendo agenda permanente com a categoria, criando entre eles o desejo de participar ativamente do sucesso desse empreendimento que é vender alimentos para a classe estudantil.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

Diversos municípios fizeram essa lição de casa. Nem todos ainda conseguiram bater a meta do MEC/FNDE/PNAE, mas estão no caminho certo em busca da Segurança Alimentar, da sustentabilidade socioeconômica da cidade e do seu entorno, oferecendo o primeiro passo para que eles, fortalecidos em casa, posteriormente possam ganhar autonomia e independência em busca de outros mercados institucionais ou privados, mas tendo a certeza de que o começo dessa emancipação adveio de uma Política que desde a sua criação sempre buscou melhorias para todos os atores envolvidos no processo iniciado em 1995 com a destinação de R\$ 0,590 bilhões de reais e que, no ano de 2015 atingiu a impressionante marca de R\$ 3,759 bilhões de reais, conforme informações oficiais.

Nosso trabalho, desde as primeiras páginas, é o fortalecimento da Agricultura Familiar Local, aquela que a maioria dos municípios brasileiros possui; alguns possuem uma AF Local pequena, composta de pouquíssimos produtores, outros possuem inúmeros produtores ainda não organizados e ainda existem várias cidades que já contam com produtores organizados; a receita é: diagnosticar quem pode ser um potencial fornecedor de alimentos; organizar os grupos, incentivar o associativismo e o cooperativismo e reativar aqueles que já integram Grupo Formal. Esse fortalecimento é demorado, exige vontade política dos gestores, mas é o primeiro e mais importante passo para o sucesso da Segurança Alimentar. Os demais passos ocorrerão naturalmente e os desafios serão superados se houver vontade política, determinação e planejamento.

O caso concreto analisado no presente trabalho é prova de que a receita pode ser copiada, melhorada e readaptada para as condições específicas de um determinado território, mesmo que exista a particularidade – *como no caso da região de Matão* – da enorme concentração do agronegócio e da monocultura da cana-de-açúcar praticamente engolindo a grande maioria das terras cultivadas, criando contradições regionais e um histórico embate entre o poderio econômico-financeiro e os pequenos produtores rurais, alvos de uma Política Pública criada para o fortalecimento da classe que precisa constantemente ser defendida.

Matão tem 118 anos de emancipação político-administrativa. A história da cidade e a agricultura estão ligadas: a região já foi uma das maiores exportadoras de café, já teve uma das maiores áreas de plantio de laranja, já encabeçou um Consórcio Municipal que propiciou o plantio de soja no Assentamento e que possibilitou a introdução do pão e do leite de soja na Merenda Escolar, possui cerca de 200 agricultores, mas até 2015 nunca havia

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

conseguido organizá-los. No Assentamento do Complexo Monte Alegre (ITESP) cuja área abrange os municípios de Matão, Motuca e Araraquara, existem dezenas de produtores; alguns integram associações rurais, mas a grande maioria ainda não. Foram necessárias duas reuniões, organizadas pelo gestor público para mudar essa realidade, incentivando a criação da Associação que congregou produtores de Matão e do Assentamento, criando a APRUMMA – Associação dos Produtores de Matão e do Assentamento do Complexo Monte Alegre. A entidade tem 64 associados, a maioria participando da Feira do Produtor criada em abril/2016, grande parte deles já tendo participado das duas Chamadas Públicas desse ano, conseguindo ganhar quase todos os itens da Merenda, estabelecendo percentuais animadores que certamente, num futuro bem próximo colocarão a cidade de Matão dentre aquelas que, não só bateram a meta estabelecida pelo MEC/FNDE/PNAE como também cumpriram a principal filosofia e objetivo do Programa que é fomentar o crescimento local.

Devido à dinâmica desta Política Pública, os desafios continuam na agenda do dia e serão (*ou não*) superados se todos os atores envolvidos continuarem firmes em seus propósitos de continuar o franco diálogo com os produtores, de ampliar a divulgação dos Editais da Chamada Pública, de possibilitar a efetiva participação dos interessados nas reuniões do CAE e em todas as investidas do Poder Público, de continuar cumprindo a promessa de pagamento semanal dos produtos entregues, de proibir definitivamente a inserção de produtos nas Chamadas Públicas que histórica e culturalmente não integram a AF Local nem Regional, de aceitar as substituições de produtos que mesmo fazendo parte da AF não são produzidos em Matão, beneficiando concretamente os produtores locais com produtos que são conhecidos, comercializados e consumidos pela população da cidade e do seu entorno.

Outro ponto crucial na concretização da Política Pública do PNAE, seja na região de Matão ou de qualquer outro território brasileiro é a mobilização constante de todos os atores envolvidos com o Programa e a efetiva atuação de todas as instituições criadas para fiscalizar a correta destinação dos investimentos públicos, coibindo práticas ilícitas e o desvio de dinheiro público, não permitindo que a “máfia caipira” institucionalizada na região através do caso COAF (Bebedouro) e ASSPRAR (Araraquara) incentive outros adeptos dessa conduta vedada pela Lei, multiplicando-se e avançando sobre outros municípios, desnaturando todos os conceitos, princípios e objetivos da Política Pública universalizada,

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

criando um forte desalento da AF e o descrédito do PNAE/FNDE/MEC e tampouco retirem do Agricultor Familiar a possibilidade de continuar exercendo seu labor na terra, punindo exemplarmente todos aqueles que cometerem crimes semelhantes para usurpar os direitos arduamente conquistados pela AF após longos anos.

Os resultados parciais relatados no município de Matão são animadores e espera-se que a mudança de governo não venha frear o que já foi conquistado em termos de organização, mobilização e compartilhamento entre a Prefeitura e os produtores locais.

Os dois únicos registros negativos ocorreram em razão da mudança dos Administradores e gestores do programa: o primeiro resultou na falha no exato levantamento dos alunos atendidos no exercício de 2016, acabando por alimentar o sistema do FNDE/MEC/PNAE com os mesmos números de 2015, pondo em dúvida um trabalho de anos da Prefeitura de Matão e que não refletirá a exatidão pretendida nesta pesquisa por conta da inexistência de um controle mais eficaz que permita realizar a consolidação dos números, independentemente da ausência deste ou daquele servidor.

O segundo registro é a obstrução no levantamento de dados complementares que seriam realizados para finalização da pesquisa, procurando identificar o número de servidores e de alunos atendidos através da visita em uma Creche e uma EMEF; pela primeira vez, durante todo o processo de levantamento de dados houve obstrução e impedimento pelos novos gestores (gestão 2017-2020) de coletar dados in loco, a exemplo de todos os demais procedimentos realizados ainda sob o manto da Administração anterior (gestão 2013-2016) que em nenhum momento impediu a coleta de dados e de informações, tampouco barrou nossa presença nos diversos órgãos da Administração.

Esses entraves, dignos de registro, podem obstruir futuros pesquisadores que não conseguirão levantar dados fieis e elementos necessários para a produção científica, deixando de contribuir para a exata interpretação dos processos e da formulação de propostas de melhoria na sua execução, prejudicando o pesquisador e a Instituição de Ensino de forma indireta e a comunidade e todos os atores envolvidos de forma direta porque não haverá sequer a tentativa de conhecer o objeto pesquisado e muito menos sugestões de mudança da realidade.

Não obstante, espera-se ainda que a promessa de doação do terreno em favor da APRUMMA feita pelo Prefeito em final de mandato (2013-2016) seja concretizada no ano de

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

2017 pelo novo gestor (2017-2020) porque muito provavelmente isso significará não só o fortalecimento, mas a verdadeira independência desse grupo de produtores rurais locais e, conseqüentemente a melhora do Programa verificado na cidade de Matão.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

REFERÊNCIAS

A Cidade on. Araraquara-SP. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/politica/NOT,3,7,1187132,Napeloso+e+outros+17+sevidores+sao+denunciados+por+estelionato.aspx>. Acesso em 19.ago.2016.

ABREU, Kate Dayane Rodrigues de. “A implementação do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte: implicações práticas e teóricas”. Dissertação de mestrado em Administração Pública e Governo. EASP Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11650>. Acesso em 15.ago.2015.

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; PAULILLO, Luiz Fernando; BERGAMASCO, Sônia Maria P.P. “Redes e programas de segurança alimentar no município de Araraquara-SP como instrumentos de desenvolvimento rural”. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. CPDA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro –RJ, v.2, Ano 23, out.2015. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/318>. acesso em: 30.abr.2016.

ALMEIDA, Eliane; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; BARONE, Luis Antonio. “Experiências de efetivação do PNAE em municípios paulistas: entraves e perspectivas”. Revista Informações Econômicas. São Paulo, v.46, n.2 mar/abr 2016. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2016/tec3-0416.pdf>. Acesso em: 30.abr.2016.

ARISTIDES, Marleide de Jesus da Silva. “O programa nacional de alimentação escolar PNAE no município de Pirapozinho (SP). Monografia do Curso de Geografia da UNESP de Presidente Prudente, Graduação em Bacharel em Geografia. Presidente Prudente-SP. 2013.

AVILA, Mario Lucio; CALDAS, Eduardo de Lima; ASSAD, Silvia Starling. “Sinergia e Coordenação em Políticas Públicas: O caso do PAA e PNAE”. Sociedade e Desenvolvimento Rural INAGRO. Brasília - DF, v.7, n.3, p.68-81, jul.2013. Disponível em: <http://www.inagrodof.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/182>. Acesso em: 14.ago.2015.

BACCARIN, J, “ Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. SP, 2016.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão, “O Programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: Eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local”. Revista de Nutrição. Campinas - SP. v.22, n.5. set./out. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000500001. Acesso em 23.ago.2015.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

BETANHO, Cristiane et al, “Os Agricultores Familiares assentados estão preparados para “superar o plantar” e “passar a produzir” ofertas para os mercados? Desafios para os membros da Associação de Mandaleiros de Uberlândia”. Revista Campo- Território. Uberlândia - MG. v.8, n.16, p.229-265. Ago/2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/22047/13083>. Acesso em 23.ago.2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília - DF. Editora da UNB. v.2, 12 ed. 2002.

BRASIL, FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: [:http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar](http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-conselho-de-alimentacao-escolar). Acesso em: 10.nov.2016.

BRASIL, FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?download...pnae. Acesso em 15.abr.2017.

BRASIL, Governo do Estado do Paraná, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf. Acesso em 04.set.2015.

BRASIL, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=352930>. Acesso em 06.nov.2016.

BRASIL, IFBA- Instituto Federal da Bahia. Valença - BA, Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.valenca.ifba.edu.br/attachments/article/484/CHAMADA%20P%C3%A9BLICA%20-%20AGRICULTURA%20FAMILIAR.pdf>. Acesso em 28.jul.2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.educacao.ma.gov.br/documentos/chamadapublica/2%C2%AA%20Chamada%20Pública%20URE%20de%20Santa%20In%C3%AAs%20Polo%20III%20-%202010-09-2013%20a%2027-09-2013.pdf>). Acesso em 28.jul.2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em 02.jul.2015

BRASIL, Ministério da Educação. Legislação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-legislacao>. Acesso em 26.ago.2015.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Avaliação do impacto distributivo e elaboração da sistemática de monitoramento do PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/apresentacoes/apresentacao01/sld064.htm>. Acesso em 02.abr.2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap>. Acesso em 04.set.2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social do Combate à Fome. Disponível em: <HTTP://www.mds.gov.br>. Acesso em 04.set.2015.

BRASIL, Município de Matão-SP. 2015. Disponível em: www.matao.sp.gov.br. Acesso em 04.jul.2015.

BUENO, Luiz Marques. “Memórias da Fazendas do Cambuhy”.2002. Matão-SP. Edição do Autor.

CALDAS, Eduardo de Lima; NONATO, Raquel Sobral, “Compras públicas e promoção do desenvolvimento local”. Revista do Serviço Público. Brasília - DF. 64 (4), P.465-480. out./dez. 2013. Disponível em: <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/133>. Acesso em 23.ago.2015.

CARTA MAIOR. Disponível em : <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-importancia-da-agricultura-familiar-naalimentacao-escolar/4/26334>. Acesso em 03.jan.2017.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian; BELIK, Walter, SILIPRANDI, Emma; RANGEL, Janaína Romano; MALINA, Léa Lameirinhas; DE SOUZA, Liliane Batista Barbosa; VANNUCHI, Luanda Villas Boas; CHAIM, Núria; REINACH, Sofia, “Projeto Nutre SP, análise da inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar: Instituto Via Pública. São Paulo, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Eduardo/Downloads/Publica%C3%A7%C3%A3oNutreS%C3%83OPAULO.pdf>. Acesso em 28.out.2016.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da, “As Cooperativas de Agricultura Familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais”. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília - DF. v.53, n.1, jan/mar 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032015000100109&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em 23.ago.2015.

DANELON, Mariana Schievano; DANELON, Maria Angélica; SILVA, Marina Vieira da, “Programa Nacional de Alimentação Escolar: experiências da autogestão e da terceirização”. Revista de Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, SP. v.16, n.2, p.110-133, 2009. Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_16_2_2009/6_MarianaDanelon%5B110-133%5D.pdf. Acesso em 23.ago.2015.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta, “Assentamentos Rurais: Entre a dádiva e novas perspectivas de participação”. Disponível em https://www.google.com.br/search?q=Assentamentos+Rurais:+Entre+a+d%C3%A1diva+e+novas+perspectivas+de+participa%C3%A7%C3%A3o+%28&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=HAYLV4nYD8TemwGI_qhI#q=Assentamentos+Rurais:+Entre+a+d%C3%A1diva+e+novas+perspectivas+de+participa%C3%A7%C3%A3o+Revista+SB+Sociologia+%28. Acesso em 22.mar.2016.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). [periódico na Internet]. 2007. [acessado 2012 abr 24]. Disponível em: http://www.usp.br/feaecon/media/livros/file_459.

FLORES, Tânia Mara Colle Flores. “Efetividade social do programa de alimentação escolar no município de Araraquara-SP: um olhar na segurança alimentar”. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. UNIARA. Araraquara-SP. 2013.

GAVIOLI, Felipe Rosafa; COSTA, Manoel Baltasar Baptista, “As múltiplas funções da agricultura familiar: Um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP)”, Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília –DF. v.49, n.2, abr./jun.2011. disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032011000200008&script=sci_arttext. Acesso em 22.jan.2016.

GLOBO.COM. “IDH Municipal do Brasil cresce 47,5% em 20 anos, aponta PNUD”. 29.jul.2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/idh-municipal-do-brasil-cresce-475-em-20-anos-aponta-pnud.html>. Acesso em 05.fev.2015.

GONÇALVES, Daniel Bertoli, “Os desafios da agricultura familiar frente aos programas de compras públicas de alimentos: Um estudo sobre agricultores da região Sudoeste do Estado de São Paulo”. Disponível em: <file:///C:/Users/Eduardo/Desktop/Maria/Downloads/Dialnet-OsDesafiosDaAgriculturaFamiliarFrenteAosProgramasD-4901392.pdf> (2014). Acesso em 05.jul.2015.

GUILHOTO, JM, ICHIHARA, SM, SILVEIRA, FG, GAIGER F, DINIZ, BPC, AZZONI, CR, MOREIRA, GRC. “A importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus estados. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE). Periódico na Internet. 2007. Disponível em http://www.usp.br/feaecon/media/livros/file_459 Acesso em 24.abr.2012.

JORNAL “A COMARCA”, Matão – SP. Segundo Caderno. Ed. 1030, Ano 21, 03.mar.2017

JC MATÃO. “Brasil melhora IDH, mas mantém 85ª posição no ranking mundial”. Jornal do Comércio, Matão – SP. 14.mar.2013, Notícias. Disponível em: http://www.jcmatao.com.br/web/noticia_show.php?noticia=235. Acesso em 06.fev.2015.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

JESUS, Deloisse de Fátima Bacelar de, “Poder de compra do Estado: Limites e possibilidades do uso desta ferramenta em favor do desenvolvimento local”. UNIMONTES, Universidade Estadual de Montes Claros, MG. II Congresso em Desenvolvimento Social (Des) Igualdades Sociais e Desenvolvimento. Mai.2012. Disponível em: <http://congressods.com.br/terceiro/index.php/a-cidade-politicas-publicas-e-os-territorios-da-politica/314-poder-de-compra-do-estado-limites-e-possibilidades-do-uso-desta-ferramenta-em-favor-do-desenvolvimento-local>. Acesso 23.ago.2015.

MATÃO (SP). In: “ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros”. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 29. p. 120-124. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_29.pdf. Acesso em: jan. 2016.

MELÃO, Ivo Barreto, “Produtos Sustentáveis na Alimentação Escolar: O PNAE no Paraná”. Cad. IPARDES. Curitiba - PR, v.2, n.2, p.87-105, jul/dez 2012. Disponível em <http://www.organicnet.com.br/wp-content/uploads/Artigo-Final-533-2301-1-PB.pdf>. Acesso em 07.jul.2015.

MOLINA, Rafael A., “Pesquisa-ação/investigação-ação no Brasil: mapeamento da produção (1966-2002) e os indicadores internos da pesquisa-ação colaborativa”. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOTTER, Adriana Filimberti; TEO, Carla Rosane Paz Arruda, “Agricultura Familiar: Desafios e dificuldades na aproximação com o programa nacional de alimentação escolar”. Convibra Saúde – I Congresso Virtual Brasileiro de Educação, gestão e promoção da saúde. Out.2012. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/2012/69/2012_69_4079.pdf. Acesso em 12.ago.2015.

NUNES, José Simões, “Produção agroecológica e o fornecimento à alimentação escolar institucional: A experiência do Assentamento Milton Santos, Americana-SP”. Cadernos de Agroecologia. v.9, n.1, 2014. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15614>. Acesso em 23.ago.2015.

NUNES, Rizzatto, “Manual da monografia jurídica: Como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese”. Saraiva, São Paulo-SP, 1º ed. 2013.

PÉRCIO, Gabriela Verona, RAMOS, Flávio, VIEIRA, Ricardo Stanziola. “A lei 12.349/2010 e a preferência a produtos manufaturados e serviços nacionais em licitações: uma análise crítica à luz do princípio do desenvolvimento nacional sustentável. Revista de Informação Legislativa. Senado Federal. Brasília-DF, a.49, n.196, out/dez.2012. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496625/000967067.pdf?sequence=1>. Acesso em 27.ago.2015.

PEREIRA, Mara Elena Bereta de Godoi; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith, “Desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã-SP”. Ciência e Natura. Santa Maria - RS. v.36, n.2, mai/ago, 2014. Disponível em:

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/cienciaenatura/article/viewFile/12262/pdf>
 1. Acesso 23.ago.2015.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti, “Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. Revista Espaço Acadêmico (UEM), Maringá, Paraná, n.128, jan.2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/13559/8522>. acesso 22.out.2016.

REVISTA KAPPA MAGAZINE. Matão-SP, agosto, 2011. http://www.revistakappa.com.br/edicoes/matao/edicao_01/files/revista%20kappa.pdf
 Matão - Agosto/2011.

RUA, Maria das Graças. “Políticas Públicas”. Departamento de Ciências da Administração / UFSC, Florianópolis - SC. 2009. p.130. Disponível em: http://www.moodle.fmb.unesp.br/file.php?file=%2F175%2Farquivos%2FMaterial_de_estudo%2FPolíticas_Publicas.pdf. Acesso em 25.ago.2015.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco, et al, “Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4- Programa Nacional de Alimentação Escolar”. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro - RJ. v.23, n. 11, Nov.2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001100016. Acesso em: 23.ago.2015.

SARAIVA, Elisa Braga et al, “Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar”. Revista Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro - RJ, v.18, n.4, abr.2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000400004&script=sci_arttext. Acesso em 23.ago.2015.

SARMENTO, Renato Neves, “A cidade de Rio Claro – SP está cumprindo sua meta na compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE”? Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Rio Claro - SP, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/121066>. Acesso em: 23.ago.2015.

SECCHI, Leonardo. “Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos”. Revista de Administração Contemporânea. Curitiba - PR. v.15 n. 6, dez/2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6552011000600017&script=sci_arttext. Acesso em 25.ago.2015.

SILVA, Arthur Boscarior da; PEDON, Nelson Rodrigo, “Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: A dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos – SP”. Revista NERA. Presidente Prudente - SP. ano 18, n. 26, p.92-109, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/3144>. Acesso em: 23.ago.2015.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

SILVA, Fabiana Matos da, “Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) e a promoção do desenvolvimento regional: O caso de São Luis do Paraitinga – SP”. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (2014). Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/5620143.pdf>. Acesso em: 23.ago.2015.

SOARES, Pammelaetal, “Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos a agricultura familiar em um município brasileiro”. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro - RJ. v. 20, n.6, jun.2014.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000601891&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23.ago.2015.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira, “Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP)”. Revista Economia e Sociologia Rural. Brasília - DF. v.52, supl.1. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600011&script=sci_arttext. Acesso em 23.ago.2015.

TRICHES, Rozane Maria; GRISA, Catia, “Entre mudanças e conservadorismos: Uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência”. Revista NERA. Presidente Prudente - SP. ano 18, n. 26, p.10-27, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewArticle/3569>. Acesso em 23. ago.2015.

TRIPP, David, “Pesquisa-ação: uma introdução metodológica”. Educação e Pesquisa,São Paulo - SP, v. 31, n. 3, p. 443-466, set/dez. 2005.

VILLAR, Betzabeth Siater, et al GONÇALVES, Daniel Bertoli,“Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da Agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)”. Revista Brasileira de Epidemiologia. São Paulo - SP. v.16, n. 1, mar. 2013. Disponível em: <HTTP://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2013000100021> . Acesso em 14.jul.2015.

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

ANEXOS

- A)** Ata da Primeira Reunião com produtores rurais ocorrida em 2010
- B)** Ata da I Encontro da Agricultura Familiar de Matão
- C)** Ata da criação da APRUMMA
- D)** Ata da Reunião de Posse da APRUMMA

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

ATA DA REUNIÃO COM OS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE MATÃO

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro de 2010, às 18h00, nas dependências do Sindicato Rural de Matão, sito à Avenida Baldan, nº, Residencial Olívio Benassi, estiveram reunidos os membros da Administração Municipal, Senhores Valter Luiz Trevizanelli, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Pablo Alexandre Silva Ziglio, Carlos Eduardo FutraMatuiski, Luiz Antonio Tamanini, Luiz Cesar Manhani e, representando sua Excelência o Prefeito Municipal, o Assessor De Gabinete Aparecido Ferrari. Presentes ainda no encontro o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Edinardo Esquetini, além dos produtores que atenderam ao Convite formalizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico cuja lista de presença é parte integrante da Presente ATA. Aberto os trabalhos, foi nomeado como Secretário *Adhoc*, o Sr. Carlos Eduardo FutraMatuiski. O Sr. Valter agradeceu a presença de todos informando a intenção da Administração em reunir os produtores, visando o cumprimento da Resolução 0038/2009 do FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que permite a aquisição de gêneros alimentícios de produtores rurais da cidade ou da região, sem a obrigatoriedade de licitação, de, no mínimo 30% dos recursos oriundos de repasses federais. Lembrou das dificuldades de implementação de programas semelhantes, mas ressaltou a determinação da Administração em fomentar o interesse dos produtores locais na venda dos seus produtos para a Municipalidade que, segundo o Diretor da Alimentação, Sr. Tamanini, produz 12.000 refeições/dia. Passada a palavra ao Diretor do Departamento de Compras e Secretário *Adhoc*, foi enfatizada a existência de comando legal que permite a aquisição de hortifrutigranjeiros sem a necessidade de licitação do parâmetro mínimo de 30% sobre o valor repassado pelo FNDE e que esse encontro inicial buscava justamente conhecer quem são os nossos produtores e o que eles produzem, ou seja, conhecer a realidade existente no Município e informando os interessados que o Município pretender firmar parceria, através do próprio Sindicato Rural, dos empreendedores familiares rurais ou suas organizações, visando aquisição de gêneros plantados no município, gerando emprego e renda, além da possibilidade de capacitação dos produtores que se interessarem a comercializar seus produtos com o Ente Público. Em linhas gerais, se apontou que a aquisição de ditos gêneros ocorre através da Chamada Pública de compra, na qual o Município cadastra os produtores interessados e, posteriormente passa a adquirir os produtos por eles produzidos, cumpridas as obrigatoriedades da Resolução. Informou que o grupo ainda está no começo do processo, mas que vê grandes possibilidades para a implementação do programa, reiterando que no momento da Chamada Pública a Resolução dá prioridade para os produtores da cidade e só depois, num segundo momento, aceita propostas de produtores da região; portanto, é muito importante que tenhamos um raio-x do que é plantado e do que realmente interessa ao Município. O Diretor do Departamento de Alimentação comentou sobre alguns produtos/gêneros utilizados na merenda, tais como: tomate, cebola, banana, cenoura, alface e demais hortifrutíferos, podendo disponibilizar, a pedido dos presentes, uma relação de gêneros e quantidades desejadas. O Secretário de Desenvolvimento disse que em parceria com o SEBRAE poderá ser desenvolvido um ciclo de palestras sobre o agronegócio, dentre outras ajudas técnicas. O Sr. José Roberto Córdoa, produtor de folhas em Silvânia, relatou interessante experiência que já vem ocorrendo em Araraquara. Ele foi cadastrado no programa e toda segunda-feira liga para lá ofertando os produtos do dia. Na quarta ele recebe a confirmação da aquisição dos produtos. Na sexta ele entrega os produtos e recebe com prazo de 10 dias, ao preço médio do Ceasa mais frete pelo transporte. Segundo o Sr. José Roberto, o

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

limite imposto pela Prefeitura para a comercialização é de até R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais) por mês. Ele, que não possui cadastro no DAP, utiliza a Nota de outro produtor para poder realizar a comercialização. Sua presença foi muito importante no encontro porque relata justamente o objetivo da Prefeitura de Matão que é cadastrar os seus produtores e durante as semanas seguintes ir adquirindo os gêneros nas quantidades pré-estabelecidas na Chamada Pública. Um dos presentes perguntou sobre questão da qualidade dos gêneros, uma vez que os produtos que chegam hoje nos supermercados e, com certeza, na própria Prefeitura, são devidamente limpos e outros, vem até mesmo embalados em condições que o pequeno produtor não conseguirá competir, citando, como exemplo a banana e a cenoura. A banana comprada o Ceasa ou de outra empresa, é submetida a resfriamento e chega em engradados com as pencas em perfeito estado. Os pequenos produtores não possuem tamanha capacidade, ofertando bananas frescas, cujos cachos não possuem a resistência. Isso tem afastado a comercialização de ditos produtos com os supermercados. A cenoura, e todos os demais tubérculos são colhidos da terra e possuem, naturalmente, resíduos de terra que não são extraídos por ausência de máquina que possibilite um visual e uma limpeza adequada. Tais questionamentos poderão ser levantados na hora da aquisição. O Secretário disse que a Prefeitura irá estimular a presença dos produtores em feiras de agronegócios, visando conhecer as técnicas mais apropriadas para a plantação, manuseio e negociação dos produtos. Ao final, ficou decidido que os membros da Administração irão colher maiores informações, disponibilizar cópia da Resolução e resumo de gêneros e quantidades consumidas na Merenda Escolar, formatando novo convite aos interessados e decidindo por um novo encontro no dia 08 de março de 2010. Nada mais a tratar, assinam a presente ATA o Secretário de Desenvolvimento Econômico, o Diretor do Departamento de Alimentação e o Secretário *Adhoc*.

VALTER LUIZ TREVIZANELLI

LUIZ ANTONIO TAMANINI

CARLOS EDUARDO FUTRA MATUISKI

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

I ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MATÃO - DESAFIOS NA AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS DO AGRICULTOR FAMILIAR LOCAL.

Aos 22 de dezembro de 2015, na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito, em dois horários distintos (manhã e tarde) houve a realização do I Encontro da Agricultura Familiar de Matão. Foram convidados para a realização do evento os servidores do Departamento de Compras, o Departamento de Alimentação, as Secretarias de Governo, de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e de Educação. Além disso, o evento teve a parceria do Sindicato Rural de Matão e da Casa da Agricultura de Matão. Para abrir os trabalhos formou-se a mesa composta pelos vereadores Aparecido do Carmo de Souza e Carla Kamel, além do Secretário Willian de Gaetano Bassi e da presença do Exmo. Sr. Prefeito José Francisco Dumont, que usou a palavra e destacou a importância do evento. Durante a manhã de palestra fizeram o uso da palavra o Assessor Especial e um dos idealizadores do evento Eduardo Matuiski, o Assistente Agropecuário da CATI Matão Jader R. Cappi Moraes, a Diretora do Departamento de Alimentação Professora Rose, o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Willian Bassi, o Secretário de Fazenda Moacir Bertaci e o Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Taquaritinga – APRAFT, André Francisco Muzatti. Durante o evento os pequenos produtores que compareceram em grande número, tiveram a oportunidade de conhecer detalhes sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e da exigência legal de que no mínimo 30% do repasse destinado à merenda escolar seja investido na Agricultura Familiar, na compra de gêneros alimentícios, parte da apresentação que coube ao Assessor Especial do Departamento de Compras e Licitações e um dos idealizadores do evento, Eduardo Matuiski. Puderam também conhecer a demanda do departamento de alimentação da Prefeitura na manipulação de 16.000 refeições diárias e os valores que são destinados ao Pequeno Produtor, estimados em cerca de R\$ 400 mil anuais, recebendo a lista e as quantidades dos produtos que a Prefeitura pretende adquirir no ano de 2016, cópia de um Edital de Chamada Pública, contendo todos os requisitos e exigências para que possam participar das próximas Chamadas, além de receberem orientações sobre a DAP, em palestra proferida pelo Assistente Agropecuário da CATI de Matão, Jader R. Cappi Moraes. Durante a palestra foi enfatizado que nos processos de compra realizados pela Prefeitura de Matão, dificilmente um pequeno produtor individual informal consegue vender seus produtos, uma vez que pelo critério da Lei, os primeiros beneficiados são os Grupos FORMAIS, ou seja, grupos de pequenos produtores em Regime de Associações e ou Cooperativas, que acabam vendendo a grande maioria dos produtos que eles plantam. Outro assunto abordado no I Encontro foi a edição da Lei da Feira do Produtor e a finalização do Decreto que regulamentará sua realização, com início marcado para o início de 2016, com regras de funcionamento que serão debatidas e deliberadas pelo Comitê Gestor que será empossado também em 2016. O Secretário Willian, da pasta de Planejamento e Desenvolvimento Econômico informou aos presentes que além da Feira do Produtor, outros projetos ligados à Política Pública de Segurança Alimentar estão sendo finalizados, como o PAA e o PPAIS, todos voltados ao pequeno agricultor. Na parte final do Encontro os presentes puderam conhecer experiências concretas e muito bem sucedidas de Associações de Pequenos Produtores da Agricultura Familiar das cidades de Urupês, exemplo relatado por Jader Cappi Moraes da CATI Matão e da cidade de Taquaritinga, apresentado pelo Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Taquaritinga

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

– APRAFT, André Francisco Muzatti, e de que como essa união de esforços e de interesses comuns pode significar a independência financeira e o fortalecimento dessa categoria. Durante as exposições houve a participação dos interessados, assim sintetizada: na questão dos produtos apontados na merenda escolar foi indagado se a Prefeitura não poderia antecipar o cardápio para que os produtores tenham conhecimento prévio do que será consumido. Foi sugerido também que a batata, produto que não é plantado em nossa cidade possa ter sua quantidade diminuída, aumentando-se, por exemplo, a mandioca. Foi informado pela Sra. Érica da CATI que em breve estará sendo realizado um curso justamente sobre as técnicas de plantio e cultivo da batata na região, em atendimento aos cardápios das cidades vizinhas. Sobre as exigências e especificidades da DAP, foi ressaltado pelo Sr. Carlos do ITESP que a DAP dos assentados tem algumas diferenças com a DAP dos Agricultores Familiares que possuem suas propriedades. Houve grande debate sobre a questão da feira do produtor e do que poderá ou não ser comercializado, além da necessidade de fiscalização, além de outras participações. O resultado do Encontro foi altamente positivo no entender dos organizadores ficando nítido que, a exemplo de inúmeros outros municípios, Matão precisa criar a sua Associação de Produtores Rurais, tendo inclusive surgido algumas denominações para a categoria, como APRUM, APRUMA ou APRUMAT. Ficou decidido que na primeira semana de janeiro de 2016, os produtores se reunirão na Casa da Agricultura para finalizar os detalhes da criação da Associação de Produtores Rurais de Matão, possibilitando o fortalecimento da nossa Agricultura Familiar rumo à novos mercados. Acompanha a presente ATA, a lista de presença, bem como um resumo da apresentação. Nada mais a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada por mim, Carlos Eduardo FutraMatuiski, ÉricaScutti Diniz, Suelen Amanda da Costa Alves Amorim e Letícia Bonfim da Silva.

Carlos Eduardo FutraMatuiski
Suelen Amanda da Costa Alves Amorim

Érica Scutti Diniz
Letícia Bonfim da Silv

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE MATÃO/SP E DO ASSENTAMENTO DO COMPLEXO MONTE ALEGRE – APRUMMA Aos 20 (vinte) dias do mês de janeiro de 2016, as 18h, no Auditório da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura Municipal de Matão/SP, reuniram-se em Assembleia Geral com a finalidade de constituir uma Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Matão/SP e do Assentamento do Complexo Monte Alegre - APRUMMA, nos termos da legislação em vigor, as seguintes pessoas: AMILTON SPINDULA SCHUINDT; ANDERSON RODRIGO ALVES; ANÉSIA RIBEIRO DOS SANTOS; ANTONIO APARECIDO DA SILVA; ANTONIO APARECIDO DUARTE; ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS; APARECIDO AMÂNCIO DA SILVA; BRUNA ANDRÉIA VITUCCI; CARLOS EDUARDO DA SILVA; CARLOS EDUARDO DE CINQUE; CELSO MOLLON; CÉSAR GIORDANO GÊMERO; CÍCERO CORREA; CLARISMINDO APARECIDO PEREIRA; CLEMÊNCIA ROSA DOS SANTOS; CLEOMARA ROSA BATISTA DA SILVA; DONIZETI APARECIDO PORTO; EDGAR ALMERINDO NUNES; EDSON JOSÉ BIAGIO; EDUARDO ANTONIO BUENO; FÁBIO HENRIQUE SILVA; FERNANDA CRISTINA PARISE; FERNANDA FABIANA CORREA; JAIR PASQUALINO; JOÃO PAULINO DA COSTA FILHO; JORGE CARLOS PEREIRA; JOSÉ ADAIR VERONESI; JOSÉ ANGELO GAINO; JOSÉ APARECIDO DE SOUZA; JOSÉ CARLOS DOS SANTOS; JOSÉ CARLOS DOS SANTOS; JOSÉ CARLOS MARCELINO MAZZONI; JOSÉ DONIZETI PRADO; JOSÉ FRANCISCO BERGAMIN; JOSÉ SANITÁ; JOVITO FAUSTO CORREA; LOURIVAL FERREIRA DA SILVA; LUIZ CESAR MANHANI; LUIS MENDES DOS NASCIMENTO; LUIZ PEREIRA; NELSON AURÉLIO DA SILVA; MARCOS ROGÉRIO DE FREITAS VIEIRA; OSMAR JANUÁRIO DA SILVA; OTTO SILVEIRA MAIA; PAULO KIYOSHI UEMURA; PAULO SÉRGIO GARDINI; PEDRO APARECIDO LOTTI; PEDRO LUIZ FERREIRA; ROBERTO CHAINE; ROBERTO DONIZETH SABADOTO; RODOLFO HARAGUCHI; ROSICLEIDE DE SOUZA SANTOS; RUBENS DE ASSIS MENDES; SEBASTIÃO LIZEU; SEBASTIÃO ROBERTO PACCINI; SERAFINA MARIA BONIFÁCIO; SIDNEI CORREA; SIVALDO CORREA; TADACI ROBERTO HARAGUCHI; TOMAZ HENRIQUE VITUCCI; VILMAR ANTONIO SOLEDER e YOSHIMITSU TINO. Foi aclamado para presidir a Assembleia o Sr. **Carlos Eduardo FutraMatuiski**, brasileiro, casado, advogado, OAB-SP nº 269550, portador do RG nº 14.112.717 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 057.097.708-84, que convidou a mim, Secretário *ad hoc*, **Jader Rogério Cappi Moraes**, com RG nº 32.479.068-X SSP/SP, Inscrito no CPF/MF sob nº 217.727.178-94, para secretariar os trabalhos e lavrar a presente ata. Em seguida, o Presidente da Assembleia solicitou a discussão de aprovação da minuta do estatuto. Durante a discussão, registraram-se, entre os presentes, agricultores sediados na área urbana e rural do município de Matão e do Assentamento do Complexo Monte Alegre, que congrega os Municípios de Matão, de Araraquara e de Motuca. Pela decisão da maioria, e em nome do desenvolvimento local da Agricultura Familiar, ficou determinado que a Associação reunirá os agricultores de Matão e do Assentamento do Complexo Monte Alegre, cumprindo registrar o retrospecto histórico do Assentamento, excerto que foi retirado da pesquisa elaborada por Felipe Rosafa Gavioli, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCar) e consultor em projetos de desenvolvimento agrícola (e-mail: gavioli.f@gmail.com) e Manoel Baltasar Baptista Costa, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professor adjunto CCA/UFSCar, e-mail: baltasar@cca.ufscar.br, (disponível em

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032011000200008&script=sci_arttext. Acesso em 22.jan.2016), com o título: as múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre. Segundo o citado trabalho, o Assentamento Monte Alegre se originou do Horto Florestal que produzia eucaliptos durante 40 anos até que em 1995, 44 famílias de trabalhadores rurais, apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, ocuparam 700 hectares do Horto, criando o Núcleo I do Assentamento. Posteriormente, mais 42 famílias foram assentadas no Núcleo II. Em 1998, 19 famílias de Silvânia, Distrito de Matão, eram igualmente assentadas na extensão do P.A. Monte Alegre, exercendo atividade de desenvolvimento de sistemas policultivos orientados para o autoabastecimento das famílias e para a venda dos excedentes, de milho, mandioca, arroz, feijão, laranja, limão, manga, goiaba e oleícolas, que são comercializados nos mercados convencionais e através de políticas públicas federais e estaduais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Dessa maneira, o contexto histórico do Assentamento Monte Alegre revela o papel da multifuncionalidade da agricultura em quatro escalas: a família rural, o território, a sociedade e as políticas públicas, ou seja, atende aos quatro princípios da Agricultura Familiar. Registramos também o importante artigo de autoria da Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, Professora Vera Lúcia Silveira BottaFerrante, intitulado Assentamentos Rurais: Entre a dádiva e novas perspectivas de participação (disponível em [:file:///C:/Users/Cematuisk/Downloads/sbs2003_gt03_vera_ferrante%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cematuisk/Downloads/sbs2003_gt03_vera_ferrante%20(1).pdf). acesso em 22.jan.2016) no qual a autora abre a discussão sobre o desenvolvimento de políticas públicas nos assentamentos, mencionando o Desenvolvimento Local e um “novo mundo rural” que recupere a renda e consolide a agricultura familiar, como forma de estruturação das famílias de forma participativa, considerando as especificidades regionais e diversidades dos sujeitos sociais e políticos, visando o fortalecimento das comunidades. Citada pesquisadora reconhece o desenvolvimento de uma política pública para os projetos de assentamentos com premissas do desenvolvimento local através da articulação de todas as instâncias do poder público para sua consecução, destacando que a nossa região já executou diversas medidas para a organização local de instituições capazes de acompanhar e suportar a difícil trajetória de consolidação dos assentamentos, através de novas formas de relação com os assentados, quer seja, registra a existência de uma abordagem municipal e microrregional, com ações já concretizadas pelos Municípios de Araraquara, de Motuca e em especial de Matão, em razão da distribuição do Assentamento Monte Alegre no território desses três Municípios, todos do Estado de São Paulo, enfatizando que essa convivência intermunicipal é um fator complicador para a implementação de uma política local de desenvolvimento. Revela o número de assentados de Matão dentro do complexo Monte Alegre e a preocupação das três cidades na formatação de uma agenda política municipal. Cita Matão como exemplo de fomentação dessa política, desde os anos 80, através do projeto de plantio de soja no assentamento visando o abastecimento de uma usina de leite de soja para a Merenda Escolar. Lembra ainda que em 1996, o Prefeito da época (1996-2000) apoiou o movimento de ocupação da área pelas famílias de Matão, enfrentando o poder de mando da justiça, questionando ações de reintegração de posse desencadeadas sob a retaguarda de usinas vizinhas. As gestões posteriores da Prefeitura de Matão continuaram apoiando o grande número de matonenses que foram assentados no Monte Alegre, tendo sempre uma referência positiva na opinião dos moradores deste P.A. ao final do seu artigo a Professora Vera Botta destaca que a Prefeitura

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

de Araraquara tem buscado apoiar os Assentados com diversas políticas públicas ressaltando que a perspectiva de produção dos assentamentos virem a compor o programa de merenda escolar municipal, a criação da Central Municipal de Abastecimento, assim como alternativas de estimular o escoamento associativo da produção dos assentados, se faz presente nas metas daquele governo municipal, ainda que sem perspectivas de se transformar em programas de fato, citando dois exemplos que já estão em funcionamento que são o Projeto Direto do Campo, apoiando a comercialização de produção agrícola sazonal dos assentamentos rurais e o Projeto Feira do Produtor, ainda que este atinja um número restrito de assentados. A Professora e Coordenadora do Mestrado da UNIARA, finaliza o seu trabalho dizendo que as portas abertas pela Prefeitura de Araraquara, assim como as outras, em torno não criaram, até o momento, mudanças significativas na cultura política que marca as relações dos assentados com o poder local. Assim, pensando justamente na existência desse novo enfoque ou novo mundo rural, a maioria dos presentes defendeu que o objetivo da Associação adotará a nova abordagem do espaço municipal e microrregional. Finalizadas as discussões, todas as regras do Estatuto foram colocadas em votação, tendo sido aprovado por unanimidade, sendo que uma cópia do presente Estatuto aprovado encontra-se anexado a presente Ata. Em seguida o Presidente da Assembleia abriu o processo de eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. Após a aclamação dos nomes por unanimidade entre os presentes, foram eleitos os seguintes membros: para a **DIRETORIA: PRESIDENTE: JOSÉ DONIZETI PRADO**, brasileiro, casado, produtor rural, com RG nº 8.261.434 SSP/SP, CPF nº 745.894.668-72, residente e domiciliado na Rua Otone Correa, nº 1890, Jardim do Bosque, CEP 15.997-022, Matão/SP; **VICE-PRESIDENTE: JOSÉ APARECIDO DE SOUZA**, brasileiro, casado, produtor rural, com RG nº 15.564.155-4 SSP/SP, CPF nº 38.069.628-20, residente e domiciliado na Rua Bahia, nº 311, Jardim do Bosque, CEP – 15.997-120, Matão/SP; **TESOUREIRA: FERNANDA FABIANA CORRÊA**, brasileira, casada, produtora rural, com RG nº 40.168.360-6 SSP/SP, CPF nº 333.819.818-38, residente e domiciliada no Assentamento Horto de Silvânia, Lote 1, CEP 15.990-000, Matão/SP; **SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO BERGAMIN**, brasileiro, casado, produtor rural, com RG nº 5.721.335 SSP/SP, CPF nº 405.910.938-04, residente e domiciliado na Rua Bortolo Biava, nº 308, Nova Matão, CEP 15.990-565, Matão/SP. A Diretoria foi eleita para um mandato de 02 (dois) anos, com início nesta data até 20 de janeiro de 2018. Para o **CONSELHO FISCAL**, os seguintes **TITULARES: 1º Conselheiro: ANTONIO APARECIDO DA SILVA**, brasileiro, casado, produtor rural, com RG nº 13.725.034 SSP/SP, CPF nº 736.705.618-20, residente e domiciliado na Rua José Artimonte, nº 1421, IV Centenário, CEP 15.990-405, Matão/SP; **2º Conselheiro: OTTO SILVEIRA MAIA**, brasileiro, casado, produtor rural, com RG nº 3.165.899 SSP/SP, CPF nº 172.533.498-49, residente e domiciliado na Rua Bortolo Biava, nº 20, apto 32-C, Nova Matão, CEP 15.990-565, Matão/SP; **3º Conselheiro: FABIO HENRIQUE SILVA**, brasileiro, casado, produtor rural, com RG nº 23.338.252-5 SSP/SP, CPF nº 295.760.768-97, residente e domiciliado na Fazenda Monte Alegre, Assentamento III, Agrovila 67, CEP 14.801-970, Araraquara/SP. Os **SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL** eleitos foram: **1º Suplente: CARLOS EDUARDO DE CINQUE**, brasileiro, casado, produtor rural, RG nº 41.523.468-2 SSP/SP, CPF nº 297.255.638-08, residente e domiciliado na Rua Jundiá, nº 685, Nova Matão, CEP 15.990-510, Matão/SP; **2º Suplente: JOÃO PAULINO DA COSTA FILHO**, brasileiro, casado, produtor rural, com RG nº 7.870.104 SSP/SP, CPF nº 864.001.188-53, residente e domiciliado na Fazenda Monte Alegre, Assentamento III, Agrovila 6, CEP 14.801-970, Araraquara/SP. Todos com mandato com

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

início nesta data até 20 de janeiro de 2018. Vale ressaltar que todos os eleitos, de ambos os órgãos, já foram devidamente qualificados no corpoda presente Ata e receberam a posse de seus respectivos cargos por intermédio do Presidente da Assembleia que, aproveitando o momento, transmitiu a condução dos trabalhos ao Presidente Eleito da Associação que agradeceu a colaboração de todos até aquele instante e declarou definitivamente constituída a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE MATÃO/SP E DO ASSENTAMENTO DO COMPLEXO MONTE ALEGRE – APRUMMA**, com sede e domicílio na Rua BortoloBiava, nº 308, Nova Matão, CEP 15.990-565, Matão/SP, criada ao abrigo do Código Civil Brasileiro, que terá como **objeto**: a prestação de serviços que possa contribuir para o fomento e racionalização das atividades agrícolas e agropecuárias do espaço municipal e microrregional de Matão-SP e a defesas das atividades econômicas sociais e culturais dos seus associados. Deliberou a Assembleia, por unanimidade, que cada associado irá contribuir com uma parcela individual única de R\$ 25,00 (vinte e cinco) reais para as primeiras despesas da entidade e por uma contribuição mensal, neste primeiro ano de funcionamento, no valor de R\$ 15,00 (quinze reais), que será reajustado anualmente nas vindouras Assembleias Extraordinárias, tudo conforme prevê o Estatuto ora aprovado. Como nada mais houvesse a ser tratado, o Presidente da Associação deu por encerrados os trabalhos e eu, JADER, que servi de Secretário *Ad hoc* da Assembleia, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, contem a assinatura do presidente. Ao final o presidente da mesa encerrou os trabalhos, determinando que a presente Ata de Constituição da **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE MATÃO/SP E DO ASSENTAMENTO DO COMPLEXO MONTE ALEGRE – APRUMMA** e seu Estatuto Social sejam registrados no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Matão/SP para fins de direito.

JOSÉ DONIZETI PRADO
Presidente

JADER ROGÉRIO CAPPI MORAES
Secretário Ad hoc

Carlos Eduardo Futra Matuiski OAB-SP 26950